



Pro
PALOP|TL



Projecto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste



ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM CABO VERDE: UMA PERSPECTIVA DE GÉNERO

RELATÓRIO FINAL

PNUD/UNICEF/UNFPA



**E TU, JÁ FIZESTE?
RECENSEIA-TE JÁ!**



Não te esqueças de
trazer o teu **BILHETE
DE IDENTIDADE** ou
Passaporte (mesmo
que caducados),
para poderes ser
recenseado.

“As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade do(s) autor(es) e não representam, necessariamente, as da União Europeia, a Organização das Nações Unidas, incluindo o PNUD, ou os seus Estados-Membros.”

EQUIPE EDITORIAL

Roselma Évora: Doutorada em Sociologia e Mestre em Ciências Políticas, exerce actualmente as funções de Assessora da Reforma do Estado na Secretaria de Estado da Administração Pública / roseevora@yahoo.com.br

Noemi Ramos: Mestre em Estatística e Gestão de Informação. Exerce actualmente as funções de Coordenadora técnica do Inquérito às Despesas e Receias das Famílias - IDRF 2013, das Estatísticas da Pobreza e de Condições de vida, no Instituto Nacional de Estatística / nrlramos@yahoo.com

Sérgio Fernandes: Layout , Design e Impressão

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	2
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	11
SIGLAS E ACRÓNIMOS	21
RESUMO EXECUTIVO	23
Introdução	33
Objectivos do estudo	35
Limitações do estudo	35
Estrutura da análise	37
Aspectos metodológicos	41
Dados administrativos	42
Inquérito quantitativo dirigido à população	43
Objectivos	43
Processo amostral	43
Entrevistas qualitativas	49
CAPÍTULO I Participação eleitoral em Cabo Verde	51
1.1. Análise da evolução da população recenseada	56
1.1.1. Círculos eleitorais nacionais	56

1.1.3. Perfil demográfico dos que não se recenseiam	65
1.1.4. Causas do não recenseamento	68
1.1.2. Círculos eleitorais da diáspora	71
1.2. Análise da evolução da população votante: legislativas, presidenciais, autárquicas.	73
1.2.1. Círculos eleitorais nacionais	74

CAPÍTULO II Abstenção eleitoral em Cabo Verde: evolução e as principais causas 87

2.1. Evolução da abstenção nos círculos eleitorais nacionais: legislativas, presidenciais e autárquicas	91
2.2. Perfil dos absentistas nos círculos nacionais	94
2.3. Razões da abstenção	98
2.3.1. O desempenho dos políticos como causa da abstenção	100
2.3.2. A insatisfação do funcionamento do sistema político como causa da abstenção eleitoral	105
2.3.3. As variáveis psicológicas e da cultura política como factores de abstenção	108
2.4. Evolução e causas da abstenção nos círculos eleitorais da diáspora: legislativas e presidenciais	117
2.4.1. Causas da abstenção na diáspora	119

CAPÍTULO III Reformas para mais participação política 123

3.1. A posição das mulheres nas esferas de decisão	125
3.2. O papel do sistema eleitoral e partidário	129
3.3. Qualidade da democracia	132
3.4. As opiniões dos inquiridos sobre a reforma do sistema eleitoral e político	135

CONCLUSÃO 145

RECOMENDAÇÕES	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
FONTES PRIMÁRIAS:	157
Livros, Artigos e Documentos	157

ANEXOS 161



QUADROS

Quadro 1 Distribuição da população de 18 anos ou mais recenseada no Censo 2010, segundo os círculos eleitorais nacionais por sexo e grupo etário	45
Quadro 2 Distribuição da população alvo por classes sexo e idade	46
Quadro 3 Distribuição das entrevistas feitas segundo o círculo eleitoral por sexo e grupo de idade	48
Quadro 4 Número de inscritos segundo os círculos nacionais por tipo de eleição	57
Quadro 5 População efectiva com 18 anos ou mais e efectivos inscritos nos anos 2000 e 2010	59
Quadro 6 Distribuição dos inquiridos não recenseados segundo as razões para o não recenseamento segundo o sexo e grupos etários	69
Quadro 7 Número de inscritos nos círculos da diáspora nas eleições legislativas e presidências 1991-2012	73
Quadro 8 Média de eleitores votantes entre 1991-2012 segundo tipo de eleição por círculos eleitorais	75
Quadro 9 Distribuição dos inquiridos segundo algumas opiniões relativas ao exercício do voto	77
Quadro 10 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou um dever, por sexo e grupo etário	79
Quadro 11 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, trabalho, amigos, religião, diversão e desporto	80
Quadro 12 Importância que dão à família, trabalho, amigos, religião, diversão e desporto, em valores médios da escala de 1-4 (1-Nada, 2-Pouco, 3-Bastante, 4-Muito)	80
Quadro 13 Interpretações da participação e abstenção	89
Quadro 14 Média da abstenção (1991-2012) segundo o tipo de eleição por círculos eleitorais nacionais	92

Quadro 15 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) por sexo e grupo etário	96
Quadro 16 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo as razões da abstenção por sexo e grupo etário	100
Quadro 17 Percentagem de inquiridos que concordaram com as seguintes opiniões sobre o desempenho dos políticos segundo o sexo.....	101
Quadro 18 Percentagem de inquiridos que concordaram com as seguintes opiniões sobre o desempenho dos políticos segundo grupo etário.....	101
Quadro 19 Valor médio, mediano e o desvio padrão da classificação da opinião dos inquiridos sobre a crença que os políticos fazem aquilo que é correcto.....	103
Quadro 20 Distribuição dos inquiridos segundo algumas opiniões sobre atitudes e comportamentos dos políticos e governos	105
Quadro 21 Média da avaliação do funcionamento da democracia no passado, actualmente e perspectiva de futuro, numa escala de 1-10.....	107
Quadro 22 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que vêem, ouvem ou lêem notícias sobre política nos meios de comunicação	109
Quadro 23 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do número de Municípios do País, por sexo e grupos etários.	111
Quadro 24 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do nome do Presidente da Assembleia Nacional, por sexo e grupos etários	111
Quadro 25 Distribuição dos inquiridos segundo a pertença e/ou e participação activa em associações	113
Quadro 26 Distribuição dos inquiridos que declararam não pertencer a nenhuma associação segundo a principal razão para não pertencer nem participar em associações.....	114
Quadro 27 Percentagem de inquiridos que declararam ter participado em actividades de carácter político	116

Quadro 28 Distribuição dos inquiridos segundo a simpatia e filiação por algum partido político.....	117
Quadro 29 Média de abstenção 1991-2012 na diáspora segundo o tipo de eleição.....	119
Quadro 30 Número de mulheres na Direcção Nacional dos dois maiores partidos de Cabo Verde.....	131
Quadro 31 Percentagem de inquiridos que declararam ter sido aliciados com dinheiro ou bens materiais para votar segundo o sexo e grupo etário	134
Quadro 32 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o estado da sociedade actual, segundo o sexo	135
Quadro 33 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o estado da sociedade actual, segundo os grupos etários.....	136
Quadro 34 Principais razões para o País não estar bem por grupo de idade.....	138
Quadro 35 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre obrigatoriedade do voto por sexo e grupo etário.....	140
Quadro 36 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a tomada de medidas para aumentar e melhorar a participação política	141
Quadro 37 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a participação das mulheres e dos jovens na política, por sexo e grupo etário	143

GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de inscritos nas eleições Legislativas, Presidenciais e Autárquicas 1991-2012	56
Gráfico 2 Evolução dos resultados dos recenseamentos Eleitorais e da População de 18 anos ou mais	58

Gráfico 3 Percentagem da população com 18 anos e mais recenseada no universo da população projectada com a mesma idade.....	58
Gráfico 4 Distribuição do total dos recenseados (nacional e diáspora) até 01 de Julho de 2012 na base BDRE.....	62
Gráfico 5 Percentagem de população recenseada por sexo e grupo etário	63
Gráfico 6 Percentagem de população recenseada por círculo eleitoral.....	64
Gráfico 7 Percentagem de população recenseada por sexo e grupo etário, segundo as razões que os levaram a recensear.....	65
Gráfico 8 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo e grupo etário.....	66
Gráfico 9 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo por nível de instrução.....	67
Gráfico 10 Distribuição do total dos inquiridos segundo o nível de instrução por sexo	67
Gráfico 11 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo por situação na actividade económica	68
Gráfico 12 Distribuição dos inquiridos não recenseados segundo as razões para o não recenseamento, por sexo.....	69
Gráfico 13 Distribuição dos não recenseados que gostariam de recensear por grupo etário.....	71
Gráfico 14 Evolução dos inscritos nas Eleições Legislativas e Presidenciais nos círculos eleitorais da diáspora 1991-2012	72
Gráfico 15 Percentagem de votantes nos círculos nacionais nas eleições Legislativas, Presidenciais e Autárquicas 1991-2012.....	74
Gráfico 16 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou um dever	78
Gráfico 17 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, segundo grupos etários.....	81
Gráfico 18 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, segundo o sexo.....	83

Gráfico 19 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, política municipal, nacional e internacional.....	84
Gráfico 20 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por sexo.....	84
Gráfico 21 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por grupo etário.....	85
Gráfico 22 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por nível de instrução.....	85
Gráfico 23 Evolução da média da abstenção nos círculos nacionais 1991-2012.....	91
Gráfico 24 Média da abstenção no período 1991-2012 segundo o tipo de eleição.....	92
Gráfico 25 Evolução da média da abstenção nas eleições Legislativas nos círculos nacionais.....	93
Gráfico 26 Evolução da média de abstenção nas eleições Presidenciais nos círculos nacionais.....	93
Gráfico 27 Comparação da evolução da média de abstenção nas eleições Legislativas e Presidenciais nos círculos nacionais.....	93
Gráfico 28 Comparação da evolução da média abstenção nas eleições Autárquicas, nos círculos nacionais	94
Gráfico 29 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o sexo e grupo etário	95
Gráfico 30 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o sexo-grupo etário	95
Gráfico 31 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o nível de instrução por sexo.....	97
Gráfico 32 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o nível de instrução por sexo.....	97

Gráfico 33 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter absterido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo a situação perante a actividade económica por sexo	98
Gráfico 34 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que ouvem, vêem e lêem notícias sobre política nos meios de comunicação segundo sexo.....	109
Gráfico 35 Percentagem de inquiridos que pertencem e/ou participa activa em associações	112
Gráfico 36 Evolução da abstenção na diáspora. 1991-2012	118
Gráfico 37 Média de abstenção 1991-2012 nos círculos da diáspora segundo o tipo de eleição: Legislativa ou Presidencial.....	118
Gráfico 38 Rácio de frequência escolar (mulheres / homens) segundo os níveis de ensino. INE, Censo 2010.....	126
Gráfico 39 Número médio de anos de estudo por sexo segundo grupos etários. INE, Censo 2010	127
Gráfico 40 Distribuição dos Deputados Nacionais segundo o sexo	132
Gráfico 41 Evolução da distribuição dos Deputados Municipais segundo o sexo	132
Gráfico 42 Evolução da distribuição dos Vereadores Municipais por sexo	132
Gráfico 43 Razões para o País não estar bem.....	137
Gráfico 44 Razões para o País não estar bem segundo o sexo.....	137
Gráfico 45 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a obrigatoriedade do voto por sexo	139

QUADROS EM ANEXO

Tabela 1 Efectivos inquiridos segundo os domínios de estudo por sexo e grupo etário.....	163
Tabela 2 Distribuição dos efectivos inquiridos segundo os círculos eleitorais por sexo e grupo etário	163
Tabela 3 Distribuição dos efectivos inquiridos segundo sexo e grupo etário, por círculos eleitorais	164
Tabela 4 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por nacionalidade e tempo na residência	164
Tabela 5 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por nível de instrução.....	165
Tabela 6 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por situação perante actividade económica.....	165
Tabela 7 Avaliação subjectiva do funcionamento da democracia caboverdeana actual, de há 10 anos atrás e daqui a 10 anos. (Média numa escala de 0 a 10).....	166
Tabela 8 Avaliação subjectiva do funcionamento da democracia caboverdeana actual, de há 10 anos atrás e daqui a 10 anos. (Média numa escala de 0 a 10).....	167
Tabela 9 Avaliação subjectiva do estado actual da sociedade caboverdeana	168
Tabela 10 Principais causas para o País não estar bem.....	169
Tabela 11 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, amigos, trabalho, religião, diversão, política e desporto, numa escala de 1 a 4 em que 1=Nada, 2=Pouco, 3= bastante e 4=Muito	170
Tabela 12 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, amigos, trabalho, religião, diversão, política e desporto, numa escala de 1 a 4 em que 1=Nada, 2=Pouco, 3= bastante e 4=Muito, por características dos inquiridos.....	171

Tabela 13 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por sexo	172
Tabela 14 Nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por grupo etário	173
Tabela 15 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por nível de educação.	174
Tabela 16 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que vêem, ouvem ou lêem notícias sobre política nos meios de comunicação.	175
Tabela 17 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do nome do Presidente da Assembleia Nacional	176
Tabela 18 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou dever	177
Tabela 19 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “Quem não voto não tem o direito de criticar o governo?”	178
Tabela 20 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “Um voto a mais ou menos não faz diferença”	179
Tabela 21 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “Em democracia todos os votos são importantes.”	180

Tabela 22 Percentagem dos que declararam terem participado nas seguintes acções sociais e políticas.....	181
Tabela 23 Distribuição dos inquiridos segundo a sua pertença e participação em grupos associativos, por sexo e grupo etário	182
Tabela 24 Distribuição dos inquiridos segundo as razões para não pertencer e participar em grupos ou associações cívicas e políticas	183
Tabela 25 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre medidas para aumentar e melhorar a participação política em Cabo Verde	184
Tabela 26 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre as medidas para aumentar o número de mulheres na política.....	185
Tabela 27 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a mudança do sistema eleitoral para que o cidadão possa escolher primeiro o candidato e menos o partido.....	186
Tabela 28 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a criação de formas de participação dos cidadãos nas decisões políticas para além do voto.....	187
Tabela 29 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a obrigatoriedade do voto	188

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AN	Assembleia Nacional
BD	Base Dados
BDRE	Base Dados do Recenseamento Eleitoral
BO	Boletim Oficial
CE	Código Eleitoral
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CR	Constituição da República
DGAPE	Direcção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral
Fem.	Feminino
ICIEG	Instituto Caboverdeano para a Igualdade e Equidade de Género
INE	Instituto Nacional de Estatística
Masc.	Masculino
MPD	Movimento Para a Democracia
NOSI	Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
NR	Não Resposta
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Presidente da República
RE	Recenseamento Eleitoral
TdR	Termos de Referencia
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICV	Universidade de Cabo Verde
WEF	World Economic Forum
LEG	Legislativas
PRE	Presidenciais
AUT	Autárquicas

RESUMO EXECUTIVO

Cabo Verde é um país democrático e desde de Janeiro de 1991 realiza regularmente eleições em três níveis de poder político: Legislativas, Presidenciais e Municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal). O voto não é obrigatório, mas é considerado pelo Código Eleitoral um dever cívico (art.º 191). As eleições realizadas até hoje, das quais as últimas foram as legislativas e presidenciais realizadas em 2011 e as municipais em 2012 foram todas consideradas justas por observadores internacionais que acompanham regularmente as eleições em Cabo Verde.

A Constituição da República (CR) e o Código Eleitoral (CE) de Cabo Verde estabelecem para as eleições municipais, legislativas e presidenciais a realização do sufrágio directo e universal. O direito do sufrágio em eleições legislativas e presidenciais abrange todos os cidadãos caboverdeanos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes no país e da diáspora, que estejam validamente recenseados nos cadernos eleitorais, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral. De entre as incapacidades eleitorais previstas na legislação do país estão incluídos por exemplo; os cidadãos interditos por sentença judicial, os doentes mentais, os cidadãos com suspensão dos direitos políticos por sentença judicial, (art.º 7 CE), etc. Nas eleições autárquicas podem participar somente os cidadãos residentes no país, com idade igual ou superior a 18 anos, caboverdeanos ou estrangeiros desde que estejam validamente, inscritos nos cadernos eleitorais.

O Estudo Sobre Participação Eleitoral em Cabo Verde numa Perspectiva de Género tem por objectivo analisar a participação eleitoral em Cabo Verde numa perspectiva de género e por faixa etária e conhecer as atitudes e as práticas que regem o comportamento eleitoral dos caboverdeanos. Em particular o estudo visa, por um lado, analisar o perfil sócio-demográfico dos que não se recenseiam e dos que não votam e conhecer as principais causas para abstenção eleitoral. Por outro lado

procura identificar e analisar as deficiências existentes no sistema eleitoral que dificultam o recenseamento eleitoral e propiciam a abstenção eleitoral tanto no País como na Diáspora.

Os principais métodos utilizados para a análise do objecto de estudo foram: (i) enquadramento e análise documental, relatórios, dados relacionados ao sistema eleitoral em Cabo Verde desde a abertura política até 2012; (ii) entrevistas semi-estruturadas a representantes dos partidos políticos, dirigentes do processo eleitoral, diplomatas, mulheres eleitas e em cargos de decisão ou que ocuparam cargos de decisão política a nível nacional e do poder local; (iii) inquérito quantitativo junto de uma amostra por quota de 1.261 inquiridos nos principais círculos eleitorais: Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago Sul (Praia), Santiago Norte (Tarrafal, Santa Catarina e Santa Cruz) e Fogo (São Filipe). Esses círculos representam 93% do universo em estudo, garantindo um erro máximo de 3% com 95% de confiança e a representatividade das variáveis chaves do estudo: sexo e idade.

Não existem estudos conhecidos sobre a participação eleitoral em Cabo Verde nos três níveis de eleições (Legislativo, Presidencial e Municipal), tão pouco sobre o comportamento eleitoral que determina o exercício do voto ou a abstenção do voto. Para uma análise do comportamento eleitoral em Cabo Verde e a caracterização do perfil do eleitor que participa ou não participa, o estudo parte de uma análise global das taxas oficiais de participação e abstenção eleitoral dos três níveis de eleições realizadas de 1991 até 2012.

Os dados oficiais dos resultados eleitorais apresentam, entretanto, uma limitação analítica pelo facto dos dados eleitorais serem publicados em números globais absolutos, sem o tratamento por sexo e grupo etário. Por outro lado, a análise comparativa das diferenças de comportamento eleitoral entre os sexos apresentado por este estudo não demonstra diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos do sexo feminino e masculino, indicando na globalidade características com tendências que se aproximam entre ambos os sexos e que reflectem o comportamento eleitoral e atitudes da sociedade caboverdeana.

O contínuo aprimoramento do processo eleitoral, as melhorias introduzidas na legislação eleitoral ficam evidentes na percentagem actual da população recenseada reflectindo melhor a realidade demográfica do país. Assim, da análise com os resultados do censo 2010 e os resultados

do RE em 2010, a nível nacional, a população recenseada representa 85% da população alvo, ou seja da população com 18 anos ou mais residente em Cabo Verde em 2010.

Da análise por sexo, pese embora não ser muito significativa as diferenças, constata-se que entre os homens a percentagem de não recenseados é superior à registada entre as mulheres (13% e 12%, respectivamente), principalmente nas idades entre os 25-64 anos. As mulheres apresentam uma certa maioria nas idades mais jovens e também a partir dos 65 anos de idade.

Por grupos etários, considerando os indivíduos de ambos os sexos, observa-se que é entre os mais jovens (18-24 anos) e os idosos (65 anos ou mais), onde os níveis de recenseamento tendem a ser mais baixos. Entre as razões apresentadas pelo primeiro grupo, os inquiridos justificam o facto de acabarem de fazer 18 anos que é a idade para se recensear. No segundo grupo por mero “*disfarce*” e desinteresse dos inquiridos. Os não recenseados sendo jovens, são na grande maioria estudantes e/ou desempregados.

Nas outras faixas etárias o “*disfarce*” domina como a principal causa para o não recenseamento. No entanto uma percentagem significativa, principalmente no grupo etário de 35-44 anos alega a falta de documentos (bilhetes de identidade ou outro similar) como causa para o não registo eleitoral, particularmente entre as mulheres.

Os dados do inquérito comprovam que a população com capacidade eleitoral recenseada tem um considerável nível de instrução e logo pressupõe-se também de informação, aspecto considerado pela literatura como um factor importante para uma sociedade participativa e consciente dos direitos, particularmente a de votar.

A participação eleitoral média a nível nacional, das 18 eleições realizadas entre o período 1991 e 2012, (sendo 5 eleições legislativas, 7 presidenciais, em que duas dizem respeito à segunda volta, e 6 eleições autárquicas) ronda os 64%. Os caboverdeanos tendem a participar mais nas eleições legislativas, seguida das eleições autárquicas, e menos nas eleições presidenciais. A média de participação nas cinco eleições legislativas entre 1991-2012 ronda os 71%, enquanto nas autárquicas se situa em 65% e nas presidenciais fica pelos 57%. Esta tendência pode ser explicada pelo sistema político do país. O governo

é formado pelo partido que conseguir eleger o maior número de deputados na AN e é responsável pela elaboração, implementação e materialização de um programa nacional de políticas públicas, com grande impacto na vida das pessoas.

A participação diferenciada nos três níveis de poder indica um comportamento selectivo do eleitorado caboverdeano e vai de encontro a comportamentos semelhantes verificados em outras democracias. Significa que os eleitores atribuem peso e importância diferente às eleições e ao voto nos diferentes cargos políticos, considerando o impacto de cada um dos cargos na vida do cidadão. Os recursos financeiros utilizados nos diferentes níveis de disputa eleitoral têm também implicação no nível de mobilização popular com reflexo na taxa de participação eleitoral.

A participação eleitoral e a abstenção eleitoral são analisadas pela Ciência Política e Sociologia Política como fenómenos que ultrapassam apenas aspectos formais e normativos (direito de voto, estar recenseado, e inscrito nos cadernos eleitorais, etc.). Outras variáveis explicam os diferentes comportamentos eleitorais dos grupos e das pessoas. A importância da política para os indivíduos, a cultura política, o nível de informação e conhecimento sobre a política também são aspectos importantes e que influenciam na participação ou não participação eleitoral.

O inquérito indica que os caboverdeanos atribuem grande importância ao voto mas, entretanto, atribuem pouca importância à política. Os resultados indicam um padrão idêntico a vários outros países¹ onde, também, a política é um dos aspectos menos relevantes na vida do cidadão quando comparado por exemplo, com a importância dada à família, trabalho, amigos, etc., e até mesmo ao desporto e a diversão. De acordo com os resultados do inquérito, 66% dos inquiridos afirmam interessar-se pouco ou nada pela política de uma forma geral, com maior impacto entre as mulheres, com mais de 70% a afirmar interessar pouco ou nada pela política e entre os mais jovens (73%).

Entre as mulheres a afirmação de que não têm tempo para política é superior aos homens, apresentam também resultados superiores aos dos homens ao considerarem a política como uma actividade complexa. Os

1] Em países europeus verifica-se tendência similar segundo Freire e Moral (2008)

dados indicam igualmente que elas estão menos expostas à informação sobre a política e têm um nível de conhecimento de aspectos políticos do país inferior ao sexo masculino.

A abstenção eleitoral é considerada o acto de não ir votar e está ligada ao fenómeno de abstencionismo político que abrange outras actividades políticas. Especialistas entendem que a abstenção eleitoral deve ser calculada como aqueles indivíduos com direito a votar mas não vão votar. Existem situações de ordem técnica que pode impedir os eleitores de votar factor que é classificada como abstenção técnica. Entretanto, em estudos sobre participação eleitoral/abstenção eleitoral, cujo foco são as atitudes e comportamentos dos eleitores, a abstenção técnica é analisada como um aspecto pouco relevante quando seu número não for muito alto. No caso de abstenção técnica no âmbito da amostra aplicada o universo analisado não apresentou como sendo o facto determinante do não exercício do direito de votar. A maioria dos estudos que analisam o comportamento eleitoral interpreta o não exercício do direito de votar como um sinal de apatia ou de alienação.

As taxas de abstenção eleitoral tendem a oscilar nas diferentes eleições realizadas em Cabo Verde. Considerando os dados globais de participação eleitoral de 1991 a 2012, a taxa de abstenção global é de cerca de 36%, variando em cada círculo eleitoral e é diferente em cada tipo de eleição. As taxas de abstenção da diáspora ultrapassam 50%, e em alguns casos chega a 70%. Conjecturas específicas de mobilização eleitoral, importância do cargo em disputa na vida das pessoas, importância da política, confiança nos aspectos institucionais do sistema político, são aspectos que devem ser considerados para o entendimento do fenómeno da flutuação da taxa de abstenção em Cabo Verde.

Os dados oficiais indicam um nível de abstenção maior nos círculos São Vicente, Santiago Norte, Santiago Sul e Sal, com níveis superiores à média nacional. Geralmente costuma-se considerar que a população urbana dispõe de recursos simbólicos importantes que estimulam a mais participação eleitoral. No caso das taxas de abstenção nesses círculos, exceptuando o de Santiago Norte que é maioritariamente rural, uma hipótese a ser considerada seria de nelas residir uma população mais instruída, logo também mais crítica com o funcionamento do sistema político, reflectindo depois na taxa de participação/abstenção nos círculos eleitorais.

Do total dos 1.106 inquiridos recenseados 94% já votou alguma vez (sendo que 75% nunca se absteve e 19% já absteve alguma vez) e pouco mais que 5% declarou nunca ter votado. Assim, pode-se concluir que cerca de 25% dos inquiridos recenseados alguma vez se absteve sendo que 5,6% nunca votou e 19% já absteve alguma vez após ter participado numa eleição.

Da análise por sexo conclui-se que, embora, as mulheres representam uma menor percentagem de não recenseados tendem a abster-se mais do que homens. Tal evidência pode ser explicada por muitas razões. Uma diz respeito ao facto de subsistir traços da cultura patriarcal na sociedade caboverdeana com reflexos nos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher. Estas características resultam numa tradição de papéis assumidos entre os sexos com traços evidentes de desigualdade nas funções assumidas entre os indivíduos de ambos os géneros. O que resulta numa desigual distribuição de recursos como por exemplo: renda, informação, conhecimento, que irá reflectir em atitudes diferenciadas que afectam a participação política eleitoral. Entretanto, um facto observado é que as mulheres podem apresentar alguma resistência à primeira participação eleitoral mas iniciando tendem menos a abster nas outras eleições do que os homens.

A análise por faixa etária permite constatar que o grupo que se abstém mais são os indivíduos entre os 25-34 anos e a abstenção é posterior a uma primeira participação eleitoral. Nos jovens entre 18-24 anos regista-se o facto de uma percentagem significativa dos que nunca votaram o que pode indicar em parte um total desinteresse pela política e aquilo que a literatura designa de recusa a legitimidade do sistema político. Esse comportamento é geralmente verificado depois da fase inicial da euforia das primeiras eleições. E a faixa etária juvenil é a que mais apresenta esta tendência.

As razões da abstenção eleitoral da população inquirida indicam que 35% dos inquiridos justifica a não participação num acto eleitoral por motivos de ordem pessoal/familiares. No entanto, as outras principais causas apresentadas para a não participação tendem a relacionar com o descontentamento com o funcionamento do sistema político actual e com o comportamento dos representantes políticos. A descrença e a não confiança nos partidos políticos e nos políticos são as principais razões apresentadas em particular pelas mulheres e pelos indivíduos na faixa etária dos 25-34 anos, grupo com maior percentagem de abstenção.





Cabo Verde é um país insular formado por dez ilhas, sendo nove delas habitadas e está situado na costa ocidental africana. O país adquiriu a sua independência e soberania política em Julho de 1975, após cinco séculos de dominação colonial de Portugal.

Desde 1991 Cabo Verde realiza eleições livres e democráticas para escolher os representantes da Assembleia Nacional, os representantes das Câmaras e Assembleias Municipais, e o Presidente da República que também é eleito por sufrágio universal, livre e directo.

Em vinte e dois anos de democracia o país já realizou cinco eleições para eleger os deputados da Assembleia Nacional, seis para eleger os membros das Câmaras e Assembleias Municipais e sete para eleger o Presidente da República, sendo que duas foram eleições de 2ª volta (2001 e 2011).

A democracia caboverdeana tem sido referenciada por académicos bastante conceituados e muitas instituições de referência, como por exemplo: a Freedomhouse, EconomistUnit, Ibrahim Index, etc., como uma democracia bem-sucedida e um exemplo em África. O país é também considerado um exemplo de Boa Governação no continente africano, onde há respeito e garantia das liberdades e dos direitos essenciais do Estado do Direito Democrático. Avaliações recentes da Transparência Internacional (TI) indicam evidências de progressos e melhorias no reforço da transparência e do combate à corrupção traduzida na melhoria da posição ocupada pelo país no ranking daquela organização.

Todas as eleições realizadas têm sido consideradas livres, transparentes por observadores internacionais. Existem, entretanto, casos de contestação de alguns resultados eleitorais, sendo um exemplo as eleições de 2006 que foram contestadas na globalidade pelo partido da oposição (MPD). Instâncias judiciais decidiram as contestações e os partidos políticos têm respeitado os resultados eleitorais ao longo dessas duas décadas de funcionamento do regime democrático.

A aceitação dos resultados eleitorais, a garantia da alternância do poder, o respeito aos direitos fundamentais do cidadão e as liberdades do Estado de Direito são conquistas importantes e, aspectos fundamentais ao aprofundamento e consolidação da democracia do país. Outro aspecto positivo da democracia caboverdeana está ligado ao crescente suporte da população à democracia nos últimos anos. Frequentes estudos têm demonstrado que cada vez mais os caboverdeanos afirmam preferir a democracia a qualquer outro tipo de regime político.

Evidências comprovam um enraizamento das dimensões formais² do regime democrático no país. Mas também indicam que a democracia caboverdeana tem um caminho a percorrer no que diz respeito: às dimensões ligadas ao exercício de uma cidadania plena e inclusiva por todos os membros da comunidade política, à mais participação política e envolvimento da sociedade civil com os assuntos públicos, à igualdade da representação por género em todas as esferas de decisão do país, responsabilização dos titulares de cargos públicos, ao desenvolvimento e melhor organização da sociedade civil, etc.

Em relação a participação política, particularmente aquelas consideradas pela literatura (Magalhães, 2007) como as formas convencionais de participação política – o voto, a filiação partidária e a filiação sindical, uma extensa literatura enfatiza o seu declínio a nível global. Este declínio ocorre tanto nos países com democracia consolidada há muito mais tempo, quer nos países de democracia nova e que instalaram seus regimes democráticos após a queda do muro de Berlim e com o colapso da URSS, como é o caso de Cabo Verde. Este declínio na participação política teria explicações múltiplas e diversos variáveis interferem na sua compreensão.

Dados oficiais de participação/abstenção eleitoral nos círculos nacionais e da diáspora indicam uma oscilação de participação/abstenção nos três níveis de eleição realizadas em Cabo Verde. A variação dessas taxas de participação/abstenção reflectem comportamentos eleitorais distintos em cada eleição e em períodos políticos diferentes.

2] As dimensões formais da democracia consideradas pela literatura são: voto universal para escolha dos governantes, alternância do poder, aceitação das regras de jogo pelos actores políticos, existência de mais que uma fonte de informação, cidadania inclusiva.

Várias variáveis explicam a participação/abstenção eleitoral. Aspectos ligados à dimensão psicológica do indivíduo/grupo; cultura política; sistema eleitoral e partidário; confiança nos actores políticos, particularmente os partidos políticos e seus representantes; confiança nas instituições; satisfação com a vida frente a conjuntura económica e social; disponibilidade de recursos como informação, nível de educação, tempo dedicado a actividade política, são, aspectos importantes e que precisam ser considerados na análise da participação/abstenção eleitoral.

OBJECTIVOS DO ESTUDO

O estudo tem por objectivo analisar a participação eleitoral em Cabo Verde numa perspectiva de género e por grupos etários para conhecer as atitudes e as práticas que regem o comportamento eleitoral dos caboverdeanos.

Em particular, e de acordo com os TdR, o estudo visa, por um lado, analisar o perfil sócio-demográfico dos que não se recenseiam e dos que não votam e, conhecer, as principais causas e os determinantes do não recenseamento e da abstenção eleitoral, e responder as seguintes questões: “Será que as mulheres participam na mesma proporção que os homens?”, “A participação dos jovens ou outras categorias etárias está a aumentar ou a decrescer?”

Por outro, identificar e analisar as deficiências existentes no sistema eleitoral que dificultam o recenseamento eleitoral e propiciam abstenções eleitorais tanto no País como na Diáspora e fornecer inputs que subsidiem à provável reforma do sistema eleitoral, incluindo a revisão do código eleitoral, e orientar as instituições responsáveis pela organização eleitoral na sensibilização dos cidadãos para o exercício dos seus direitos civis e políticos.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Por forma a responder a todo os objectivos do estudo perspectivou-se a análise de várias fontes de informação, desde dados administrativos, resultados oficiais dos recenseamentos eleitorais e resultados de todas as eleições realizadas no país, aos dados recolhidos através do inquérito quantitativo à população e entrevistas qualitativas realizadas a várias

personalidades ligadas ao processo de eleição, representantes dos Partidos Políticos e Mulheres com funções de deputadas quer a nível da Assembleia Nacional quer a nível Municipal, sempre considerando como fundamental uma abordagem género e por grupo etário. Limitações metodológicas não permitiram a análise com abordagem género nos dados administrativos. Por um lado porque a legislação do país estabelece a publicação dos dados eleitorais em números absolutos sem a delimitação por sexo, por outro, não foi permitida a consulta dos cadernos eleitorais. Estes sob a guarda da CNE não são permitidos para consulta pública por motivos de segurança e protecção dos dados pessoais.

Caso fosse possível poder-se ia fazer uma análise mais acurada do perfil do eleitor caboverdeano, em particular do perfil dos recenseados e dos absentistas, tendo em consideração a abordagem género e idade.

Estas lacunas podem ser resolvidas no futuro pelas instituições do processo eleitoral através do tratamento e divulgação dos dados eleitorais por sexo e categorias etárias.

ESTRUTURA DA ANÁLISE

O estudo está estruturado em três partes: a primeira onde se apresenta uma introdução que inclui os objectivos e as limitações do estudo e os aspectos metodológicos.

A segunda parte está dividida em três capítulos, sendo o primeiro de análise da participação eleitoral, com análise da evolução dos inscritos nos recenseamentos eleitorais, análise da evolução da participação eleitoral, retrato do perfil dos não recenseados e as principais razões do não recenseamento; o segundo de análise da abstenção eleitoral em Cabo Verde: evolução e as principais causas; e o terceiro em que se analisa as opiniões dos inquiridos sobre as reformas para promover mais participação política.

A terceira parte apresenta uma conclusão sintética do estudo e algumas recomendações.



Levando em consideração os objectivos estabelecidos nos TdR a realização do estudo utilizou uma metodologia múltipla combinando métodos quantitativos e qualitativos. Esta metodologia teve como objectivo extrair o máximo de informações em um limitado período de tempo e que permitisse aferir sobre determinantes sociais da participação eleitoral e da abstenção eleitoral dos caboverdianos nas diferentes eleições políticas realizadas até hoje no país.

A metodologia utilizada foi definida em quatro etapas de trabalho todas interligadas entre si. Todas elas levaram em consideração os objectivos definidos nos termos de referência e metas definidas no âmbito do projecto em curso.



Os principais métodos utilizados para a avaliação do objecto de estudo foram:

- (i) Enquadramento e análise documental, relatórios, pesquisas e dados relacionados ao sistema eleitoral em Cabo Verde da abertura política até à data;
- (ii) Análise dos resultados eleitorais publicados nos B.O.
- (iii) Entrevistas semi-estruturadas a representantes dos partidos políticos, entidades com intervenção no processo eleitoral, mulheres eleitas ou que ocuparam posição de decisão política a nível nacional como as Deputadas para a Assembleia Nacional e do poder local nomeadamente: Presidentes de Câmaras e Deputadas Municipais;
- (iv) Inquérito por amostragem junto a população.

DADOS ADMINISTRATIVOS

Numa primeira etapa foi feito um levantamento de toda a documentação existente sobre as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991 até 2012, estudos existentes neste domínio quer a nível nacional quer a nível internacional e a revisão da bibliografia teórica sobre a participação eleitoral e sistemas eleitorais.

Para análise da evolução dos indicadores sobre o número de inscritos, o número de votantes e taxas de abstenção recorreu-se aos resultados eleitorais publicadas nos BO das diversas eleições e resultados dos recenseamentos publicados em editais dos BO.

Um dos objectivos era a abordagem género e por idade, no entanto o estudo teve algumas limitações metodológicas que não permitiram esta abordagem na análise dos resultados oficiais das várias eleições realizadas no país.

Por um lado a legislação estabelece a publicação dos dados eleitorais em números absolutos sem a delimitação por sexo, por outro, não foi permitida a consulta dos cadernos eleitorais.

Estes sob a guarda da CNE não são permitidos para consulta pública por motivos de segurança e protecção dos dados pessoais. Caso fosse

possível poder-se ia fazer uma análise mais acurada do perfil do eleitor caboverdeano, em particular do perfil dos recenseados e dos absentistas, tendo em consideração a abordagem género e idade.

Estas lacunas podem ser resolvidas se o tratamento e divulgação dos dados eleitorais pelas autoridades do processo eleitoral no futuro considerarem a dimensão género e categorias etárias.

Uma outra limitação da análise diz respeito aos resultados oficiais publicados e onde constatamos erros de somas das partes que muitas vezes não se igualam ao total, ficando o analista sem saber se o erro está no resultado final ou nas parcelas.

INQUÉRITO QUANTITATIVO DIRIGIDO À POPULAÇÃO

Objectivos

O objectivo da sondagem quantitativa no âmbito do “*Estudo sobre a participação eleitoral em Cabo Verde numa perspectiva de género*” foi recolher junto à população alvo, população de 18 anos ou mais, informações sobre as atitudes e práticas perante o sistema eleitoral, medir o nível de participação e as causas da não participação eleitoral, seja ela através do não recenseamento, seja através da abstenção eleitoral, assim como, informações que possam permitir traçar o perfil dessas pessoas.

Processo amostral

Sendo um estudo de opinião, e tendo em conta as condições logísticas e de tempo disponível para a sua realização, optou-se pelo processo amostral por quotas, processo não probabilístico, com uma amostra que assegure a representatividade da população com 18 anos e mais nas categorias chaves para o estudo: sexo e grupos etários.

A escolha do método por quota deve-se ao facto de ser o método não probabilístico que apresenta maior rigor técnico tendo em conta os procedimentos que se segue e a sua semelhança com o método probabilístico

estratificado, e é geralmente utilizado em inquéritos de opinião onde o tempo de recolha e os custos são limitados.

Partindo do universo dos 299.999 indivíduos, com 18 anos ou mais, residentes no País (resultados do Censo 2010) e com base numa amostragem simples, fixou-se a amostra a nível nacional, em 1.265 inquiridos, dimensão suficiente para garantir com 95% de confiança uma representatividade a nível nacional e uma margem de erro de 3%, pese embora tenham sido realizadas 1.261 entrevistas.

Numa segunda fase classificou-se a população em função das características tidas como relevantes para o fenómeno em estudo. Tendo em conta as recomendações do TdR de enfatizar a questão de género e da juventude elegeram-se as variáveis sexo e idade como variáveis para subdividir o universo da população de 18 anos ou mais. Considerando o peso dos vários círculos eleitorais optou-se por distribuir a amostra pelos seis maiores círculos eleitorais (Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago Sul, Santiago Norte e Fogo) que representam 93% do total de eleitores a nível nacional.

Assumindo que a estrutura da população não se altera drasticamente em dois anos utilizou-se a estrutura dos dados do último censo demográfico realizado em 2010 para desagregar a população de 18 anos ou mais segundo sexo e grupo etário pelos círculos eleitorais, de acordo com a tabela abaixo.

Quadro 1 Distribuição da população de 18 anos ou mais recenseada no Censo 2010, segundo os círculos eleitorais nacionais por sexo e grupo etário

	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Fogo	Brava	Santiago Sul	Santiago Norte	Total
MASCULINOS											
18-24	3.203	6.473	849	2.186	730	475	2.700	356	11.409	10.788	39.169
25-34	3.142	6.591	1095	3.670	1768	542	2.734	522	13.016	8.421	41.501
35-44	3.121	4.920	840	1.909	863	414	1.591	353	7.919	5.164	27.094
45-64	3.184	5.560	811	1.474	580	385	2.139	371	7.480	5.085	27.069
65+	1.968	2.150	571	291	233	214	1.073	208	1.984	3.693	12.385
FEMININOS											
18-24	2.637	5.893	665	1.931	572	386	2.635	386	11.534	10.463	37.102
25-34	2.447	6.236	821	2.558	871	530	2.448	486	12.711	8.235	37.343
35-44	2.334	4.439	680	1.405	396	438	1.676	330	8.116	6.619	26.433
45-64	2.642	5.256	819	1.182	391	570	2.912	388	8.894	9.886	32.940
65+	2.651	3.484	851	435	256	338	1.501	269	3.285	5.893	18.963
TOTAL	27.329	51.002	8.002	17.041	6.660	4.292	21.409	3.669	86.348	74.247	299.999
PESO (%)	9,1	17,0	2,7	5,7	2,2	1,4	7,1	1,2	28,8	24,7	100,0

Fonte: INE, Censo 2010. Quadro produzido pelos consultores.

As entrevistas foram realizadas nos seis círculos eleitorais com maior representatividade: Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago Sul (Praia), Santiago Norte (Tarrafal, Santa Catarina e Santa Cruz) e Fogo (São Filipe), e que representam 92,5% da população alvo, pelo que a amostra total foi distribuída de forma a garantir a proporcionalidade de cada subgrupo em todos os domínios de estudo.

Quadro 2 Distribuição da população alvo por classes sexo e idade

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Fogo	Santiago Sul	Santiago Norte	Total
MASC 18-24	1,2	2,3	0,8	1,0	4,1	3,9	13,3
MASC 25-34	1,1	2,4	1,3	1,0	4,7	3,0	13,5
MASC 35-44	1,1	1,8	0,7	0,6	2,9	1,9	8,9
MASC 45-64	1,1	2,0	0,5	0,8	2,7	1,8	9,0
MASC 65+	0,7	0,8	0,1	0,4	0,7	1,3	4,0
FEM 18-24	1,0	2,1	0,7	0,9	4,2	3,8	12,7
FEM 25-34	0,9	2,2	0,9	0,9	4,6	3,0	12,5
FEM 35-44	0,8	1,6	0,5	0,6	2,9	2,4	8,9
FEM 45-64	1,0	1,9	0,4	1,0	3,2	3,6	11,1
FEM 65+	1,0	1,3	0,2	0,5	1,2	2,1	6,2
TOTAL	9,9	18,4	6,1	7,7	31,1	26,8	100,0

Em cada domínio de estudo foram identificadas os bairros mais populosos para a realização dos inquéritos. As famílias foram seleccionadas de forma aleatória seguindo um determinado passo padrão. Em cada agregado foi seleccionado apenas um indivíduo de 18 anos ou mais, por ordem do último que fez aniversário obedecendo sempre a quota em cada subgrupo pré definido.

As entrevistas seguiram um questionário estruturado com perguntas fechadas que incluíram questões de caracterização socioeconómica do indivíduo e questões relativas ao fenómeno em estudo, participação eleitoral e percepção subjectiva da democracia.

As perguntas seguiram em certa medida o modelo do questionário utilizado em Portugal para um estudo³ de avaliação de atitudes e comportamentos face ao funcionamento do sistema político e a participação cívica

3] Magalhães, Pedro e Moral, Jesus S. Os jovens e a Política: – Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2008.

e social dos jovens, estudo comparável a nível europeu. Uma outra fonte de referência foi os estudos da Afrobarometer/Afrosondagem (2008).

Foram realizadas 1.261 completas por entrevista directa em crioulo, entre os dias 26 a 31 Dezembro de 2012, por uma equipa de 12 agentes inquiridores supervisionados pelas consultoras do estudo.

A digitação dos inquéritos foi feito recorrendo ao SPSS Data Entry por uma equipa de três digitadores contratados para o efeito e o tratamento e as tabulações foram feitas em SPSS.

Quadro 3 Distribuição das entrevistas feitas segundo o círculo eleitoral por sexo e grupo de idade

	TOTAL	Santo Antão	São Vicente	Sal	Praia	Santiago Norte	Fogo
TOTAL	1.261	120	248	99	379	315	100
SEXO							
MASCULINO	595	61	120	49	182	138	45
FEMININO	666	59	128	50	197	177	55
SEXO-IDADE							
M18_24	161	12	31	12	49	45	12
M25_34	155	13	34	9	55	31	13
M35-44	101	11	20	8	34	22	6
M45-64	108	13	21	10	34	21	9
M65+	70	12	14	10	10	19	5
F18_24	157	12	27	7	51	45	15
F25-34	163	10	32	10	58	38	15
F35-44	122	13	23	11	34	34	7
F45_64	137	12	28	10	39	38	10
F65+	87	12	18	12	15	22	8

ENTREVISTAS QUALITATIVAS

Com o objectivo de conhecer os meandros de todo o sistema/processo eleitoral foram realizadas entrevistas qualitativas aos dirigentes e personalidades que intervêm directamente no processo eleitoral em Cabo Verde. A destacar:

- Membro Permanente e Secretária da CNE – Dra. Elba Pires;
- Directora Geral da Direcção Geral do Processo Eleitoral (DGAPE) – Dra. Arlinda Chantre;
- Delegados dos Partidos Políticos na CNE (MPD, PAICV, UCID);
- Dirigentes dos Partidos Políticos com representação parlamentar (MPD, PAICV, UCID) – Carlos Veiga (MPD), Armindo Mauricio (PAICV), Lídio Silva (UCID)
- Representantes consulares nos países da diáspora caboverdeana – Eduardo Silva, Joaquim Maia, Hercules Cruz, Alice Santos.

Tendo em conta a abordagem género que se quer imprimir no estudo, e tendo em consideração a diferença existente no país a nível da participação das mulheres e dos homens, principalmente, no que diz respeito aos lugares elegíveis nas listas apresentadas aquando das eleições, foram realizadas entrevistas a mulheres que foram ou actualmente exercem cargos políticos de relevo:

- Mulheres que exercem ou exerceram mandato na Assembleia Nacional, (um total de 4 mulheres)
- Deputadas Municipais dos Círculos de São Vicente, São Antão e Santiago (um total de 8)
- Mulheres Presidentes Câmaras Eleitas: Isaura Gomes (São Vicente) e Vera Almeida (Paúl).



CAPITULO I
PARTICIPAÇÃO
ELEITORAL
EM CABO VERDE



Na Ciência Política o conceito de participação política é utilizado para designar um conjunto de actividades como por exemplo: votar, filiar a um partido político, participar em manifestações, comícios, exercer cargo político, etc.

No âmbito deste estudo o foco consiste em analisar as atitudes e os comportamentos eleitorais, considerando que o conceito de participação eleitoral é o mecanismo de participação política mais convencional das sociedades democráticas e, em muitos casos, a única forma utilizada para a participação nos assuntos públicos, (Bobbio, 1994).

Em Dezembro de 1980, Cabo Verde converteu-se no vigésimo segundo Estado que assinou a Convenção para a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”, cujo Artigo 7b estabelece que os Estados tomem todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país, particularmente, garantindo a igualdade de condições com os homens, assim como o direito a participar na formulação das políticas governamentais e na execução destas.

Desconhecendo as causas e determinantes da participação ou não participação política e eleitoral da população, em particular se existe mais ou menos participação dos homens ou das mulheres, mais ou menos participação dos jovens, este estudo leva em consideração a abordagem género, sempre que os dados o permitir, analisando um conjunto de variáveis que podem explicar as desigualdades de participação política e eleitoral entre os sexos.

Não é objectivo deste estudo descrever as várias teorias que explicam as diferenças de participação entre os sexos. Contudo importa observar que para a compreensão do nível da participação política entre os homens e as mulheres predominam três correntes que explicam os factores que

determinam as desigualdades de género. Todas as correntes acabam por se relacionar entre si (Baum e Santo, 2007: 114).

A primeira corrente utiliza os factores estruturais ou de recursos para explicar as diferenças de participação entre as mulheres e os homens. Defende que as barreiras de cariz sócio económicas e o acesso desigual a recursos têm reflexos no nível de participação política das mulheres pois, elas estariam mais sujeitas a situações desiguais. Essa situação de desigualdades enfraquece as mulheres sobretudo no domínio das lideranças e actividades políticas.

Uma segunda corrente utiliza as variáveis de cunho institucional para explicar as diferenças nos níveis de participação política entre as mulheres e os homens. A razão principal das desigualdades de participação política entre os sexos é justificada pelos teóricos dessa abordagem por factores normativos e institucionais, que reflectem posteriormente, na participação política em suas várias dimensões. Assim, a ênfase da análise centra particularmente no sistema eleitoral e partidário vigente num país, nas estruturas internas dos partidos e dos movimentos sociais, etc.

A terceira corrente teórica explica as desigualdades de participação política entre os sexos com base nos factores culturais. Para esta corrente, a existência de atitudes baseadas na tradição dos papéis assumidos pelos indivíduos de sexo masculino e feminino, o apoio ou não à igualdade de género, o papel do feminismo teriam reflexo nas actividades políticas, particularmente a participação política.

Este estudo relaciona aspectos das três correntes teóricas para explicar os comportamentos e atitudes que definem os indivíduos de sexo masculino e feminino nas eleições realizadas em Cabo Verde, tendo sempre em atenção o factor idade, por forma a conhecer principalmente o comportamento dos jovens. Os aspectos institucionais anteriormente referidos, particularmente, o sistema eleitoral e as organizações partidárias são utilizados no estudo como variáveis independentes na análise do comportamento político entre os sexos.

A participação eleitoral por via do sufrágio universal e directo é uma conquista do século XX. Para muitos países essa conquista aconteceu nos finais da última década do século XX com o advento da democratização como é o caso de Cabo Verde.

A participação política eleitoral pode ser definida como o acto que os membros de uma comunidade política dispendo de capacidade eleitoral activa têm para escolher os representantes políticos nas diferentes eleições por via do voto.

A Constituição da República (CR) e o Código Eleitoral (CE) de Cabo Verde estabelecem para as eleições municipais, legislativas e presidenciais a realização de sufrágio directo e universal. O direito de sufrágio em eleições legislativas e presidenciais abrange todos os cidadãos caboverdeanos residentes no país e na diáspora, com idade igual ou superior a 18 anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral, desde que estejam recenseados nos cadernos eleitorais. Nas eleições autárquicas podem participar somente os cidadãos residentes no país, caboverdeanos e estrangeiros, desde que estejam validamente recenseadas na data das eleições.

O direito ao voto passa não só pela delimitação da população alvo em termos de nacionalidade, idade e residência, como, pela inscrição desta população alvo nos cadernos eleitorais aquando dos Recenseamentos Eleitorais (RE).

Desde a abertura política Cabo Verde realiza regularmente eleições nos três níveis de poder político: Legislativas, Presidenciais e Municipais (Câmaras Municipais e Assembleias Municipais). Das eleições realizadas até hoje, das quais as últimas foram as Legislativas e as Presidenciais realizadas em 2011 e as Municipais em 2012, todas foram consideradas justas, transparentes e livres por observadores internacionais que acompanham regularmente as eleições em Cabo Verde.

Levando em consideração as dinâmicas demográficas da sociedade e a melhoria paulatina do próprio processo eleitoral, intimamente ligada ao processo de consolidação do regime democrático e das instituições do sistema democrático cabo-verdiano, importa analisar a participação da população alvo nas eleições realizadas de 1991 até hoje. Dois aspectos são fundamentais para a análise da participação eleitoral: o primeiro diz respeito ao processo de recensear, e o segundo, o de votar.

1.1. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RECENSEADA

1.1.1. CÍRCULOS ELEITORAIS NACIONAIS

De acordo com os dados recolhidos nos Boletins Oficiais, referentes a todas as eleições realizadas no país de 1991 a 2012, é possível constatar que a população recenseada ao longo dos vinte anos do funcionamento do regime democrático apresenta uma tendência crescente com excepção do período entre 2007 e 2008 altura em que se procede à criação de uma nova base de dados de recenseamento (BDRE).

Gráfico 1 Número de inscritos nas eleições Legislativas, Presidenciais e Autárquicas 1991-2012



Quadro 4 Número de inscritos segundo os círculos nacionais por tipo de eleição
Fonte: Resultados publicados nos B.O.

	Total Nacional	Santo António	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago Norte	Santiago Sul	Fogo	Brava
LEC_91	159.988	21.627	27.408	7.097	4.380	1.897	2.334	41.979	35.392	14.874	3.000
PRE_91	159.534	21.614	27.577	7.084	4.380	1.900	2.328	76.794 ^a		14.856	3.001
AUT_91	173.953	22.731	28.529	7.513	4.605	1.947	2.518	44.770	42.027	16.058	3.255
LEC_95	187.126	23.381	32.693	7.459	5.554	2.023	2.741	52.358	41.192	16.375	3.350
PRE_96	187.793	23.441	32.783	7.548	5.550	2.025	2.743	52.742	41.240	16.384	3.337
AUT_96	186.958	23.389	32.693	7.535	5.546	2.026	2.742	52.408	40.832	16.382	3.405
AUT_00	213.350	26.290	38.938	8.336	6.382	2.284	3.347	54.850	49.478	19.180	4.265
LEC_01	232.122	26.892	40.243	8.684	6.854	2.344	3.422	65.822	54.088	19.299	4.474
PRE_01.1	232.214	26.843	40.248	8.653	6.841	2.325	3.422	65.630	54.040	19.742	4.470
PRE_01.2	232.205	26.842	40.204	8.652	6.842	2.325	3.422	65.688	54.015	19.745	4.470
AUT_04	248.506	27.921	43.979	8.709	8.228	2.828	3.746	69.228	58.013	21.329	4.525
LEC_06	271.227	29.397	46.945	9.064	10.577	3.340	4.194	75.051	64.543	23.104	5.012
PRE_06	272.020	29.397	47.646	9.063	10.577	3.357	4.194	75.113	64.543	23.118	5.012
AUT_08	227.239	24.867	44.711	4.592	14.038	4.107	3.848	46.199	64.260	17.019	3.598
LEC_11	264.220	26.559	45.802	8.113	14.229	4.428	4.128	58.158	78.751	20.311	3.741
PRE_11	267.676	27.216	46.198	8.268	14.146	4.457	4.259	58.850	79.781	20.675	3.826
AUT_12	282.406	28.576	47.570	8.716	14.883	5.658	4.430	70.917	75.706	21.829	4.121

Legenda: LEG – Legislativas; PRE – Presidenciais; AUT – Eleições Municipais, os números dizem respeito ao ano em que foi realizada a eleição
a) Resultados publicados a nível de Santiago

Comparando os resultados dos inscritos nas eleições autárquicas de 2000 e os recenseamentos eleitorais 2003-2010, com a dinâmica demográfica da população de 18 anos ou mais⁴, no mesmo período observa-se, nos gráficos n.º 2 e 3, que os resultados do total de recenseados entre 2003

4] INE, Projecções demográficas 2000-2030

e 2006 tendem a ser sobrevalorizados com efectivos superiores aos projectados pelo INE, facto que poderá ter influenciado no cálculo das abstenções, sobrevalorizando-as.

Gráfico 2 Evolução dos resultados dos recenseamentos Eleitorais e da População de 18 anos ou mais⁵

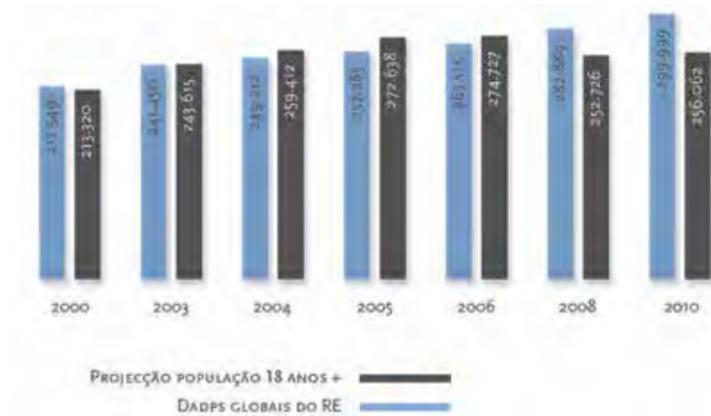
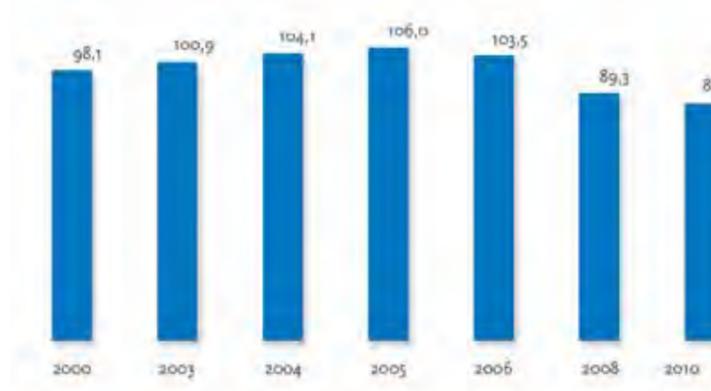


Gráfico 3 Percentagem da população com 18 anos e mais recenseada no universo da população projectada com a mesma idade



5] Fontes: INE, Projecções demográficas 2000-2030, Editais dos Resultados dos Recenseamentos Eleitorais 2003 – 2010 (Ver lista de Editais na Bibliografia).

Recorrendo aos dados dos últimos Censos Demográficos realizados em 2000 e 2010 e aos resultados dos inscritos nas autárquicas de 2000 e o recenseamento eleitoral de 2010, desagregados pelos diferentes círculos eleitorais, podemos perceber a partir do quadro nº5 a evolução e as deficiências dos recenseamentos eleitorais nestes dois períodos por círculo eleitoral.

Observa-se que a nível nacional em 2000 os inscritos representavam cerca de 98% da população com 18 anos ou mais. No entanto alguns círculos eleitorais apresentavam percentagens superiores a 100%, facto que nos leva a concluir que naquele período havia uma sobre avaliação dos recenseados naqueles círculos eleitorais. Os círculos mais críticos em 2000 são os da Brava e São Nicolau onde o número de recenseados representavam em 2000 cerca de 121% e 113%, respectivamente, dos efectivos da população residente com idade para recensear.

Considerando estes resultados, com uma sobreavaliação dos inscritos, muitas vezes derivadas das duplas inscrições por mudança de residência e o não abatimento dos óbitos, pode-se também aferir que as taxas de abstenção durante aquele período foram sobreavaliadas.

Quadro 5 População efectiva com 18 anos ou mais e efectivos inscritos nos anos 2000 e 2010⁶

	ANO 2000			ANO 2010		
	População 18anos+ Censo 2000	Inscritos nas autárquicas 2000	% Inscritos	População 18 anos + Censo 2010	Inscritos RE 2010	% Inscritos
CABO VERDE	217.549	213.320	98,1	299.999	256.062	85,4
SANTO ANTÃO	24.631	26.290	106,7	27.329	25.950,0	95,0
SÃO VICENTE	37.806	38.938	103,0	51.002	45.027,0	88,3
SÃO NICOLAU	7.408	8.336	112,5	8.002	7.979,0	99,7
SAL	8.341	6.352	76,2	17.041	14.092,0	82,7
BOAVISTA	2.564	2.284	89,1	6.660	4.035,0	60,6
MAIO	3.348	3.347	100,0	4.292	4.068,0	94,8
SANTIAGO NORTE	58.375	54.850	94,0	74.247	62.564,0	84,3
SANTIAGO SUL	53.753	49.478	92,0	86.348	68.980,0	79,9
FOGO	17.819	19.180	107,6	21.409	19.704,0	92,0
BRAVA	3.504	4.265	121,7	3.669	3.663,0	99,8

6] INE - RGPH 2000 e 2010; Edital 01/2010. BO N° 41, II Série, 13 Outubro 2010. BO N° 6, I Série, 6 Março 2000.

O aprimoramento do processo eleitoral e as melhorias introduzidas na legislação eleitoral permitem que os números relativos à percentagem da população recenseada passam a reflectir cada vez mais e melhor a realidade do país. Em 2010, a população recenseada passa a representar 85,4% da população alvo a nível nacional e não se constata casos de possíveis sobre contagens de inscritos em nenhum dos círculos eleitorais.

Actualmente pode-se constatar, com excepção dos círculos da Boavista e do Sal, que os níveis de incidência de população recenseada aproximam-se dos 100%. Os círculos da Boavista e do Sal são os mais críticos tendo em conta que são ilhas com muita mobilidade da população. Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo de residentes devido a dinâmica económica dessas duas ilhas, fortemente centradas no turismo, sector que atrai cada vez mais pessoas em busca de novas oportunidades.

As deficiências e as melhorias subsequentes introduzidas no processo de recenseamento observadas ao longo dos anos são justificadas pelos diferentes métodos no processo de recenseamento.

Nas eleições de 1991 as autoridades do processo eleitoral não dispunham de uma Base de Dados (BD) de eleitores inscritos. Naquela altura foi feita um recenseamento geral e depois das eleições os dados não foram utilizados para a construção de uma BD.

Para as eleições de 1995 fez-se um recenseamento geral que permitiu a actualização dos dados, introdução de novos eleitores e eliminação dos que perderam a capacidade eleitoral. A partir de 1995 foi criado um registo central constituído pelas informações enviadas pelas Comissões de Recenseamento. Entretanto, somente os serviços de apoio ao processo eleitoral tinham acesso a essa BD e não contemplava os eleitores inscritos no círculo eleitoral da diáspora. A BD de 1995 também não era centralizada e funcionava com muitos inconvenientes e a segurança era muito limitada. Por exemplo, não era possível verificar a existência de múltiplas inscrições através do cruzamento de informações, os óbitos não eram eliminados pois as informações não eram enviadas quer pelas Conservatórias quer pelas Delegações dos Registos Cíveis. Estas razões determinaram a realização de um novo recenseamento em 2007/2008.

Em 2007 são introduzidas também melhorias na legislação eleitoral, a destacar o artigo do CE que veio estabelecer a obrigatoriedade permanen-

te e única do recenseamento para todas as eleições por sufrágio universal, directo, igual e secreto.

As autoridades do processo eleitoral e os partidos políticos reconhecem que a BD de 2007/2008 trouxe melhorias significativas ao processo eleitoral caboverdeano. O recenseamento único, permanente e contínuo veio melhorar a organização do processo eleitoral e permite as instituições ligadas ao processo eleitoral a possibilidade de serem mais eficientes e garantir melhor o direito de participação dos cidadãos nas diferentes disputas eleitorais.

Destaca-se, igualmente, a possibilidade da actual base de dados permitir a actualização permanente dos dados dos círculos eleitorais nacionais, exceptuando os círculos eleitorais da diáspora que aguardam esclarecimento sobre os limites da competência da missão diplomática enquanto entidade recenseadora. A CNE alega que é necessário uma clarificação da lei quanto às competências das missões diplomáticas no processo de recenseamento fora do período eleitoral.

Pode-se concluir e conforme é destacado pelas autoridades ligadas ao processo eleitoral^{7]} (DGAPE e CNE) e por especialistas nacionais na matéria da legislação eleitoral cabo-verdeana^{8]}, que os avanços introduzidos no processo eleitoral nos últimos anos constituem um avanço bastante positivo e introduz aspectos que incentivam a participação eleitoral dos cidadãos caboverdeanos.

Apesar do último recenseamento geral ter sido feito em apenas três meses as autoridades ligadas ao processo eleitoral consideram que foi bem sucedida. Admitem porém que no pouco tempo disponível para concluir o processo de recenseamento era impossível resolver todas as lacunas existentes no processo de recenseamento e conseguir inscrever todos os cidadãos com capacidade eleitoral.

Contudo realça-se o facto dos resultados oficiais do recenseamento divulgados não serem desagregados por sexo e grupos etários e nem de ser possível consultar os cadernos eleitorais. O que não permite fazer análi-

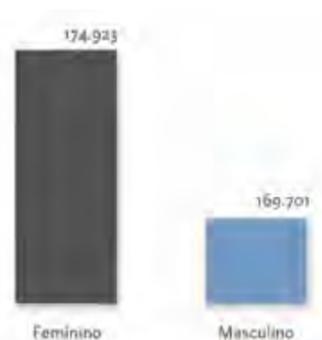
7] Opinião da Directora Geral da Administração do Processo Eleitoral em entrevista concedida em Janeiro de 2013.

8] Silva, Mário. Código Eleitoral Anotado, 2^{ff} Ed, s/d.

ses com abordagem género e por faixas etárias e direccionar políticas de sensibilização ao recenseamento eleitoral a populações alvo.

Os únicos dados desagregados por sexo disponibilizados são os relativos ao número de inscritos até a Julho de 2012, incluindo os círculos nacionais e os da diáspora. De um total de 344.624 inscritos, 50,8% são do sexo feminino e 49,2% do sexo masculino, proporção idêntica à verificada a nível da população total do Censo 2010. Entretanto, tal dado não é suficiente para permitir analisar o peso dos recenseados comparando-os com as projecções demográficas para o respectivo ano, nem concluir que existem mais ou menos mulheres inscritas comparativamente aos homens, nem tão pouco se estas tendem ou não a participar mais nas eleições.

Gráfico 4 Distribuição do total dos recenseados (nacional e diáspora) até 01 de Julho de 2012 na base BDRE



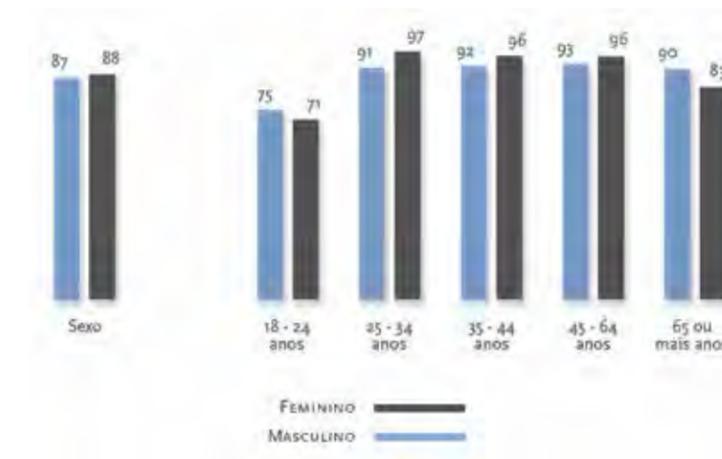
Fonte: Base Dados DGAPE/ 2012.

As vantagens do recenseamento contínuo e a evolução da organização do processo eleitoral em Cabo Verde ficam também evidentes nos dados recolhidos no inquérito para efeitos deste estudo, pois dos 1.261 entrevistados cerca de 88% são recenseados.

Da análise por sexo constata-se que a percentagem de recenseados entre as mulheres é ligeiramente superior à dos homens (88% e 87%, respectivamente). Por grupos etários, observa-se que é entre os mais jovens

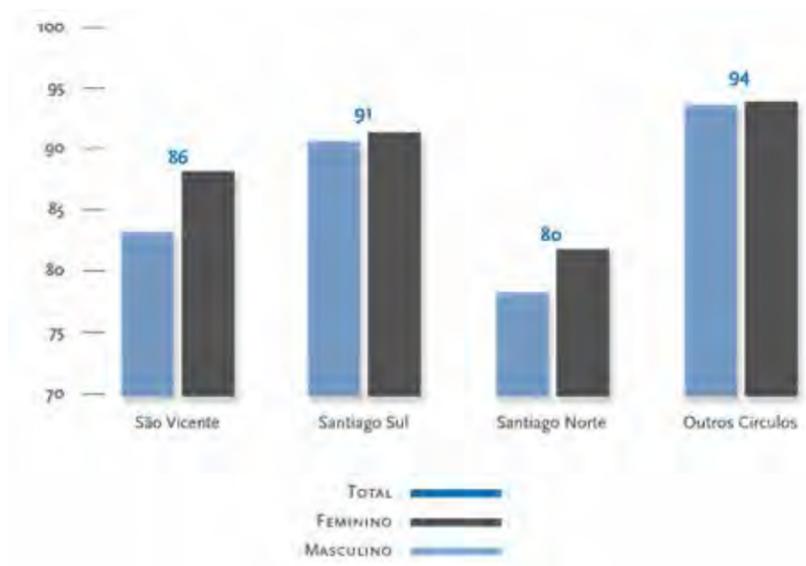
(18-24 anos) e os idosos (65 anos ou mais) onde os níveis de recenseamento tendem a ser os mais baixos, principalmente entre as mulheres.

Gráfico 5 Percentagem de população recenseada por sexo e grupo etário



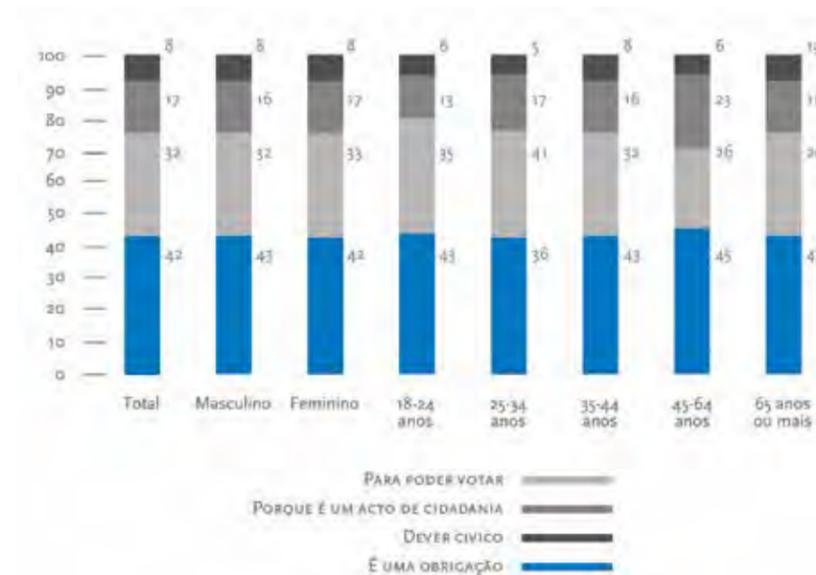
De acordo com os resultados do inquérito pode-se observar no gráfico nº6 que o círculo de Santiago Norte é que apresenta a menor percentagem de recenseados (80%), seguido de São Vicente com 86%. Da análise por sexo, observa-se que, enquanto, nos círculos de Santiago Sul e outros círculos, a percentagem de recenseados é superior a 90% e não apresenta diferenças significativas entre os sexos. Nos círculos de São Vicente e de Santiago Norte a diferença entre os sexos é muito significativa com maior incidência de recenseados entre as mulheres do que entre os homens. Em São Vicente enquanto 88% das mulheres inquiridas já estão recenseadas somente 83% dos homens estão. Em Santiago Norte, enquanto 82% das mulheres já estão recenseadas somente 78% dos homens declaram estar recenseados. A grande maioria dos recenseados fez o seu recenseamento antes das eleições de 1995 (39% para as eleições de 1991 e 12% para as eleições de 2005) recorrendo às Delegações da Comissão de Recenseamento no seu Concelho (45%) ou aos serviços móveis postos à disposição nos concelhos (48%).

Gráfico 6 Percentagem de população recenseada por círculo eleitoral



Questionados sobre as razões que os levou a recensear 42% dos inquiridos enaltecem como razão principal o facto de poderem votar, enquanto 32% considera o acto de recensear um acto de cidadania. Cerca de 17% considera o acto de recensear um dever cívico e 8% considera que seja uma obrigação. Os resultados não permitem inferir se existe diferenças de atitudes entre os sexos, no entanto observa-se que no grupo etário 25-34 anos uma maior percentagem de indivíduos que consideram o recenseamento eleitoral como um acto de cidadania (42%), razão que tende a ser menos importante à medida que se avança na idade. Os indivíduos da terceira idade, 65 anos ou mais, tendem a recensear para poderem votar (47%) e são os que mais consideram o acto de recensear como um acto obrigatório (19%).

Gráfico 7 Percentagem de população recenseada por sexo e grupo etário, segundo as razões que os levaram a recensear.



Para além da maioria da população inquirida estar recenseada, condição primordial para o exercício do direito de participação eleitoral, o inquérito aplicado fornece pistas que permite caracterizar a população recenseada a partir de algumas variáveis demográficas e sócio-económicas como por exemplo o nível de instrução e situação perante actividade económica.

1.1.2. Perfil demográfico dos que não se recenseiam

Da análise dos dados disponíveis do RE comparativamente com os do Censo Demográfico realizado em 2010, pode-se aferir que cerca de 4% da população elegível para votar não estava recenseada em 2010.

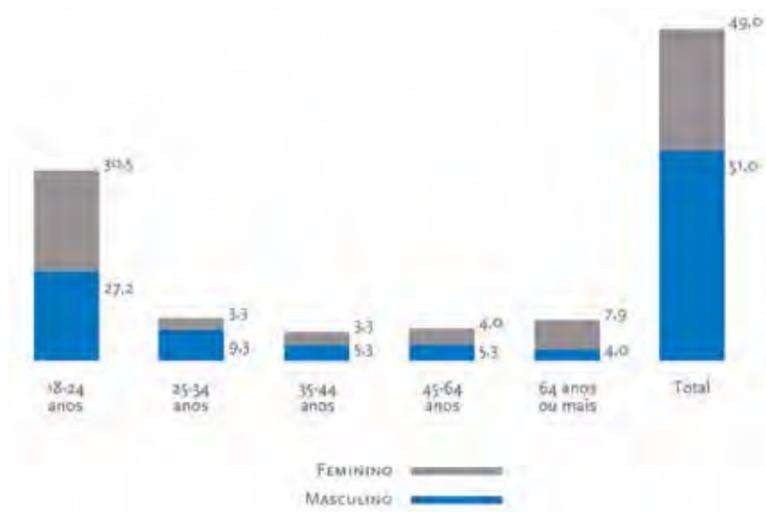
Por forma a atender a um dos objectivos do estudo, que é estudar as causas para o não recenseamento eleitoral, condição necessária para a participação eleitoral, o inquérito realizado permitiu traçar o perfil dos

indivíduos que não se recenseiam e os principais motivos para não o fazerem

Dos 1.261 inquiridos 88% declararam estar recenseados e 12% declararam ainda não terem recenseado.

Os não recenseados são, na sua grande maioria, jovens de 18-24 anos (57,6%). No cômputo global encontra-se mais homens do que mulheres sem recensear, principalmente, nas idades entre os 25-64 anos. As mulheres apresentam uma certa maioria nas idades mais jovens, e também a partir dos 65 anos de idade.

Gráfico 8 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo e grupo etário.



Os não recenseados sendo jovens, são na grande maioria estudantes e/ou desempregados, e com o nível de instrução o ensino secundário ou superior.

No que diz respeito ao nível de instrução os dados confirmam a realidade nacional, com os homens a serem mais instruídos do que as mulheres, principalmente devido ao efeito geração, pese embora, em termos de frequência, actualmente se verifica uma tendência para um aumento significativo de mulheres no ensino secundário e superior, comparativamente aos homens.

Gráfico 9 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo por nível de instrução.

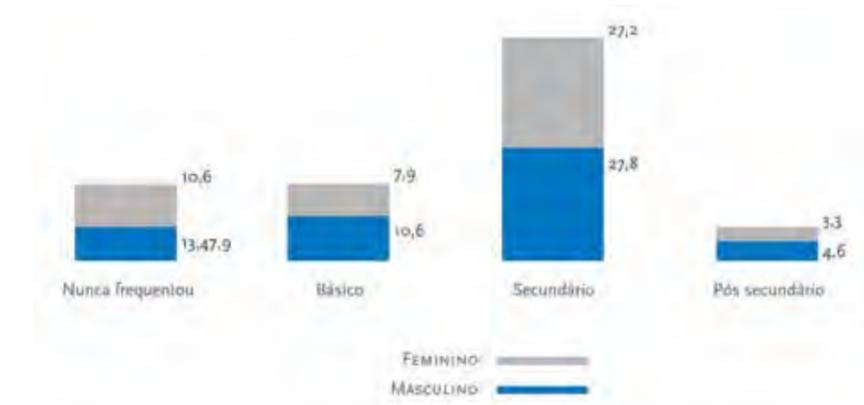


Gráfico 10 Distribuição do total dos inquiridos segundo o nível de instrução por sexo.

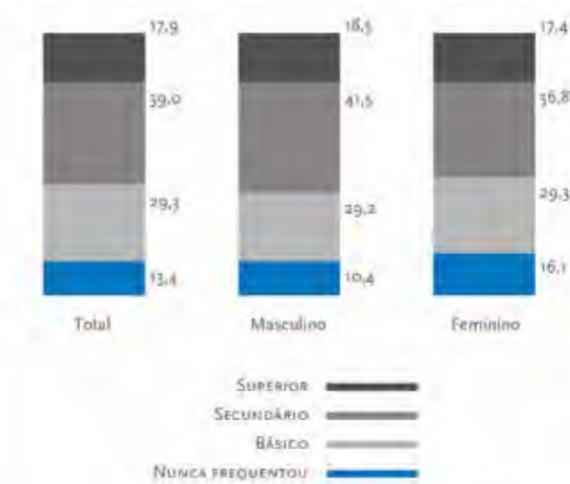
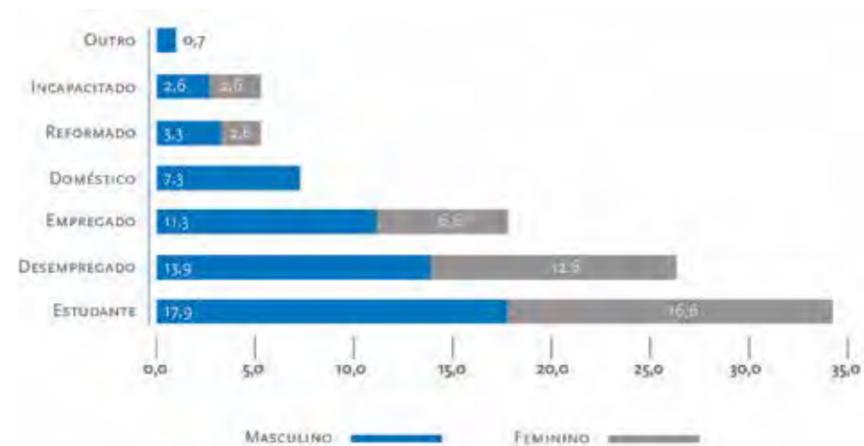


Gráfico 11 Distribuição dos indivíduos não recenseados segundo o sexo por situação na actividade económica



1.1.3. Causas do não recenseamento

Questionados sobre o principal motivo por não terem recenseado até então a grande maioria responde que não o fez por mero “disfarce *da minha parte / nunca liguei*”, ou seja, por puro desinteresse pessoal. Este motivo tende a ter mais impacto entre as pessoas com mais idade, ou seja, aumenta significativamente à medida que aumenta o grupo de idade.

Uma outra razão para o não recenseamento apresentada principalmente entre os jovens 18-24 anos é o facto de acabarem de fazer 18 anos.

O desconhecimento dos postos de recenseamento ou mesmo a distância destes não são apresentados como factores para o não recenseamento. O que leva a concluir que o não recenseamento não se deve a factores de funcionamento do processo eleitoral. Conforme referido anteriormente o cidadão/eleitor tem também o dever de colaborar no processo eleitoral promovendo a sua inscrição nos cadernos eleitorais e fazer as rectificações quando for necessário.

Gráfico 12 Distribuição dos inquiridos não recenseados segundo as razões para o não recenseamento, por sexo



Nas outras faixas etárias o disfarce domina como a principal causa para o não recenseamento. No entanto uma percentagem significativa, principalmente no grupo etário 35-44 anos alega a falta de documentos (bilhetes de identidade ou outro similar) como causa para o não registo eleitoral.

Da análise por sexo as razões não apresentam diferenças significativas, pese embora entre as mulheres a falta de documentos (13,5%, contra 11,7% entre os homens) e outras razões (12% e 6,5%, respectivamente) ser mais significativa.

Quadro 6 Distribuição dos inquiridos não recenseados segundo as razões para o não recenseamento segundo o sexo e grupos etários

	Sexo			Grupo etário				
	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DISFARCE DA MINHA PARTE/ NUNCA LIGUEI	38,4	39,0	37,8	27,6	47,4	46,2	57,1	61,1
ACABO DE FAZER 18 ANOS	34,4	37,7	31,1	57,5	10,5	0,0	0,0	0,0
FALTA DE DOCUMENTO (BILHETE IDENTIDADE)	12,6	11,7	13,5	5,7	15,8	30,8	21,4	22,2
LUGAR DE RECENSEAR DISTANTE	0,7	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0
DESCONHEÇO ONDE POSSO RECENSEAR	0,7	0,0	1,4	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRO (ESPECIFIQUE)	9,3	6,5	12,2	4,6	26,3	15,4	14,3	5,6
NR	4,0	3,9	4,1	3,4	0,0	7,7	0,0	11,1

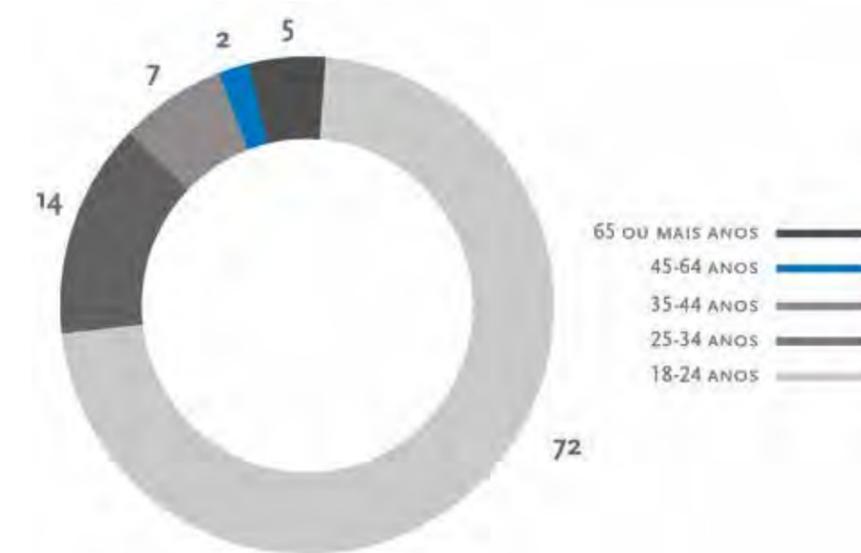
As autoridades nacionais do processo eleitoral ressaltam igualmente a constatação de um comportamento que reflecte uma certa imaturidade política dos eleitores caboverdeanos. O Código Eleitoral estabelece a oficiosidade e obrigatoriedade das entidades recenseadoras para fazerem a inscrição dos eleitores nos cadernos eleitorais. A mesma legislação afirma que todo o cidadão tem também o direito e o dever de promover a sua inscrição no recenseamento, bem como verificar se está devidamente inscrito, promover a actualização ou rectificação, etc. As autoridades do processo eleitoral afirmam que geralmente a população preocupa em se recensear às vésperas das eleições, deixando assim por o fazer em cima da hora, o que acaba por implicar numa carga de trabalho extraordinário às comissões de recenseamento eleitoral.

Apesar da legislação ter trazido a possibilidade do recenseamento contínuo e permanente, e das Comissões de Recenseamento funcionarem ao longo do ano em todos os Concelhos, ainda uma parcela da população é bastante passiva, esperando que seja as comissões de recenseamento a bater a porta para concretizar o recenseamento. Ou então deixam por fazer a inscrição nos cadernos eleitorais geralmente às vésperas das eleições.

Importa referir também que em alguns períodos foram promovidos no país campanhas gratuitas para emissão de documentos de identificação, há campanhas frequentes de sensibilização para recenseamento, através de spot publicitários divulgados nos meios de comunicação social de maior audiência, no sentido de incentivar as pessoas a recensear. Ainda é de se destacar que em todas as ilhas do país funciona os Registos e Notariados e um cidadão residente em qualquer Município pode facilmente resolver a questão de documentação de identificação para efectivar o recenseamento.

A vontade de recensear é inversamente proporcional á idade do inquirido. Enquanto, os jovens na sua grande maioria (75%) gostariam de recensear, os mais idosos são mais cépticos com o recenseamento eleitoral.

Gráfico 13 Distribuição dos não recenseados que gostariam de recensear por grupo etário



1.1.4. Círculos eleitorais da diáspora

Cabo Verde é um país com uma longa tradição de emigração e tem uma diáspora com uma população bastante significativa. Não existem dados actualizados da diáspora caboverdeana espalhada nos três continentes: Europa, América, África. Existem estimativas mas estas variam muito e são bastantes discrepantes.

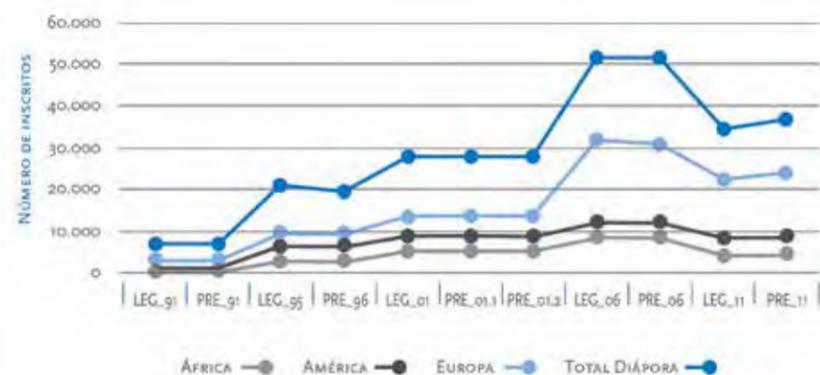
A importância da diáspora caboverdeana para Cabo Verde, nas suas mais diversas dimensões, nomeadamente a económica e a cultural é reconhecida no regime democrático com a atribuição de direitos políticos, particularmente, o direito ao voto, aos cidadãos caboverdeanos residentes no estrangeiro.

A partir da revisão constitucional de 1992 os caboverdeanos não residentes passam a poder participar nas eleições dos deputados da Assembleia Nacional e do Presidente da República desde que inscritos no recenseamento eleitoral. Assim, para além dos círculos eleitorais nacionais, foi criado o **círculo eleitoral da diáspora** que engloba todos os países com

caboverdeanos residentes recenseados, distribuídos em três continentes: África, Américas e Europa e Resto do Mundo.

Os dados do gráfico nº12 abaixo, traduz a evolução do número de eleitores inscritos nos círculos eleitorais no estrangeiro desde 1991 a 2012. Nesse gráfico percebemos um aumento significativo dos inscritos, passando de cerca de 6.830 nas eleições legislativas de 1991 para 36.945 inscritos nas eleições presidenciais de 2012, significando conseqüentemente no aumento do peso decisivo da diáspora nas eleições legislativas e presidenciais, que passa de 4,1% em 2001 para 12,1% em 2012.

Gráfico 14 Evolução dos inscritos nas Eleições Legislativas e Presidenciais nos círculos eleitorais da diáspora 1991-2012



Os dados indicam um aumento significativo entre 2001 e 2006 seguido depois por uma queda brusca nas eleições de 2011. Isso explica-se pelo aprimoramento do processo eleitoral e das melhorias introduzidas na legislação eleitoral nos últimos anos e do recenseamento geral efectuado em 2010.

A melhoria e a consolidação do processo eleitoral de Cabo Verde traduzido numa melhor organização dos cadernos eleitorais, no recenseamento de novos eleitores no prazo estabelecido por lei, na eliminação das duplas inscrições, etc., são particularmente reconhecidas pelas autoridades e pelos actores políticos com os avanços conseguidos, sobretudo na diáspora. O sistema ainda não é considerado perfeito e existe críticas da

parte de alguns partidos políticos sobre o processo de recenseamento nos círculos eleitorais no estrangeiro.

O círculo eleitoral da diáspora com maior número de inscritos é o círculo da Europa e Resto do Mundo. Este círculo representa a comunidade caboverdeana com mais emigrantes residentes e logo de indivíduos recenseados.

Quadro 7 Número de inscritos nos círculos da diáspora nas eleições legislativas e presidências 1991 - 2012

	LEG_91	PRE_91	LEG_95	PRE_96	LEG_01	PRE_01.1	PRE_01.2	LEG_06	PRE_06	LEG_11	PRE_11
ÁFRICA	2.976	2.976	4.414	4.419	5.702	5.704	5.704	8.475	8.429	4.196	8.306
AMÉRICAS	857	857	5.993	6.072	8.120	8.123	8.120	11.388	11.419	7.994	4.610
EUROPA E RESTO DO MUNDO	2.997	2.997	10.114	8.862	14.182	14.180	14.180	31.677	31.686	22.157	24.029
TOTAL DIÁSPORA	6.830	6.830	20.521	19.353	28.004	28.007	28.004	51.540	51.534	34.347	36.945
TOTAL GERAL	166.818	159.534	207.647	207.146	260.126	260.221	260.209	322.767	323.554	298.567	304.621
PESO DA DIÁSPORA	4,1	4,3	9,9	9,3	10,8	10,8	10,8	16,0	15,9	11,5	12,1

1.2. Análise da evolução da população votante: legislativas, presidenciais, autárquicas.

A Constituição de Cabo Verde estabelece que os titulares de cargos políticos para o cargo de Presidente da República (PR), Assembleia Nacional (A.N) e Câmaras Municipais (Câmaras Municipais e Assembleias Municipais) devem ser eleitos por sufrágio directo e universal.

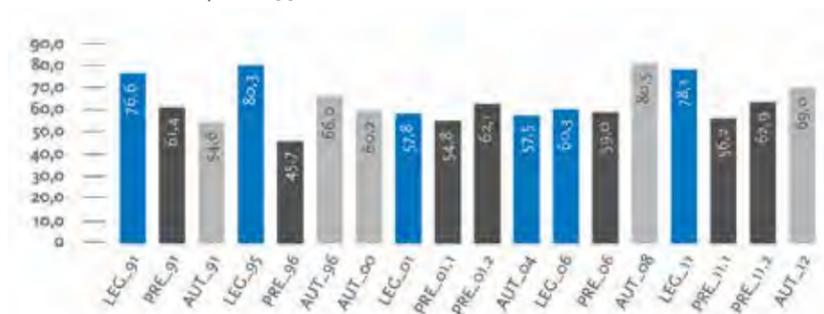
Para a eleição do PR utiliza-se o sistema majoritário, sendo eleito o candidato que conseguir alcançar a maioria absoluta dos votos, podendo ocorrer, entretanto, um segundo sufrágio quando nenhum dos candidatos alcançar a maioria absoluta no primeiro pleito e, os dois candidatos mais votados no primeiro turno disputam o cargo num segundo turno. Para eleição dos deputados da A.N utiliza-se o sistema proporcional e

para as Câmaras Municipais a lista que conseguir a maioria absoluta dos votos é eleita para governar o Município. A formação do Governo no sistema caboverdeano sai do parlamento pois o partido que alcançar a maioria absoluta das cadeiras fica com a responsabilidade de governar.

1.2.1. Círculos eleitorais nacionais

A nível nacional, considerando, somente os círculos nacionais, a taxa de participação nas 18 eleições realizadas entre o período 1991 e 2012 (sendo 5 eleições legislativas, 7 presidenciais, em que duas dizem respeito à segunda volta, 6 eleições autárquicas), a média de participação eleitoral global ronda os 64% e, apresenta, comportamentos diferenciados conforme o tipo de eleição e conforme os círculos eleitorais.

Gráfico 15 Percentagem de votantes nos círculos nacionais nas eleições Legislativas, Presidenciais e Autárquicas 1991-2012⁹



Da análise da participação eleitoral por tipo de eleição e com base no gráfico nº 15 acima e no quadro nº 8 abaixo pode-se perceber que os caboverdeanos tendem a participar mais nas eleições legislativas, seguida das eleições autárquicas e menos nas eleições presidenciais. A média de participação nas cinco eleições legislativas entre 1991-2012 ronda os 71%, en-

9] LEG – Legislativas, PRE – Presidenciais e AUT – Autárquicas.

quanto nas autárquicas se situa em 65% e nas presidenciais fica pelos 57%.

Da análise por círculos eleitorais observa-se que Maio e Santo Antão são os círculos com maior percentagem de participação, 73% e 71% respectivamente, e o círculo de São Vicente o menos participativo com percentagem abaixo da média nacional, 58%.

Com exceção do Fogo e da Brava onde as eleições autárquicas são as mais participadas, os outros círculos apresentam a mesma tendência a nível nacional, votando mais nas legislativas e menos nas presidenciais.

Embora as eleições presidenciais apresentem níveis de participação mais baixos é importante realçar que a participação eleitoral tende a aumentar sempre que houver uma segunda volta, como podemos observar no gráfico nº10.

Quadro 8 Média de eleitores votantes entre 1991-2012 segundo tipo de eleição por círculos eleitorais

	Global	Legislativa	Presidencial	Autárquica
TOTAL NACIONAL	63,5	70,6	57,4	64,7
SÃO VICENTE	57,8	69,2	51,2	56,2
SÃO NICOLAU	63,9	70,9	57,0	66,2
SAL	60,7	66,6	51,5	66,4
BOAVISTA	68,7	78,2	60,0	70,8
MAIO	72,7	78,6	64,3	77,8
SANTIAGO NORTE	62,6	67,4	56,9	64,3
SANTIAGO SUL	62,8	70,8	58,7	61,0
FOGO	69,5	73,7	61,1	75,9
BRAVA	67,4	72,9	58,2	73,5

Essa participação diferenciada nesses três níveis de poder indica um comportamento selectivo do eleitorado caboverdeano e vai de encontro a comportamentos semelhantes verificados pela literatura em outras democracias. Tal evidência comprova que os indivíduos atribuem peso e significado diferente às eleições o que interfere no grau de participação eleitoral.

Alguns autores afirmam que a participação eleitoral é selectiva dependendo da eleição e do cargo em disputa. O comportamento selectivo é ve-

rificado por exemplo, na participação eleitoral nos EUA, onde as pessoas participam muito mais nas eleições presidenciais que nas eleições para escolha dos deputados e senadores ao congresso americano.

A participação selectiva está directamente ligada ao impacto das eleições nas expectativas e nos interesses dos eleitores. Dependendo do cargo político em disputa o peso simbólico das eleições no psicológico dos indivíduos difere substancialmente. Tal aspecto pode ser considerado uma das razões explicativas para se compreender as diferenças comportamentais que motivam para mais ou menos participação eleitoral nos três níveis de eleições realizadas em Cabo Verde.

A Constituição caboverdeana atribui a cada um dos níveis dos cargos políticos eleitos competências e atribuições diferentes. Da análise das competências atribuídas pela CR aos três níveis de poder é possível concluir que eles têm impacto diferente na vida do cidadão eleitor.

Em termos de competências, apesar de o PR ser eleito por via de sufrágio directo e universal suas atribuições são quase que exclusivamente de carácter simbólico e cingidas à representação do Estado a nível externo. Já a eleição dos membros da A.N, de onde sai o Governo e, as Autarquias Locais, que constituem os governos locais, as funções/atribuições e competências irão resultar em políticas de grande impacto na vida das pessoas. Da eleição da Legislatura/Governo e das Autarquias Locais são apresentados programas que são posteriormente materializadas em políticas públicas com impacto directo e que afectam a vida e o quotidiano das pessoas em diversas esferas da vida nomeadamente; educação, saúde, emprego, segurança, saneamento, habitação, etc.

Outro aspecto a considerar e que pode explicar a diferenciação das taxas de participação eleitoral nos três níveis de cargos políticos diz respeito aos recursos materiais envolvidos nos três níveis de disputa eleitoral e às campanhas eleitorais para a selecção das candidaturas. No caso de Cabo Verde as evidências indicam diferenças bastante significativas. Nas disputas eleitorais para as legislativas os partidos dispõem de recursos avultados e claramente superiores aos disponíveis nas disputas eleitorais nos outros níveis de poder. Os recursos materiais são considerados por especialistas um aspecto importante na mobilização dos indivíduos no período eleitoral e têm reflexo nas taxas de participação eleitoral nos níveis de eleição.

A participação eleitoral também é analisada pela Ciência Política e So-

ciologia Política como uma acção dependendo de outros elementos favoráveis à sua concretização. De entre os aspectos motivadores ressalta-se: a importância atribuída ao voto pelos membros da comunidade política, a importância da actividade política para os indivíduos e, a classificação e importância das diferentes dimensões ou níveis de política.

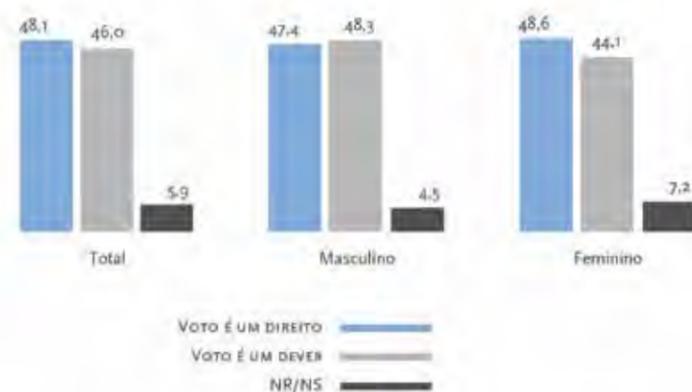
Em relação à importância do voto os dados do inquérito demonstram que os caboverdeanos atribuem uma grande importância ao voto mas, entretanto, essa importância não é traduzida numa alta participação. O quadro nº 10 evidencia o significado do voto pelos caboverdeanos. A constatação da importância do voto pelos caboverdeanos impõe a necessidade de mais estudos e mais debate para entender a ambiguidade do valor atribuído ao voto e a tendência visível nos últimos anos da apatia no comportamento eleitoral dos caboverdeanos.

Quadro 9 Distribuição dos inquiridos segundo algumas opiniões relativas ao exercício do voto

	Total	Sexo		Grupo etário				
		Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
QUEM NÃO VOTA NÃO TEM O DIREITO DE CRITICAR O GOVERNO								
CONCORDA	63,1	62,9	63,4	57,9	61,6	65,5	66,5	68,2
NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	11,9	11,6	12,2	10,7	10,1	11,7	13,1	16,6
DISCORDA	24,4	25,4	23,6	31,4	28,0	22,9	19,2	13,4
NR	0,6	0,2	0,9	0,0	0,3	0,0	1,2	1,9
UM VOTO A MAIS OU MENOS NÃO FAZ DIFERENÇA								
CONCORDA	21,4	23,7	19,4	22,0	18,6	21,1	23,7	22,9
NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	16,1	14,6	17,4	15,4	14,5	13,0	16,3	24,8
DISCORDA	61,4	61,0	61,7	62,3	66,4	65,5	58,0	49,0
NR	1,1	0,7	1,5	0,3	0,6	0,4	2,0	3,2
EM DEMOCRACIA TODOS OS VOTOS SÃO IMPORTANTES.								
CONCORDA	85,4	85,7	85,1	88,4	88,4	88,8	82,9	72,6
NÃO CONCORDA NEM DISCORDA	10,7	10,6	10,8	9,1	7,5	8,5	12,2	21,0
DISCORDA	2,9	3,0	2,7	2,2	3,5	2,2	3,3	3,2
NR	1,0	0,7	1,4	0,3	0,6	0,4	1,6	3,2

Indagados também a pronunciar sobre o voto enquanto um direito ou um dever os inquiridos apresentam uma diferença pouco significativa entre as duas opções. Essa evidência reforça a ideia que a população reconhece a importância do voto como um mecanismo importante da democracia e do exercício da cidadania e, coloca como uma hipótese de não participação eleitoral, a insatisfação do eleitor com a oferta política partidária que está disponível e um desajustamento do que é oferecido com as expectativas reais os eleitores.

Gráfico 16 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou um dever



Quadro 10 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou um dever, por sexo e grupo etário

Acha que o voto é um direito ou um dever?			
	VOTO É UM DIREITO	VOTO É UM DEVER	NR/NS
TOTAL	48,1	46,0	5,9
SEXO			
MASCULINO	47,4	48,1	4,5
FEMININO	48,6	44,1	7,2
GRUPO ETÁRIO			
18-24 ANOS	50,6	46,5	2,8
MASCULINO	49,1	47,2	3,7
FEMININO	52,2	45,9	1,9
25-34 ANOS	45,3	49,7	5,0
MASCULINO	47,7	48,4	3,9
FEMININO	42,9	50,9	6,1
35-44 ANOS	51,6	43,9	4,5
MASCULINO	47,5	49,5	3,0
FEMININO	54,9	39,3	5,7
45-64 ANOS	46,1	47,3	6,5
MASCULINO	40,7	50,9	8,3
FEMININO	50,4	44,5	5,1
65 ANOS OU MAIS	46,5	38,2	15,3
MASCULINO	52,9	42,9	4,3
FEMININO	41,4	34,5	24,1

A literatura considera a participação eleitoral e o acto de votar uma acção que depende também da importância da própria política na vida dos indivíduos. O papel e a posição da política em relação a outras áreas consideradas importantes podem determinar ou não uma maior participação eleitoral. No inquérito realizado, foram solicitados aos inquiridos que classificassem a importância dos seguintes aspectos: família, amigos, trabalho, religião, diversão, política e desporto, considerando uma escala de 1 a 4 (1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = bastante e 4 = Muito).

Os resultados indicam um padrão idêntico a vários outros países¹⁰, inclusive com mais anos de funcionamento de regime democrático. Demonstram que a política é dos aspectos menos relevantes na vida do cidadão comum, contrastando com a importância que se atribui à família, trabalho e aos amigos, e até mesmo ao desporto e à diversão.

Quadro 11 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, trabalho, amigos, religião, diversão e desporto

	Nada	Pouco	Bastante	Muito	NR	TOTAL	MEDIANA
FAMÍLIA	0,4	2,5	8,7	87,5	0,9	100,0	4,0
TRABALHO	5,7	4,8	14,0	74,6	0,9	100,0	4,0
AMIGOS	3,3	18,5	30,5	46,7	1,0	100,0	3,0
RELIGIÃO	12,8	24,0	20,4	41,9	0,9	100,0	3,0
DIVERSÃO	10,5	33,5	29,7	25,4	0,9	100,0	3,0
DESPORTO	21,9	22,8	20,9	33,5	1,0	100,0	3,0
POLÍTICA	27,8	34,3	18,6	18,2	1,0	100,0	2,0

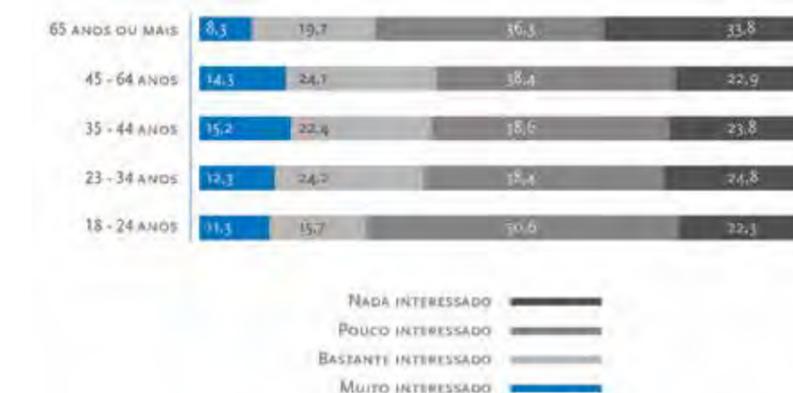
Quadro 12 Importância que dão à família, trabalho, amigos, religião, diversão e desporto, em valores médios da escala de 1-4 (1-Nada, 2-Pouco, 3-Bastante, 4-Muito)

	Sexo			Grupo etário				
	Total	Masculino	Feminino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
FAMÍLIA	3,9	3,8	3,9	3,9	3,8	3,9	3,8	3,8
AMIGOS	3,2	3,2	3,2	3,3	3,3	3,2	3,2	3,1
TRABALHO	3,6	3,6	3,6	3,6	3,8	3,7	3,6	3,1
RELIGIÃO	2,9	2,8	3,1	2,8	2,8	2,9	3,0	3,2
DIVERSÃO	2,7	2,8	2,6	3,2	2,9	2,6	2,4	2,1
POLÍTICA	2,3	2,4	2,2	2,3	2,4	2,3	2,2	2,1
DESPORTO	2,7	3,1	2,3	3,0	2,9	2,7	2,4	1,9

¹⁰ Em países europeus verifica-se tendência similar segundo Freire e Moral (2008)

Cerca de 66% dos inquiridos afirmam interessar-se pouco ou nada pela política de uma forma geral, com maior impacto entre os jovens. O desinteresse pela política é mais acentuada entre as mulheres, com mais de 70% a afirmar interessar pouco ou nada pela política. Tendência semelhante verifica-se entre os jovens de 18-24 anos e os idosos com 65 ou mais anos. Ainda entre os jovens entre os 18-24 anos destaca-se a importância que dão à diversão e ao desporto. Entre os mais idosos (pessoas de 65 anos ou mais) para além da família, a religião tem um grau de importância significativa. No entanto, pode-se concluir que existe alguma relação entre a idade e a importância dada à política, com os jovens e os idosos a darem menos importância a esse aspecto. Geralmente a literatura considera estas duas camadas etárias as que dão mais importância a aspectos da vida privada e atribuem muito pouco valor as dimensões da esfera pública o que explica em parte porque estão menos propensos a participar da política.

Gráfico 17 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, segundo grupos etários



Da análise por sexo, embora o padrão seja idêntico, algumas diferenças podem ser observadas, a destacar o facto do peso da política entre as mulheres ser mais baixo do que entre os homens. As evidências indicam que enquanto as mulheres valorizam mais a família, amigos, trabalho,

e com um peso considerável na religião, entre os homens, para além da família, dos amigos e o trabalho, dão uma importância significativa ao desporto.

Alguns autores consideram que o padrão cultural de uma sociedade tem influência no peso atribuído as dimensões das esferas públicas e privadas entre os sexos. Assim em sociedades com traços patriarcais como é o caso da sociedade caboverdeana, que caracteriza em papéis desiguais atribuídos aos sexos, onde a mulher tem um papel cingido as esferas particulares, e o peso da esfera doméstica/intima ser muito forte, restaria pouco tempo para incorporação de outras dimensões de vida. A predominância da esfera íntima tem ligação directa com o papel da mulher como mãe/esposa e logo o tempo dedicado as actividades de cunho familiar seriam preponderantes a outras actividades com a marginalização particular da esfera pública.

A permanência de traços da sociedade patriarcal inibe a mulher de investir em actividades da esfera pública esfera que requer sobretudo, competências de liderança, aspecto determinante para o exercício de funções políticas. Particularmente a política é vista nesse tipo de sociedade como uma actividade quase que exclusiva do homem. Muitas das mulheres entrevistadas no âmbito deste estudo, e com um perfil de liderança evidente, admitiram ter pouco apoio da família para o exercício das funções públicas e afirmam que a própria sociedade espera que a mulher assume em absoluto e primeiro a sua função de mãe/esposa.

As instituições públicas em países com traços patriarcais retratam a lógica da desigualdade e o status quo atribuído a mulher e ao homem. Uma das dimensões institucionais por exemplo pode ser verificada particularmente nos partidos políticos que, quer na composição das suas esferas de decisão, ou nas suas práticas de funcionamento interno, etc, indicam uma participação não igualitária entre os sexos. Nas esferas de decisão partidária em Cabo Verde, em duas décadas de democracia, constate-se que estas são maioritariamente masculinas.

As mulheres entrevistadas afirmaram que muitas vezes as actividades partidárias, como por exemplo as reuniões da cúpula dirigente são agendadas em horários impróprios o que as obriga a enfrentar conflitos pessoais/familiares, constituindo assim uma real dificuldade em conciliar sua vida privada com as funções partidárias. Muitas delas acabam

inclusive por desistir da vida pública pela pressão da demanda da vida doméstica e admitem ter que fazer escolhas onde há sempre perdas. Estes aspectos podem explicar em parte o facto de as mulheres terem um nível de interesse pela política menor que os homens.

Gráfico 18 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, segundo o sexo



Quanto a importância das diferentes dimensões da política, os dados do gráfico nº 19 permitem verificar que os caboverdeanos atribuem uma importância ligeiramente maior à dimensão da política local seguida da política nacional. Dados oficiais confirmam uma participação menor nas eleições locais comparadas com as legislativas. Entretanto, os dados do inquérito confirmam evidências de um comportamento particularmente utilitarista e semelhante a tendências verificadas em eleições de outras democracias. Esta está ligada ao facto das pessoas demonstrarem mais interesse nas eleições com impacto imediato no seu quotidiano e nas esferas de política que lhe são mais próximas. Tal aspecto é explicado pela predominância da lógica racional/utilitária e interfere no momento do eleitor votar.

Da análise por sexo e idade, na falta de dados oficiais que permitiria confirmar a hipótese, o inquérito apresenta evidências que levam a concluir que os eleitores que mais participam nos três níveis de eleições realizadas em Cabo Verde são, maioritariamente, eleitores situados na faixa etária entre os 45-64 anos e entre os 35-44 anos. São indivíduos com um nível de escolaridade considerável pois possuem o nível secundário e nível superior.

Gráfico 19 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política, política municipal, nacional e internacional

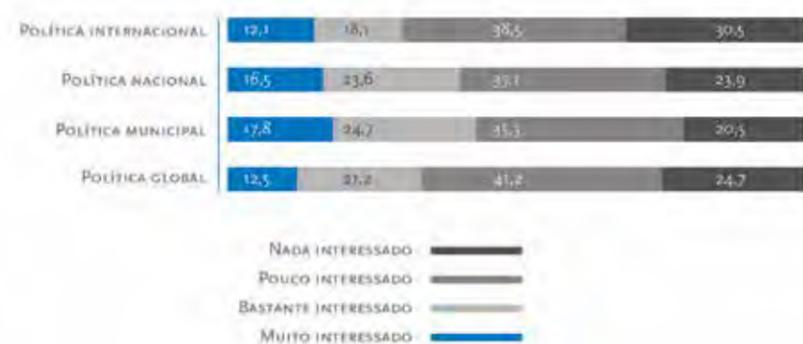


Gráfico 20 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por sexo.

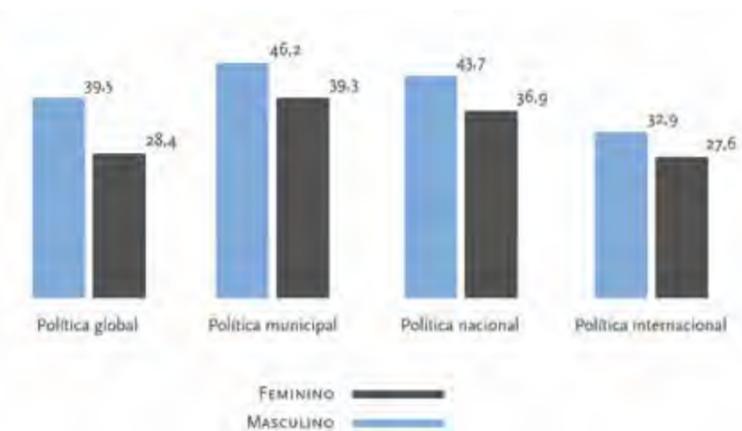


Gráfico 21 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por grupo etário

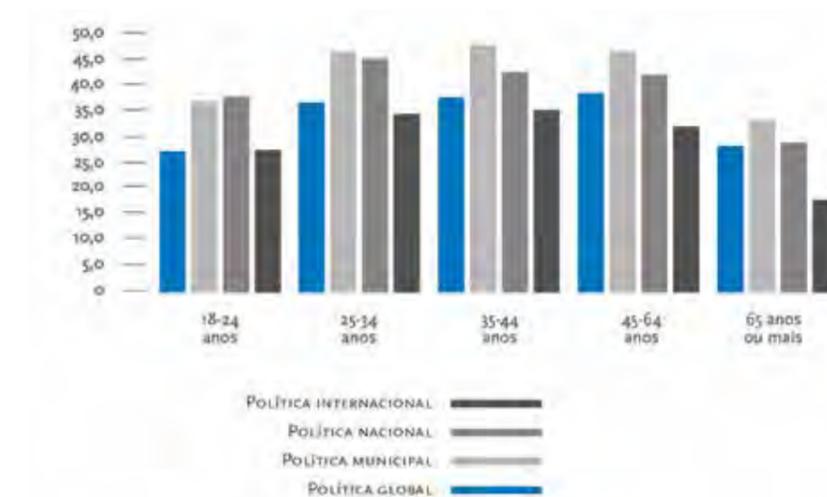


Gráfico 22 Percentagem dos indivíduos que declararam ter muito ou bastante Interesse pela política, segundo a dimensão por nível de instrução.





CAPITULO II
ABSTENÇÃO
ELEITORAL
EM CABO VERDE:
EVOLUÇÃO E AS
PRINCIPAIS CAUSAS



A abstenção eleitoral é considerada o acto de não ir votar e está ligada ao fenómeno de abstencionismo político que abrange outras actividades políticas (Bobbio, 1994; Freire, 2007). Especialistas entendem que a abstenção eleitoral deve ser calculada como aqueles indivíduos com direito a votar mas não vão votar. O não exercício do direito de votar é também interpretado pela literatura como um sinal de apatia ou de alienação. Por outro lado, vários autores sustentam que o indivíduo ou grupo que opta por abster do processo eleitoral é diferente dos que decidem votar mas votam em branco ou anulam o voto. Entretanto, é reconhecido que estes comportamentos expressam insatisfação apesar de serem analiticamente distintos.

Várias variáveis explicativas da participação eleitoral servem para analisar o fenómeno da abstenção eleitoral. Geralmente na análise do fenómeno da abstenção dois grupos de variáveis são utilizados para sua compreensão. Freire e Moral (2008) apresentam um quadro analítico para a abstenção eleitoral e vai de encontro a análise feita por este estudo.

Quadro 13 Interpretações da participação e abstenção

Abstenção passiva ou sociológica	Participação passiva	Participação activa	Abstenção activa e ideológica
INTERPRETAÇÕES:			
ABSTENÇÃO = ISOLAMENTO GEOGRÁFICO OU SOCIAL	DEVER ELEITORAL + INTERESSE NULO PELA POLÍTICA	VOTO MAIS INTERESSE PELA POLÍTICA	ABSTENÇÃO = ACTO POLÍTICO
ABSTENÇÃO = AUSÊNCIA DE INTERESSE PELA POLÍTICA	PRÁTICA POLÍTICA NULA	OUTRAS PRÁTICAS POLÍTICAS	ABSTENÇÃO = RECUSA DA LEGITIMIDADE DO SISTEMA POLÍTICO

Fonte: Memmi (1985) apud Freire (1995)

O quadro analítico indica que existe diferentes tipos de comportamento político dentro de uma comunidade. A participação eleitoral é a mais elementar e em muitos casos a única forma de participação política. Por outro lado também a abstenção pode ser motivada por diferentes razões.

É reconhecido também que aspectos normativos que definem o exercício do voto como por exemplo; a facilidade de se inscrever nos cadernos eleitorais, o facto de o voto ser ou não obrigatório, a existência de sanções ao eleitor caso ele não vote, etc, interferem também nas taxas de participação/abstenção. Evidências empíricas em democracias de alguns países têm demonstrado, entretanto, que a existência de mecanismos para favorecer a participação eleitoral necessariamente não resulta num maior nº de votantes nas eleições. Percebe se antes em muitos países uma tendência gradual de crescimento da abstenção em diferentes níveis de eleições.

Os dados do inquérito confirmam que é pouco expressivo o número de pessoas com capacidade eleitoral que não se recenseiam em Cabo Verde. Evidências indicam que a nível nacional apenas 12% da população com direito ao voto não está recenseada. Estudos com propósitos diferentes como é o caso dos estudos do Afrobarometer indicam que em 2008 apenas 14% da população inquirida na pesquisa não estava recenseada (Afrobarometer, 2008:53).

Estas constatações demonstram por um lado que em Cabo Verde não há dificuldades do cidadão com idade de votar fazer-se inscrever nos cadernos eleitorais. Por outro, indicam a eficácia dos aspectos normativos e institucionais para a garantia do exercício do voto no país. Se estão garantidas de forma satisfatória os aspectos normativos, outras razões devem ser consideradas para explicar o fenómeno da abstenção em Cabo Verde.

Dois tipos de variáveis serão utilizados para a compreensão do fenómeno abstenção. Um primeiro estaria ligado aos aspectos do funcionamento do sistema democrático e o comportamento dos actores políticos que representam o sistema. O segundo estaria ligado a aspectos que caracterizam a cultura política do país e são considerados pela Ciência Política como motivadores da participação ou não participação eleitoral.

2.1. Evolução da abstenção nos círculos eleitorais nacionais: legislativas, presidenciais e autárquicas

Uma análise das taxas de abstenção nos círculos eleitorais nacionais indica uma oscilação na taxa de abstenção nas três eleições realizadas no país. Esta oscilação por sua vez pode ser analisada em dois períodos distintos, o primeiro referente as eleições realizadas entre 1991 até 2006. A segunda, referente às eleições que seguiram a 2008 e que tem como base uma nova BD de recenseamento. Os números de abstenção variam nas três eleições. Contudo exceptuando as eleições autárquicas de 2008, os números indicam a uma tendência oscilatória crescente e particularmente nas últimas eleições realizadas em 2012.

O gráfico 23 e quadro 14, abaixo, indicam que as maiores taxas de abstenção têm sido nas eleições para PR, entretanto, esse percentual tende a diminuir na 2ª volta dessas eleições. Geralmente nas eleições onde os eleitores atribuem um peso menor a tendência de abstenção é maior. Porém em casos de realização de um segundo escrutínio para decidir quem será o vencedor, costuma-se verificar uma maior aderência as urnas, visto que, os eleitores tendem a acreditar que o seu voto contribuirá para definir o resultado. Portanto, quando a disputa é decisiva e a competição mostrar mais acirrada mais valor o eleitor costuma atribuir ao voto.

Gráfico 23 Evolução da média da abstenção nos círculos nacionais 1991 – 2012

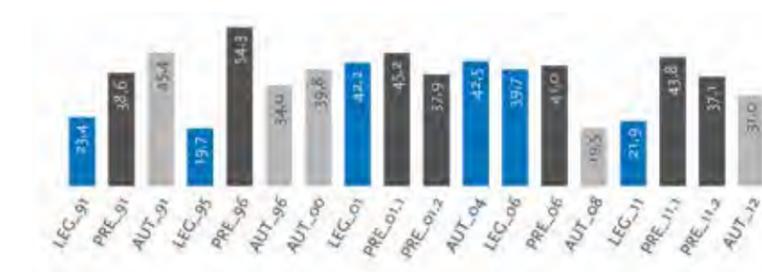
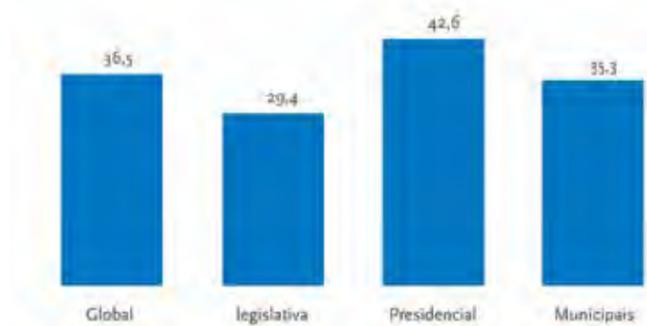


Gráfico 24 Média da abstenção no período 1991-2012 segundo o tipo de eleição



Quadro 14 Média da abstenção (1991-2012) segundo o tipo de eleição por círculos eleitorais nacionais

Círculos Eleitorais	Global	Legislativa	Presidencial	Autárquicas
TOTAL NACIONAL	36,3	29,4	42,6	34,9
SANTO ANTÃO	28,7	23,1	35,5	25,3
SÃO VICENTE	42,2	30,8	48,8	43,8
SÃO NICOLAU	35,8	29,1	43,0	32,9
SAL	39,3	33,4	48,5	33,6
BOAVISTA	32,3	21,8	40,0	31,9
MAIO	27,7	21,4	35,7	23,6
SANTIAGO NORTE	40,7	32,6	51,2	35,2
SANTIAGO SUL	37,1	29,2	41,3	38,7
FOGO	30,0	26,3	38,9	22,6
BRAVA	32,2	27,1	41,8	25,3

Gráfico 25 Evolução da média da abstenção nas eleições Legislativas nos círculos nacionais

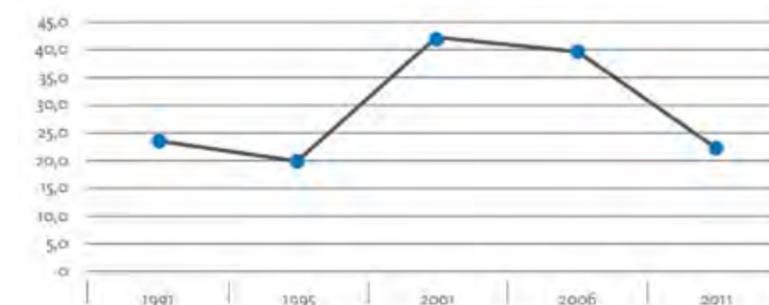


Gráfico 26 Evolução da média de abstenção nas eleições Presidenciais nos círculos nacionais

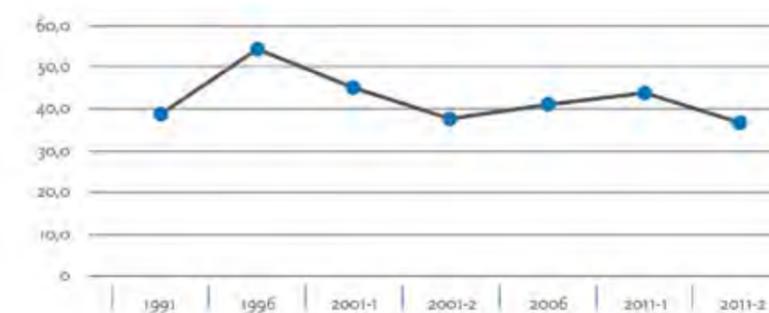


Gráfico 27 Comparação da evolução da média de abstenção nas eleições Legislativas e Presidenciais nos círculos nacionais

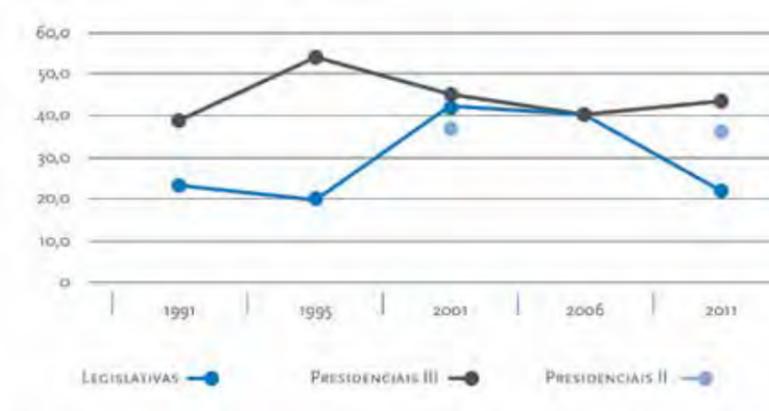
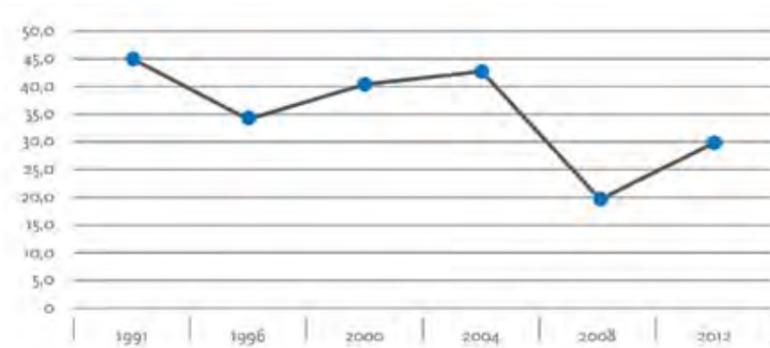


Gráfico 28 Comparação da evolução da média abstenção nas eleições Autárquicas, nos círculos nacionais



2.2. Perfil dos absentistas nos círculos nacionais

Do total dos 1.106 inquiridos recenseados 94% já votou alguma vez (sendo que 75% nunca se absteve e 19% já absteve alguma vez) e pouco mais que 5% declarou nunca ter votado. Assim, pode-se concluir que cerca de 25% dos inquiridos recenseados alguma vez se absteve sendo que 5,6% nunca votou e 19% já absteve alguma vez após ter participado numa eleição.

Da análise por sexo conclui-se que, embora, as mulheres representem uma menor percentagem de não recenseados, tendem a abster-se mais do que homens, principalmente na faixa etária dos 65 anos ou mais. Nas outras faixas etárias encontramos mais homens do que mulheres a absterem-se, sobretudo entre os mais jovens.

Entretanto, um facto observado é que as mulheres podem apresentar alguma resistência à primeira participação eleitoral mas iniciando tendem menos a abster nas outras eleições do que os homens.

A análise por faixa etária permite constatar que o grupo que se abstém mais são os indivíduos entre os 25-34 anos e a abstenção é posteriori a uma primeira participação eleitoral. Nos jovens entre 18-24 anos regista-se o facto de uma percentagem significativa dos que nunca votaram. Esse

comportamento pode indicar em parte um total desinteresse pela política ou, aquilo que a literatura designa de recusa a legitimidade do sistema político, que significa, insatisfação com a forma como o sistema está a funcionar, o descontentamento com o desempenho dos políticos e das instituições, etc.

Gráfico 29 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter absteve alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o sexo e grupo etário¹¹

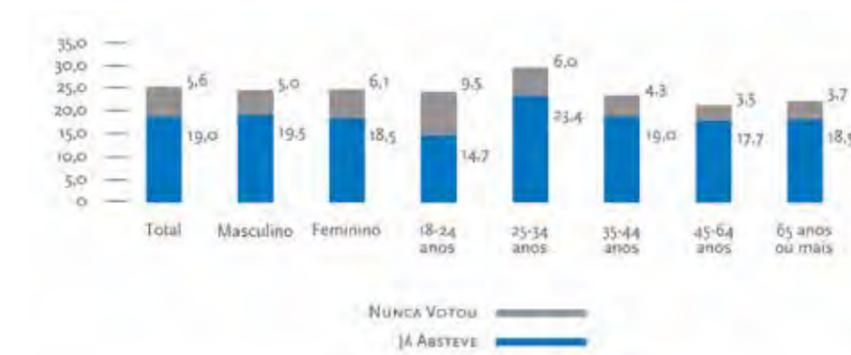
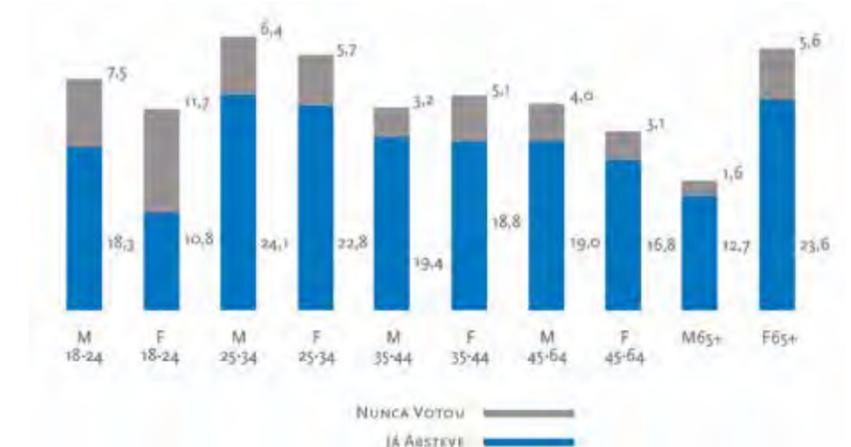


Gráfico 30 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter absteve alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o sexo-grupo etário



¹¹] As iniciais antes do grupo etário indicam o sexo a que se refere: F – Feminino e M - Masculino

Quadro 15 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) por sexo e grupo etário

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL ASENTISTA	23,7	24,0	23,4	23,4	27,8	22,4	21,2	21,5
NUNCA VOTOU	5,6	5,0	6,1	9,5	6,0	4,3	3,5	3,7
JÁ VOTOU MAS ABSTEVE ALGUMA VEZ	18,1	19,0	17,3	13,9	21,7	18,1	17,7	17,8
TOTAL ASENTISTA	100,0	47,3	52,7	20,6	31,7	17,9	18,7	11,1
NUNCA VOTOU	100,0	41,9	58,1	35,5	29,0	14,5	12,9	8,1
JÁ VOTOU MAS ABSTEVE ALGUMA VEZ	100,0	49,0	51,0	16,0	32,5	19,0	20,5	12,0

A educação é um factor considerado importante nos períodos de mobilização eleitoral. Os indivíduos com melhores níveis de formação geralmente têm mais e melhor acesso à informação e geralmente por possuírem um nível de informação considerável têm maior interesse em assuntos na área da política. Estes recursos favorecem uma maior mobilização e participação nos períodos eleitorais. Os resultados do inquérito confirmam que a grande maioria dos absentistas tem nível de instrução secundário ou superior (36% nível secundário e 18% superior). Contudo da análise por sexo observa-se que entre as mulheres a situação se inverte com estas a apresentarem na sua grande maioria níveis de instrução básico (37%) e com cerca de 15% a nunca ter frequentado um estabelecimento de ensino.

Gráfico 31 Percentagem dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o nível de instrução por sexo.

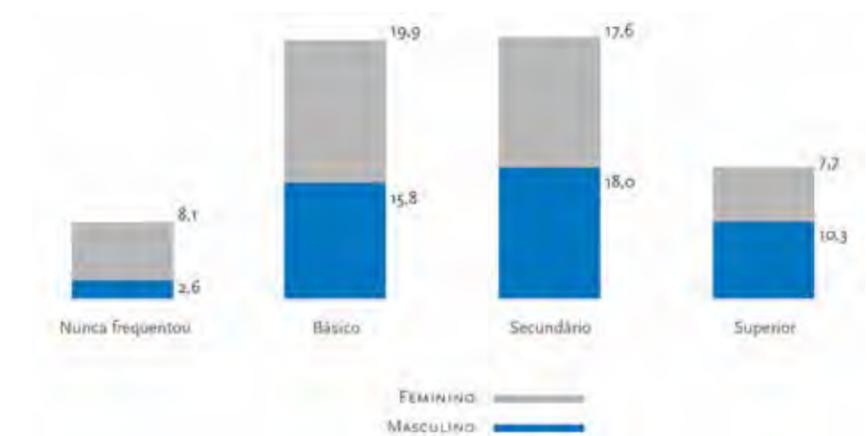
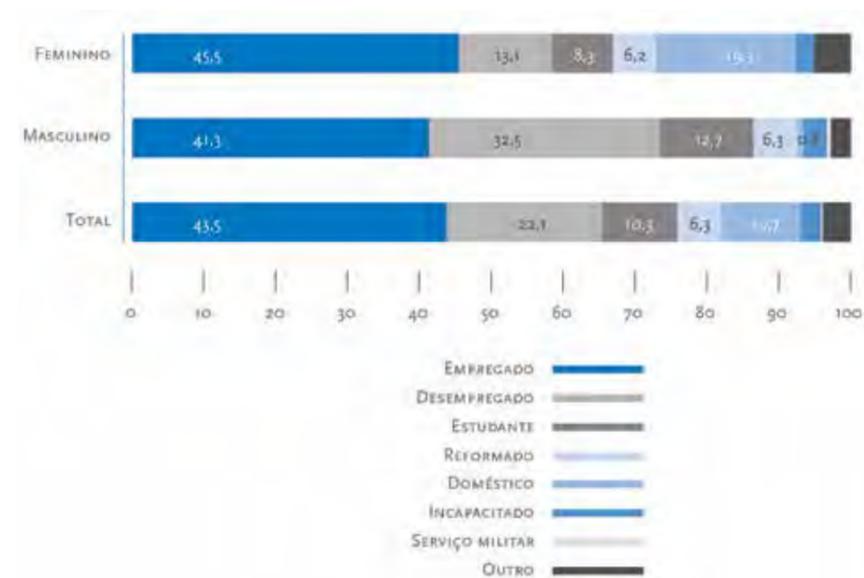


Gráfico 32 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo o nível de instrução por sexo.



Relativamente à situação económica dos absentistas inquiridos no âmbito do estudo, pode-se observar no gráfico no33, abaixo, de que a maioria era empregada, particularmente entre as mulheres.

Gráfico 33 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo a situação perante a actividade económica por sexo.



2.3. Razões da abstenção

Questionados sobre a principal razão para a abstenção os dados indicam que, apesar de cerca de 35% dos inquiridos justificar a não participação num acto eleitoral por motivos de ordem pessoal/familiares, as principais causas para a não participação tendem a relacionar com o descontentamento com o sistema político e com o comportamento dos representantes políticos. Assim, o facto de não ganharem nada em troca, a descrença e a não confiança nos partidos políticos e nos políticos são as outras razões apresentadas com maior peso, em particular entre as mulheres e jovens.

Especialistas consideram também que a natureza do sistema partidário e a maneira como os partidos se organizam e actuam numa sociedade reflectem na decisão de ir votar ou não votar. Assim em sistemas bipartidários, como é o caso de Cabo Verde, geralmente costuma ter poucas diferenças nas propostas apresentadas ao eleitor nas disputas eleitorais.

As diferenças pouco acentuadas dos sistemas bipartidários muitas vezes, segundo especialistas, desestimula os eleitores a não ir votar pois, os programas entre os dois maiores partidos são vistos como muitos semelhantes e o eleitor se vê com poucas alternativas de escolha. Assim o sistema partidário bipartidário pode estimular a abstenção eleitoral (Bobbio, 1994: 18-19).

A teoria também sustenta que se os partidos são bem organizados e mantêm um activismo constante e permanente que vai para além do período eleitoral, as taxas de abstenção tendem a ser menor. O activismo partidário é considerado importante por manter o eleitorado mobilizado por um período de tempo maior e assim mais motivado a votar no período eleitoral. Quando os partidos não tem uma organização eficiente e um funcionamento pleno, com actividades constantes e contínuas, a abstenção tende a crescer.

A abstenção também é vista pelos inquiridos como uma forma de mostrar o descontentamento ao sistema político, principalmente dos indivíduos com maior maturidade política.

Nos indivíduos inquiridos com idade entre 45-64 anos a abstenção é uma forma de mostrar o descontentamento ao sistema político (10%). Os mais idosos consideram que para além do seu voto não contribuir para a mudança não ganham nada em ir votar.

Quadro 16 Distribuição dos inquiridos recenseados que declararam ter abstido alguma vez (nunca votou e absteve após ter votado alguma vez) segundo as razões da abstenção por sexo e grupo etário

	Total	Mas.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
TIVE PROBLEMAS PESSOAIS QUE ME IMPEDIRAM DE IR VOTAR	35,1	39,5	31,2	24,1	27,7	46,8	49,0	34,5
POR NÃO GANHAR NADA EM IR VOTAR	11,1	8,9	13,0	16,7	8,4	12,8	8,2	10,3
NÃO ACREDITO EM NENHUMA DAS LISTAS / PARTIDOS	9,5	8,1	10,9	13,0	13,3	4,3	6,1	6,9
POR NÃO CONFIAR NOS PARTIDOS POLÍTICOS E NEM NOS POLÍTICOS	8,0	6,5	9,4	11,1	10,8	6,4	4,1	3,4
MEU VOTO NÃO VAI MUDAR NADA	7,6	8,1	7,2	5,6	9,6	4,3	6,1	13,8
QUIS MOSTRAR MEU DESCONTENTAMENTO AO SISTEMA	7,3	7,3	7,2	7,4	8,4	6,4	10,2	0,0
POR NÃO ME SATISFAZER NENHUMA DAS OPÇÕES;	6,5	7,3	5,8	7,4	8,4	4,3	8,2	0,0
POR ESTAR FARTO DA POLÍTICA E ELEIÇÕES	5,3	7,3	3,6	0,0	6,0	6,4	8,2	6,9
NÃO SÁBIA EM QUEM VOTAR;	3,8	3,2	4,3	5,6	3,6	2,1	4,1	3,4
O RESULTADO DO MEU PARTIDO ESTAVA GARANTIDO	0,4	0,0	0,7	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0
NR	5,3	4,0	6,5	9,3	3,6	4,3	4,1	20,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

2.3.1. O desempenho dos políticos como causa da abstenção

Quando se analisa os aspectos relativos ao desempenho dos representantes e das dimensões da democracia representativa o inquirido apresenta resultados parecidos com evidências levantadas em outros estudos. Os dados indicam opinião bastante crítica da sociedade caboverdeana em relação a forma como funciona as instituições e ao comportamento dos eleitos – os representantes da vontade popular.

Uma série de questões no sentido de avaliar a qualidade da representação na democracia caboverdeana foram feitas aos inquiridores. Os dados

retratam um desligamento do cidadão com o eleito o que põe em causa o sentido de representação e a efectiva tradução da vontade popular. Se não existe uma ligação contínua, frequente e harmoniosa, entre quem elege e quem é eleito o acto de votar passa a ser também pouco relevante e mesmo desnecessário para o eleitor.

Como pode ser verificado nos quadros abaixo o sentido de representação em Cabo Verde requer repensar a forma de actuação dos partidos e dos candidatos a cargos políticos. Impõe reflectir sobre o comportamento e as práticas dos actores políticos e a sua mudança como uma condição necessária para revitalizar a participação eleitoral e reduzir a abstenção nas eleições.

Quadro 17 Percentagem de inquiridos que concordaram com as seguintes opiniões sobre o desempenho dos políticos segundo o sexo

	Total	Masculino	Feminino
OS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS NÃO SE IMPORTAM MUITO COM AQUILO QUE PENSAM AS PESSOAS COMO EU	76,3	76,8	75,8
O VOTO É A ÚNICA FORMA QUE PESSOA COMO EU TEM PARA DIZER COISAS SOBRE O MODO COMO MEU PAÍS DEVE SER GOVERNADO	59,4	60,5	58,4
PESSOAS COMO EU NÃO TÊM NADA A DIZER SOBRE O QUE O GOVERNO DEVE FAZER	35,5	36,0	35,1
POR VEZES A POLÍTICA E O GOVERNO PARECEM COISAS COMPLEXAS QUE AS PESSOAS COMO EU NÃO PERCEBEM O QUE VERDADEIRAMENTE PASSA	60,5	58,2	62,6

Quadro 18 Percentagem de inquiridos que concordaram com as seguintes opiniões sobre o desempenho dos políticos segundo grupo etário

	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
OS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS NÃO SE IMPORTAM MUITO COM AQUILO QUE PENSAM AS PESSOAS COMO EU	79,9	75,5	78,5	72,7	73,2
O VOTO É A ÚNICA FORMA QUE AS PESSOAS COMO EU TEM PARA DIZER SOBRE O MODO COMO MEU PAÍS DEVE SER GOVERNADO	58,5	53,8	64,1	62,0	61,8
PESSOAS COMO EU NÃO TÊM NADA A DIZER SOBRE O QUE O GOVERNO DEVE FAZER	34,6	34,9	32,7	33,5	45,9
POR VEZES A POLÍTICA E O GOVERNO PARECEM COISAS COMPLEXAS QUE AS PESSOAS COMO EU NÃO PERCEBEM O QUE VERDADEIRAMENTE PASSA	65,1	56,6	62,8	57,6	60,5

Mais de três quartos dos inquiridos consideram que os responsáveis políticos não se importam com aquilo que pensam. Tal facto pode influenciar nas atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral ou não participação. A maioria dos inquiridos considera que o voto é a única forma de exprimir sobre o modo como o país deve ser governado. Entretanto, se as expectativas dos eleitores não são realizadas, se sua voz não é ouvida pelas lideranças político-partidárias pouco interesse esta sociedade terá em participar nas várias dimensões de política. Os jovens são os que sentem mais desligados da política e por isso são os que menos participam e exprimem o que pensam.

A sociedade caboverdeana também dá evidências que quer participar com mais intensidade na governação do país e dos municípios quando reprova a afirmativa que a população não tem nada a dizer o que o governo deve fazer.

Importa referir que da população inquirida a política é classificada como uma actividade complexa em maior percentual pelas mulheres que tendem a concordar mais, que as vezes a política e o governo pareçam coisas complexas e que, pessoas como eu não percebem o que verdadeiramente passa. Tal evidência reflecte a situação e o papel da mulher na sociedade. Pois, por um lado ela está menos exposta a linguagem e temas/conhecimento da política. Por outro lado, ela está mais ocupada com outros aspectos de vida que lhe demanda tempo, como família, sobrevivência e bem-estar dos filhos, que lhe condiciona uma dedicação maior negligenciando assim outras dimensões de vida, nomeadamente a política, o que a leva a classificar tal dimensão como sendo complexa.

Questionados sobre o desempenho dos políticos os inquiridos são bastante críticos à performance/desempenho dos políticos caboverdeanos. Os dados do quadro abaixo indicam uma avaliação negativa do desempenho da classe política o que significa que a sociedade caboverdeana almeja um desempenho melhor e diferente do que se tem hoje.

Quadro 19 Valor médio, mediano e o desvio padrão da classificação da opinião dos inquiridos sobre a crença que os políticos fazem aquilo que é correcto¹²

	Média	Mediana	Desvio padrão
TOTAL	5,1	5,0	2,1
SEXO			
MASCULINO	5,2	5,0	2,2
FEMININO	4,9	5,0	2,1
GRUPO ETÁRIO			
18-24 ANOS	4,9	5,0	1,9
25-34 ANOS	5,0	5,0	2,0
35-44 ANOS	5,1	5,0	2,2
45-64 ANOS	5,2	5,0	2,3
65 ANOS OU MAIS	5,4	5,0	2,3

Os resultados do inquérito vão de encontro aos resultados de outras pesquisas de opinião que tem demonstrado uma descrença da população relativamente aos políticos e os governos. No inquérito somente 20% acredita que os governos fazem aquilo que realmente deve ser feito de forma frequente ou sempre. Dos mais cépticos, 37% dizem que fazem o que deve ser feito por vezes, 29% acredita que raramente o fazem e, 13% são categóricos em afirmar que nunca fazem o que se deve ser feito. Estas opiniões são compartilhadas quer pelas mulheres quer pelos homens e em todos os grupos etários com a mesma proporção, sem grandes diferenças significativas.

Cerca de 20% acredita que os deputados, membros do governo ou eleitos das câmaras municipais nunca falam a verdade quando estão no Parlamento ou quando estão na comunicação social. Quase 30% consideram que estes falam a verdade muito raramente.

Cerca de 60% dos inquiridos não acreditam que os políticos colocam os interesses do povo acima dos seus interesses partidários, com mais de

¹² Questão: Numa escala de 1 a 10, em que 1 é totalmente desacordo e 10 totalmente de acordo, diga-me se de uma forma geral podemos acreditar que os políticos fazem aquilo que é correcto.

30% a serem categóricos em afirmar que esta atitude nunca é assumida pelos políticos e governos.

As respostas sobre atitudes e comportamentos dos políticos e governos (quadro 20) retratam a debilidade da dimensão da representação em Cabo Verde e a fragilidade da democracia do país no que diz respeito à ligação entre a sociedade e as instâncias de representação. Indicam um baixo nível de confiança em relação aos eleitos que é posteriormente traduzido numa avaliação negativa do desempenho dos políticos. Por sua vez, tal aspecto reflecte igualmente no nível de confiança depositada nas instituições e tais níveis tem diminuído em Cabo Verde.

As evidências recolhidas no inquérito diferenciam muito pouco de outros estudos que confirmam as mesmas tendências. Os inquéritos do Afrobarometer (2008) utilizam uma metodologia diferente da utilizada no inquérito deste estudo. Importa realçar, entretanto, que nos frequentes estudos daquele organismo verifica-se uma tendência evolutiva de avaliação negativa dos detentores de cargos políticos eleitos quer a nível do poder local quer a nível do poder nacional.

Evidências empíricas de outros estudos de opinião também indicam diminuição do nível de confiança institucional da democracia caboverdeana nos últimos anos. Fica evidente assim a fragilidade do funcionamento institucional da democracia do país. Isso expõe uma dimensão que requer uma acção consistente no sentido de evitar o aprofundamento dos aspectos negativos da dimensão da representação que é uma das causas da não participação eleitoral.

Quadro 20 Distribuição dos inquiridos segundo algumas opiniões sobre atitudes e comportamentos dos políticos e governos

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
EM QUE MEDIDA ACREDITA QUE OS GOVERNOS FAZEM AQUILO QUE REALMENTE DEVE SER FEITO?								
NUNCA	13,2	12,9	13,4	12,9	11,0	12,1	14,7	17,2
RARAMENTE	29,1	29,6	28,7	33,3	31,4	30,5	23,3	22,9
POR VEZES	37,4	37,0	37,7	39,6	38,4	36,8	36,7	32,5
FREQUENTEMENTE	14,9	15,5	14,4	10,4	16,0	14,8	18,4	16,6
SEMPRE	3,7	3,7	3,8	3,1	1,3	4,0	5,7	6,4
NR	1,7	1,3	2,1	0,6	1,9	1,8	1,2	4,5
QUANDO OS DEPUTADOS OU OS MEMBROS DOS GOVERNOS OU DAS CÂMARAS MUNICIPAIS FALAM NA TV OU NO PARLAMENTO, EM QUE MEDIDA ACREDITA QUE DIZEM A VERDADE?								
NUNCA	19,8	20,5	19,2	21,4	16,4	20,6	20,8	21,0
RARAMENTE	29,9	32,6	27,5	30,2	34,0	27,8	26,5	29,3
POR VEZES	35,8	32,4	38,9	37,1	37,1	34,1	38,0	29,9
FREQUENTEMENTE	10,9	11,1	10,8	8,5	9,7	14,8	12,2	10,8
SEMPRE	1,7	1,8	1,5	1,9	0,9	0,9	1,2	4,5
NR	1,8	1,5	2,1	0,9	1,9	1,8	1,2	4,5
EM QUE MEDIDA ACREDITA QUE OS GOVERNOS COLOCAM OS INTERESSES DO POVO ACIMA DOS INTERESSES DOS SEUS PARTIDOS?								
NUNCA	32,9	34,6	31,4	35,2	33,0	30,9	31,8	32,5
RARAMENTE	26,6	26,7	26,4	27,0	28,9	27,8	23,7	23,6
POR VEZES	23,5	21,0	25,7	24,5	21,7	22,9	25,7	22,3
FREQUENTEMENTE	10,2	9,7	10,5	8,8	9,4	12,1	11,8	8,9
SEMPRE	4,8	6,1	3,8	3,5	4,4	4,5	5,7	7,6
NR	2,1	1,8	2,3	0,9	2,5	1,8	1,2	5,1

2.3.2. A insatisfação do funcionamento do sistema político como causa da abstenção eleitoral

A tendência crescente das taxas de abstenção em muitos países democráticos, inclusive naqueles com longos anos de regime democrático con-

solidado é analisada também como um sintoma de insatisfação com o funcionamento do regime democrático.

Em Cabo Verde evidências empíricas confirmam a preferência dos caboverdeanos à democracia a qualquer outro tipo de regime político. Os inquiridos abordados no âmbito do estudo demonstram nesta linha uma avaliação positiva da democracia, considerando-a hoje melhor que a de 10 anos atrás e, os caboverdeanos são optimistas quanto a melhoria do sistema democrático vigente. Numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “muito mal” e 10 “muito bem”, a média dos inquiridos é 6,2 a considerar a democracia caboverdeana a funcionar de forma positiva e melhor do que há 10 anos atrás.

Da análise por género e grupo etário, embora, as diferenças não sejam significativas, os homens tendem a valorizar mais o funcionamento da democracia, actual do que o passado, e perspectivam melhorias mais significativas do que as mulheres.

Os mais jovens e os mais velhos tendem a fazer uma avaliação actual mais positiva e revelam algum optimismo relativamente ao futuro do funcionamento da democracia caboverdeana, nos próximos 10 anos.

Da análise por círculo eleitoral a avaliação difere muito de círculo para círculo. Observa-se que em Santiago Norte e em São Vicente, os círculos com maior taxa de abstenção são os círculos eleitorais cuja avaliação da democracia actual é mais baixa. Esses dois círculos apresentam valores abaixo da média nacional, (5,2) e (5,4), respectivamente. Sal e Fogo são os que avaliam mais positivamente a democracia actual. Importa ressaltar aqui, que nos círculos de maior incidência da população urbana e onde a população é detentora de melhores índices de educação a avaliação da democracia está muito ligada a aspectos de cunho económico. A satisfação com a vida, aspectos como desemprego, nível de segurança, etc, contribuem para a avaliação do sistema político e essa avaliação é mais crítica nos círculos onde a população tem um nível de expectativa maior.

Em termos comparativos com a democracia de há 10 anos atrás globalmente percebe-se melhorias a nível nacional nas ilhas do Sal e Santo Antão, com melhorias significativas, duplicando quase o valor atribuído a 10 anos. S. Vicente é o único círculo onde a avaliação actual é menor do que o passado o que poderá explicar os sucessivos aumentos das taxas de abstenção naquele círculo eleitoral.

Quadro 21 Média da avaliação do funcionamento da democracia no passado, actualmente e perspectiva de futuro, numa escala de 1-10

	Actual	Passado	Futuro
TOTAL	6,2	5,5	7,8
SEXO			
MASCULINO	6,3	5,6	7,8
FEMININO	6,1	5,4	7,7
GRUPO ETÁRIO			
18-24 ANOS	6,3	5,8	7,9
25-34 ANOS	6,2	5,4	7,7
35-44 ANOS	6,2	5,4	7,9
45-64 ANOS	6,1	5,5	7,5
65 ANOS OU MAIS	6,3	5,3	7,7
CÍRCULOS ELEITORAIS			
SANTO ANTÃO	6,4	3,3	8,0
SÃO VICENTE	5,9	6,3	7,3
SAL	8,1	4,8	9,2
PRAIA	6,0	5,1	7,9
SANTIAGO NORTE	5,7	5,8	7,4
FOGO	7,3	7,5	7,8
NÍVEL INSTRUÇÃO			
NUNCA FREQUENTOU	5,9	5,1	7,3
BÁSICO	6,1	5,6	7,6
SECUNDÁRIO	6,2	5,5	7,7
SUPERIOR	6,6	5,6	8,4

2.3.3. As variáveis psicológicas e da cultura política como factores de abstenção

Outras variáveis devem ser consideradas na análise do fenómeno da abstenção. Estes seriam os variáveis individuais ou psicológicos que por sua vez estão directamente ligados aos aspectos da cultura política¹³ predominante na sociedade. Na Ciência Política estes variáveis são considerados recursos importantes e que contribuem para um nível maior ou menor de participação eleitoral. A presença de recursos que reflectem um nível de consciência da política e, a importância atribuída à política na vida do indivíduo, pode, reflectir numa sociedade muito ou pouco mobilizada no exercício dos direitos democráticos, particularmente a de votar.

Das variáveis geralmente consideradas como influenciáveis da participação ou não participação eleitoral inclui: a frequência que a pessoa está sujeita a informações políticas, o conhecimento sobre aspectos do funcionamento administrativo-político do país, a participação em outras actividades de carácter político para além do acto de votar, a participação em associações ou filiação a sindicatos, etc.

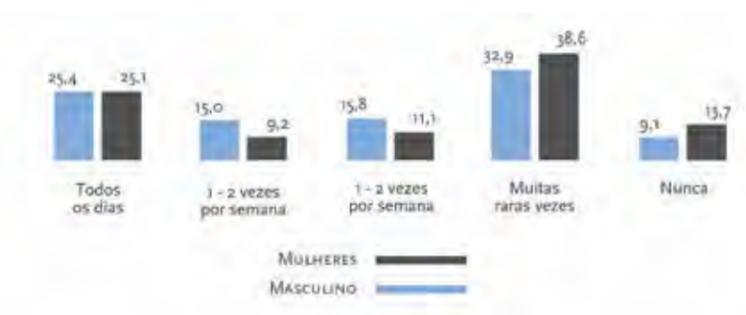
No inquérito foi questionado aos inquiridos da frequência com que ouvem, vêem ou lêem notícias sobre política nas rádios, televisões ou jornais. Globalmente, somente cerca de um quarto dos inquiridos afirmam informar sobre a política nos meios de comunicação diariamente, com a grande maioria a afirmar faz-lo muito raras vezes (35,9%) ou nunca (11,5%). A teoria sustenta que havendo um baixo interesse pela informação da política mais dificuldade haverá para a mobilização nos períodos de eleição e logo de votar.

Da análise por sexo e grupos etários conclui-se que as mulheres e os jovens 18-24 anos são os grupos com menos exposição à política nos meios comunicação, e que a relação entre a idade e a exposição à informação política é linear e positiva, com a população em idade activa e mais instruída a afirmar estarem mais expostos à informação.

¹³ No sentido amplo a cultura política de um país é entendido como um conjunto de práticas resultante de um processo de aprendizagem cognitiva e valorativa que determina o comportamento da pessoa no campo político.

Este pouco interesse em seguir informações políticas nos meios de comunicação social quer pelas mulheres, quer pelos jovens na faixa etária entre os 18-24 anos, coincide com um menor nível de interesse pela política desses dois grupos sociais. São estes dois grupos que também avalliam de forma mais negativa as dimensões da democracia representativa caboverdeana apresentada atrás e por isso a participação eleitoral dessas duas categorias tende a ser menor.

Gráfico 34 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que ouvem, vêem e lêem notícias sobre política nos meios de comunicação segundo sexo.



Quadro 22 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que vêem, ouvem ou lêem notícias sobre política nos meios de comunicação

	Todos os dias	1-2 vezes por semana	3-4 vezes por semana	Muito raras vezes	Nunca	NR/NS	TOTAL
TOTAL	25,2	11,9	13,3	35,9	11,5	2,1	100,0
SEXO							
MASCULINO	25,4	15,0	15,8	32,9	9,1	1,8	100,0
FEMININO	25,1	9,2	11,1	38,6	13,7	2,4	100,0
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	12,9	11,9	15,7	46,5	11,6	1,3	100,0
25-34 ANOS	24,8	15,4	13,8	37,1	6,9	1,9	100,0
35-44 ANOS	30,0	13,5	12,6	31,4	10,3	2,2	100,0
45-64 ANOS	37,6	8,6	10,6	28,6	13,1	1,6	100,0
65 ANOS OU MAIS	24,8	7,6	12,7	29,9	19,7	5,1	100,0

O nível baixo de exposição à informação política explica em parte, o nível baixo de conhecimento sobre alguns aspectos ligados a organização política de Cabo Verde e, ao não conhecimento de dirigentes políticos de instituições representativas, particularmente, a Assembleia Nacional. Para avaliar o nível de conhecimento político dos inquiridos o inquérito questionou as pessoas sobre diversos aspectos da política em Cabo Verde entre as quais: o número de Municípios existentes, o nome do Presidente da Assembleia Nacional e o partido/coligação que ganhou as últimas eleições autárquicas no Município.

Da análise dos gráficos abaixo, pode-se constatar que a grande maioria dos inquiridos (72%) não sabem quantos Concelhos/Municípios existem em Cabo Verde. Relativamente ao nome do Presidente da Assembleia Nacional o conhecimento é relativamente maior mas ainda assim mais de metade dos inquiridos não souberem responder correctamente à questão.

Da análise por género verifica-se que os homens tendem a conhecer mais as questões levantadas. Isto porque conforme exposto atrás eles estão sujeitos a mais informação e detêm mais conhecimento da actividade política que as mulheres. Tal aspecto é em parte, reflexo dos papéis assumidos pelos sexos na sociedade e da clara desigualdade que existe na divisão dos papéis que cada um dos sexos assume. Há uma evidente sobrecarga de tarefas domésticas assumidas preponderantemente pelas mulheres e, conseqüentemente, a disponibilidade de tempo para dedicar a outras actividades é diferente dos homens reflectindo assim no grau de conhecimento e no nível de recursos detidos pelos sexos.

Em relação à idade, o nível de conhecimento por faixa etária ronda os 30% entre os 18-44 anos. O grupo entre os 25-34 anos apresenta um maior nível de conhecimento no que diz respeito ao número de Municípios.

Quadro 23 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do número de Municípios do País, por sexo e grupos etários.

	14 Municípios	16 Municípios	19 Municípios	22 Municípios	NS/NR	TOTAL
TOTAL	2,3	4,4	5,9	27,7	59,6	100,0
SEXO						
MASCULINO	2,9	4,4	6,6	31,3	55,0	100,0
FEMININO	1,8	4,5	5,4	24,5	63,8	100,0
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	3,5	4,4	5,7	30,8	55,7	100,0
25-34 ANOS	2,8	3,8	6,0	34,6	52,8	100,0
35-44 ANOS	0,4	5,4	5,8	30,9	57,4	100,0
45-64 ANOS	2,9	4,5	6,9	24,9	60,8	100,0
65 ANOS OU MAIS	0,6	4,5	5,1	7,0	82,8	100,0

Quadro 24 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do nome do Presidente da Assembleia Nacional, por sexo e grupos etários

	Amílcar Spencer Lopes	António Espírito Santo	Aristides Lima	Basílio Mosso Ramos	NS/NR
TOTAL	1,0	0,8	3,2	44,3	50,8
SEXO					
MASCULINO	1,3	1,0	3,0	49,1	45,5
FEMININO	0,6	0,6	3,3	39,9	55,6
GRUPO ETÁRIO					
18-24 ANOS	1,6	0,3	5,3	45,0	47,8
25-34 ANOS	1,3	0,3	4,4	53,1	40,9
35-44 ANOS	0,4	0,9	1,3	49,3	48,0
45-64 ANOS	0,8	1,6	1,6	42,4	53,5
65 ANOS OU MAIS	0,0	1,3	1,3	20,4	77,1

São geralmente considerados três tipos tradicionais de participação política: votar, filiar num partido ou sindicato, activismo cívico. As três

últimas dimensões podem reflectir depois na participação eleitoral, pois, quando mais uma sociedade é activa nestas dimensões mais ela tende a participar do no acto de votar.

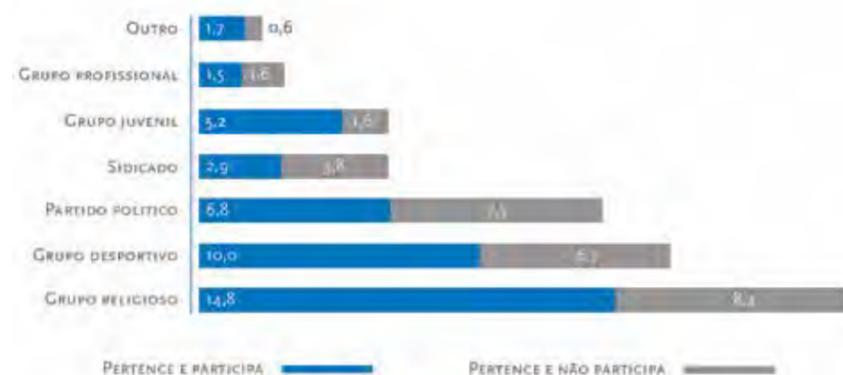
O inquérito buscou evidências dessas dimensões na sociedade cabo-verdeana. Dos resultados pode-se concluir que a grande maioria dos inquiridos, independentemente do sexo tendem mais a pertencer e participar activamente em associações de carácter religioso e desportivo.

Cerca de 14% declararam pertencer a um partido político e são na sua grande maioria pessoas na faixa etária 30-64 anos. Mas somente 7% participa activamente nas actividades partidárias. Entretanto, é de realçar o facto, das mulheres participarem mais activamente do que os homens nos partido políticos, (homens – 6,2% e mulheres – 7,4%).

Os jovens estão mais predispostos a pertencer e participar em grupos desportivos, religiosos ou juvenis, com especial destaque para os jovens rapazes. As mulheres no cômputo geral tendem mais em pertencer e participar em grupos religiosos (27%), principalmente as da terceira idade.

Os dados confirmam também uma baixa adesão aos sindicatos. O que vai de encontro aos dados do Censo do INE, que confirmam que a nível global 75% da população empregada não está filiada em nenhum sindicato (INE, IMC 2011). Tendência confirmada pelos dados do inquérito que demonstram que mais de 90% da população inquirida não pertence a nenhum sindicato.

Gráfico 35 Percentagem de inquiridos que pertencem e/ou e participa activa em associações



Quadro 25 Distribuição dos inquiridos segundo a pertença e/ou e participação activa em associações

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL	1.261	595	666	318	318	223	245	157
PARTIDO POLITICO								
PERTENCE E PARTICIPA	6,8	6,2	7,4	4,1	6,0	8,5	12,7	2,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	7,5	8,4	6,8	7,5	6,3	6,7	7,8	10,8
JÁ PERTENCEU	5,9	6,7	5,3	0,3	8,2	4,5	10,6	7,6
NUNCA PERTENCEU	77,9	77,3	78,4	86,2	78,6	78,9	67,3	74,5
NR	1,8	1,3	2,3	1,9	0,9	1,3	1,6	4,5
SINDICATO								
PERTENCE E PARTICIPA	2,9	3,5	2,4	1,3	3,5	4,0	4,1	1,9
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	3,8	4,0	3,6	2,5	3,1	7,2	4,1	2,5
JÁ PERTENCEU	6,8	7,4	6,3	0,9	3,8	9,0	13,5	11,5
NUNCA PERTENCEU	82,8	82,2	83,3	93,4	85,8	76,2	73,9	78,3
NR	3,6	2,9	4,4	1,9	3,8	3,6	4,5	5,7
GRUPO RELIGIOSO								
PERTENCE E PARTICIPA	14,8	10,3	18,9	13,8	8,5	14,8	17,6	25,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	8,4	9,2	7,7	6,3	6,3	10,3	11,8	8,9
JÁ PERTENCEU	10,8	10,9	10,7	10,7	16,0	8,1	8,2	8,3
NUNCA PERTENCEU	61,8	66,4	57,7	65,7	64,8	63,2	58,0	51,6
NR	4,2	3,2	5,1	3,5	4,4	3,6	4,5	5,7
GRUPO DESPORTIVO								
PERTENCE E PARTICIPA	10,0	15,8	4,8	18,2	13,8	6,7	2,0	2,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	6,7	9,6	4,2	7,9	8,5	5,8	6,5	2,5
JÁ PERTENCEU	11,4	15,1	8,1	13,8	12,6	7,2	12,2	8,9
NUNCA PERTENCEU	66,5	56,5	75,4	56,9	59,7	74,4	72,2	79,0
NR	5,4	3,0	7,5	3,1	5,3	5,8	6,9	7,0
GRUPO DESPORTIVO								
PERTENCE E PARTICIPA	1,5	2,2	0,9	0,6	2,2	1,3	2,0	1,3
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	1,6	1,8	1,4	0,9	2,2	1,8	1,6	1,3
JÁ PERTENCEU	2,8	3,0	2,6	1,9	3,8	3,1	2,9	1,9
NUNCA PERTENCEU	86,8	86,4	87,1	88,4	85,2	87,4	85,3	87,9
NR	7,4	6,6	8,1	8,2	6,6	6,3	8,2	7,6
GRUPO JUVENIL								
PERTENCE E PARTICIPA	5,2	5,7	4,7	12,9	5,3	1,8	0,8	0,6
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	1,6	1,5	1,7	2,5	2,2	0,9	0,4	1,3
JÁ PERTENCEU	9,2	9,9	8,6	9,7	11,6	9,4	8,6	3,8
NUNCA PERTENCEU	76,5	75,8	77,2	66,4	73,9	82,5	80,8	87,3
NR	7,5	7,1	8,0	8,5	6,9	5,4	9,4	7,0
OUTRO								
PERTENCE E PARTICIPA	1,7	1,7	1,7	2,2	2,5	0,4	1,2	1,3
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	0,6	0,5	0,6	0,9	0,3	0,0	0,4	1,3
JÁ PERTENCEU	7,1	8,2	6,0	5,3	5,7	9,4	8,2	8,3
NUNCA PERTENCEU	53,2	50,9	55,3	50,9	51,6	56,5	53,9	55,4
NR	37,5	38,7	36,5	40,6	39,9	33,6	36,3	33,8

As razões para explicar a predisposição dos inquiridos em pertencer e participar activamente em associações de carácter político ou de mobilização como os sindicatos, e os de carácter cívico, são, entretanto, consideradas complexas e de difícil medição num estudo desta natureza. No entanto, os que actualmente não estavam a fazer parte de nenhuma associação justificam a não participação na sua grande maioria pela falta de interesse em participar de qualquer associação. Cerca de um quarto gostaria de participar mas não se identifica com as associações existentes. É de realçar o facto de uma percentagem das mulheres justificar que não participam por que têm coisas mais importantes para fazer. Os jovens 18-24 são os que mais estão dispostos a participar mas alegam não identificar com as associações existentes.

Quadro 26 Distribuição dos inquiridos que declararam não pertencer a nenhuma associação segundo a principal razão para não pertencer nem participar em associações

	Total	Sexo		Grupo etário				
		Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
NÃO TENHO INTERESSE EM PARTICIPAR DE QUALQUER ASSOCIAÇÃO	37,6	41,1	34,6	37,4	38,8	33,9	37,9	40,4
GOSTARIA DE COLABORAR MAS NÃO IDENTIFICO COM AS ASSOCIAÇÕES	23,1	25,4	21,1	30,3	27,4	25,1	16,2	10,3
TENHO COISAS MAIS IMPORTANTE A FAZER	14,0	11,1	16,5	11,8	12,2	16,9	19,2	9,6
ÁCHO QUE AS ASSOCIAÇÕES NÃO SERVEM PARA NADA	3,8	3,7	3,9	2,1	2,5	2,7	5,1	8,8
OUTRA RAZÃO: (ESPECIFIQUE)	21,5	18,7	23,9	18,5	19,0	21,3	21,7	30,9

Considerando que a teoria atribui à participação cívica dos indivíduos uma relevância na motivação psicológica do eleitor nos períodos de mobilização e participação eleitoral, o inquirido buscou conhecer aspectos da cultura cívica da sociedade caboverdeana e as características predominantes da cultura política do país.

Questionados sobre a participação em actos ou actividades políticas, a grande maioria (75%) revela já ter participado em comícios, manifesta-

ções ou protestos nos últimos tempos. Os dados permitam concluir que há comportamentos ambíguos dos eleitores. Pois, embora o desinteresse demonstrado em algumas questões anteriores, particularmente às referentes ao baixo interesse pela política, pouca exposição a notícias sobre política, o contacto com os políticos ser muito baixo, os inquiridos revelam, entretanto, ter por hábito falar sobre a política com outras pessoas o que indica que atribuem importância a esta actividade. Tal ambiguidade pode estar directamente ligado ao tipo de política que é feito em Cabo Verde e ao desempenho da classe política do país. A forma de fazer política pode não estar a satisfazer o cidadão e sua insatisfação é demonstrada na baixa predisposição de interessar pela política e numa tendência de não participação eleitoral.

É notório um maior interesse por parte dos homens em participar em reuniões públicas sobre política, em participar nas campanhas eleitorais e no interesse de procurar os políticos para solicitar apoio na resolução de problemas da comunidade. As mulheres apresentam percentagens maiores na procura de políticos para resolução de problemas pessoais. Das entrevistas realizadas com os responsáveis dos partidos políticos e com as eleitas locais e nacionais esta constatação foi confirmada.

Quadro 27 Percentagem de inquiridos que declararam ter participado em actividades de carácter político

	Sexo			Grupo Etário				
	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
ASSISTIU A ALGUM COMÍCIO, MANIFESTAÇÃO OU PROTESTO	74,5	80,5	69,1	80,5	80,5	74,9	71,0	54,8
CONTACTOU ALGUM POLÍTICO / GOVERNANTE PARA DAR SUA OPINIÃO	12,0	15,1	9,2	6,0	12,6	17,0	16,3	8,9
LIGOU PARA UM PROGRAMA NA RÁDIO PARA DAR SUA OPINIÃO	6,3	7,7	5,1	5,3	6,6	9,9	6,9	1,9
PARTICIPOU NUM FÓRUM OU GRUPO DE DISCUSSÃO POLÍTICA NA INTERNET	3,1	3,4	2,9	2,8	4,7	3,1	2,4	1,3
FEZ ALGUM COMENTÁRIO AOS ARTIGOS POLÍTICOS ON-LINE DOS JORNAIS	7,5	8,6	6,6	8,5	11,0	7,6	5,7	1,3
CONVERSOU COM ALGUÉM SOBRE POLÍTICA	44,4	49,6	39,8	41,2	51,3	48,9	46,5	27,4
PARTICIPOU DE ALGUMA REUNIÃO PÚBLICA SOBRE ASSUNTO POLÍTICO;	19,5	23,9	15,6	17,3	20,8	21,1	22,9	14,0
FOI ELEITO OU SE CANDIDATOU PARA ALGUM CARGO PÚBLICO;	4,4	4,0	4,8	2,5	6,3	4,9	5,3	2,5
PEDIU A AJUDA DE ALGUM POLÍTICO PARA RESOLVER UM PROBLEMA PARTICULAR;	16,9	15,8	17,9	13,8	18,6	19,3	16,7	16,6
DOOU DINHEIRO PARA ALGUM PARTIDO POLÍTICO	1,3	2,0	0,8	0,0	2,5	1,8	0,8	1,9
TRABALHOU NA CAMPANHA DE ALGUM CANDIDATO;	10,6	13,4	8,1	8,5	12,6	11,7	13,5	5,1
PARTICIPOU DE ALGUM GRUPO OU COMISSÃO QUE TENTOU INFLUENCIAR ALGUMA ACTIVIDADE DE GOVERNO	3,2	3,5	2,9	2,5	3,1	4,0	4,9	0,6
PROCUROU ALGUM POLÍTICO PARA TRATAR DE ASSUNTO DE INTERESSE DA SUA COMUNIDADE.	11,9	15,0	9,2	8,2	15,1	16,1	13,1	5,1

Aspectos ligados à simpatia e militância partidária são considerados importantes por ter um papel favorável nos períodos de participação eleitoral pois criam vínculos de lealdade e são um motivador de participação. Neste sentido, com o objectivo de recolher evidências gerais do comprometimento e, a existência ou não, de laços partidários que posteriormente poderiam ex-

plicar um determinado comportamento eleitoral, questionou-se sobre a simpatia e militância partidária, independentemente do partido.

Os dados indicam que cerca de 70% da população inquirida simpatiza com algum partido político existente no país. Observa-se que entre os homens a percentagem dos que não simpatizam é maior do que entre as mulheres, 23% contra 18%, respectivamente. É entre os mais jovens igualmente onde encontramos percentagens mais elevadas de inquiridos que não simpatizam com nenhum partido político.

Somente 12% dos inquiridos declarou ser filiado a algum partido político. Entre os inquiridos não se pode concluir sobre a filiação com uma abordagem género pois as percentagens não diferem significativamente. No entanto é possível concluir que os jovens e os idosos não tendem a filiar em partidos políticos e a filiação é maior entre os indivíduos com idade compreendida entre 35-44 anos (15%) e 45-64 anos (19%).

Quadro 28 Distribuição dos inquiridos segundo a simpatia e filiação por algum partido político

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
DOS PARTIDOS QUE EXISTEM NO NOSSO PAÍS TEM SIMPATIA POR ALGUM PARTIDO?								
SIM	68,1	65,4	70,6	63,8	67,0	72,2	71,8	67,5
NÃO	20,5	23,4	18,0	24,2	22,0	17,9	17,6	18,5
NR	11,3	11,3	11,4	11,9	11,0	9,9	10,6	14,0
É FILIADO EM ALGUM PARTIDO POLÍTICO?								
SIM	12,3	11,9	12,6	7,2	12,3	15,2	19,2	7,6
NÃO	85,5	86,2	84,8	91,5	85,2	82,5	78,8	88,5
NR	2,2	1,8	2,6	1,3	2,5	2,2	2,0	3,8

2.4. Evolução e causas da abstenção nos círculos eleitorais da diáspora: legislativas e presidenciais

É reconhecido tanto pelas autoridades nacionais como pelos partidos políticos que houve avanços no processo de recenseamento nos três círculos eleitorais da diáspora: Europa e Resto do Mundo, Américas e África. Contudo, paradoxalmente, as melhorias do processo eleitoral nos círculos da

diáspora têm sido seguidas por altas taxas de abstenção. A alta abstenção da diáspora reflecte um comportamento eleitoral marcado por profunda apatia e alienação no processo eleitoral dos cargos electivos de Cabo Verde. O gráfico 36 e o quadro 29 demonstram altas taxas de abstenção nos três círculos eleitorais do estrangeiro nas duas eleições onde os caboverdeanos da diáspora podem votar.

Pode-se observar que, quer nas eleições legislativas, quer nas presidenciais, a abstenção eleitoral dos eleitores da diáspora é alta com maior incidência no círculo de Europa e Resto do Mundo, o círculo com maior número de emigrantes residentes e por isso com maior número de eleitores inscritos.

Gráfico 36 Evolução da abstenção na diáspora. 1991 - 2012

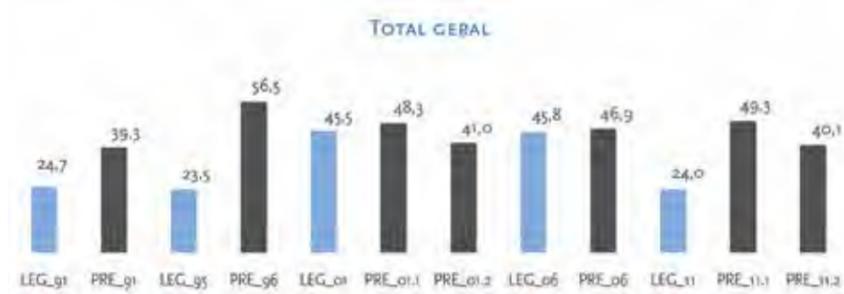
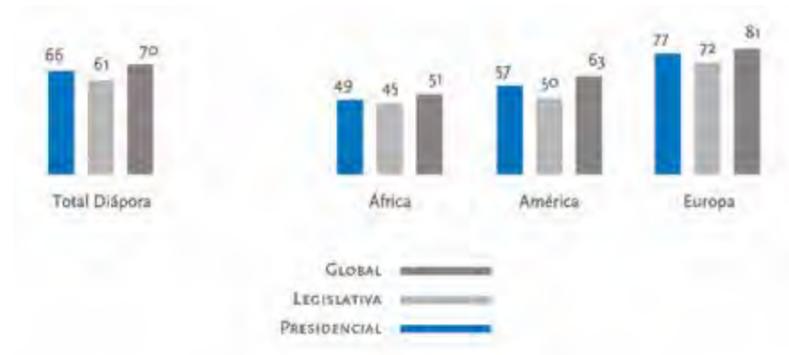


Gráfico 37 Média de abstenção 1991 - 2012 nos círculos da diáspora segundo o tipo de eleição: Legislativa ou Presidencial



Quadro 29 Média de abstenção 1991-2012 na diáspora segundo o tipo de eleição

	Global	Legislativa	Presidencial
TOTAL DIÁSPORA	66,4	60,8	70,4
ÁFRICA	48,8	45,2	51,4
AMÉRICAS	57,5	49,7	63,0
EUROPA	77,0	72,0	80,5

A amostra do inquérito do estudo não abrangeu a população da diáspora o que impede traçar um perfil do eleitor abstencionista nesse domínio. Entretanto, as autoridades nacionais ligadas ao processo eleitoral, os responsáveis dos partidos políticos e representantes consulares, concederam, no âmbito deste estudo, entrevistas, que forneceram um conjunto de informações relevantes. Baseada nelas é possível levantar algumas hipóteses explicativas da baixa participação eleitoral nos círculos eleitorais da diáspora e as razões da elevada taxa de abstenção.

2.4.1. Causas da abstenção na diáspora

Todos os actores ouvidos reconhecem que a organização do processo eleitoral na diáspora é um processo bastante complexo. Determinados aspectos dificultam o processo eleitoral que acabam por interferir na participação dos eleitores da diáspora.

Um dos aspectos está ligado à dificuldade das autoridades nacionais do processo eleitoral operar com eficácia nos círculos do estrangeiro. Os países dos círculos da diáspora estão numa realidade que as autoridades eleitorais não conhecem e não dominam bem e dependem muito da informação de terceiros. O não conhecimento da realidade dificulta o controlo sobre o processo. Diferente dos círculos nacionais onde é possível ter um controlo diário do processo. Um outro aspecto que dificulta a abrangência dos potenciais eleitores na diáspora é a dispersão geográfica destes nos países de residência.

Os intervenientes do processo eleitoral e os três partidos com representação parlamentar na Assembleia Nacional justificam a alta taxa de

abstenção dos círculos no estrangeiro como reflexo de um baixo interesse pela política caboverdeana dos eleitores da diáspora. O eleitor da diáspora tem interesse primeiro na política interna do país onde reside. A política interna do país de residência tem impacto e efeito directo na vida do caboverdeano da diáspora pois é ali que estão os seus interesses. O impacto da política em Cabo Verde em sua vida é por sua vez secundário, logo, menos relevante. Por isso está menos disponível em votar nas eleições para os cargos electivos de Cabo Verde.

A distância dos locais de votação na diáspora também é apontada como sendo um entrave a participação eleitoral e favorecendo a abstenção eleitoral. Conforme um dirigente partidário¹⁴ referiu e deu exemplo, um eleitor caboverdeano que vive em Munique, com uma jornada de trabalho intensivo ao longo da semana terá dificuldade de, no dia de seu descanso, que geralmente é domingo e coincide com as datas das eleições, sair para ir votar numa outra cidade onde funciona o posto consular. Existem casos de países onde sequer Cabo Verde tem representação diplomática, como é o caso de Argentina por exemplo, o que impede de votar. São aspectos dificultam o recenseamento e o exercício do voto.

Quer os partidos políticos, as autoridades do processo eleitoral e representantes diplomáticos, reconhecem a continuidade – apesar das melhorias evidentes a cada eleição, de existirem ainda alguns constrangimentos no processo eleitoral na diáspora que podem contribuir para a desmotivação do eleitor na diáspora para o exercício do voto.

Um dos problemas segundo informações dos actores entrevistados reside no facto de alguns eleitores fazerem o recenseamento mas na hora de votar não encontrarem o nome nos cadernos eleitorais na mesa que supostamente deveriam votar.

O membro da CNE entrevistado reconhece que apesar do processo de inscrição de eleitores na diáspora ter melhorado, ainda persiste algumas reclamações dos eleitores. Entretanto, há um reconhecimento que as reclamações diminuíram significativamente depois da construção da

¹⁴ Exemplo dado pelo Sr. Lídio. Lídio Silva, ex. deputado nacional e presidente da Comissão Nacional da UCID.

nova BD de recenseamento, que permite constatar as anomalias atempadamente sendo as rectificações feitas num prazo mais curto.

A questão da documentação de identificação é outro factor a considerar na análise da taxa de abstenção dos círculos do estrangeiro. A legislação caboverdeana (CE) estabelece que só pode votar nas eleições legislativas e presidenciais cidadãos caboverdeanos. O CE afirma que pode votar caboverdeanos com outra nacionalidade mas desde que esteja na posse de um documento de identificação de Cabo Verde válido. Este constrangimento é referido no Acórdão nº 7/2006 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e deve ser considerado um impeditivo para o exercício do voto. Na declaração do voto do juiz do STJ encontra-se o seguinte:

“Em relação a muitos recenseados no estrangeiro não consta a referência a qualquer documento de identificação nos respectivos cadernos. A Conservatória dos Registos Centrais que detém o registo de nacionalidade dos cabo-verdianos nascidos no exterior, respondeu não poder passar certidão positiva ou certidão negativa, relativamente aos eleitores constantes dos cadernos que lhe foram enviados e que nasceram em países Africanos, por não dispor de dados sobre o número de registos, números de folha, etc... Isto só pode significar que os indivíduos em causa não constam do registo de nacionalidade à guarda da Conservatória.”

Os vários actores auscultados no âmbito deste estudo entendem na sua maioria que a alta abstenção eleitoral da diáspora caboverdeana tem que ser solucionada a partir de políticas de integração dessa diáspora com a realidade caboverdeana e, numa concertação que envolve todos os actores implicados no processo eleitoral. Os dados de participação/abstenção da diáspora indicam a necessidade de uma acção articulada entre os diferentes actores envolvidos no processo e é considerada urgente pelos diferentes intervenientes. Torna-se imperativo romper a tendência das altas taxas de abstenção dos círculos da emigração pois já há sinais de consolidação e a curto prazo pode transformar num processo de abstenção crónica.

As autoridades nacionais têm-se empenhado em recensear os caboverdeanos residentes no estrangeiro através de fortes investimentos feitos neste domínio, entretanto, este investimento ainda não está traduzido numa participação eleitoral desejável.



CAPITULO III
REFORMAS PARA
MAIS PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA



Várias constatações levantadas no inquérito indicam um conjunto de avaliações negativas do funcionamento do sistema democrático de Cabo Verde e evidenciam uma sociedade bastante crítica e insatisfeita com algumas dimensões do regime.

A insatisfação com alguns aspectos da democracia representativa existe actualmente em países das diferentes regiões do globo e com diferentes graus de consolidação democrática. Em muitos países a sociedade e os actores políticos têm debatido o funcionamento do sistema democrático e, a necessidade, de introduzir reformas, para reverter a tendência do aumento da abstenção eleitoral/não participação eleitoral. Esse debate passa pela ampliação e mais participação popular nos espaços de representação política, de forma que o sistema democrático possa traduzir a realidade, seja inclusiva e igualitária, e que traduza a vontade popular.

3.1. A posição das mulheres nas esferas de decisão

Os desafios que se colocam aos regimes democráticos contemporâneos vão além de encontrar soluções para aumentar a participação eleitoral que em praticamente todas as regiões do mundo dá sinais de uma redução substancial. Um grande desafio das democracias representativas modernas está ligado à expansão e inclusão de grupos sociais as esferas de decisão política, particularmente, os que representam segmentos da população tradicionalmente marginalizados e com fraca presença nas esferas de decisão.

A participação das mulheres nos espaços de decisão política em todas as esferas de decisão e gestão pública do Estado é considerada um imperativo e aspecto primordial para o aprofundamento e qualidade da democracia. A defesa da democracia representativa e do seu ideal de igualdade

para todos os membros da comunidade política depende, necessariamente, de uma cidadania inclusiva baseada no princípio de igualdade de direitos e oportunidades a todos os membros da sociedade.

A participação da mulher nas esferas de decisão em Cabo Verde conheceu com o advento da democracia um avanço positivo e, percebe-se, ainda que de forma muito fraca, a uma tendência de redução da desigualdade de género na representação das esferas de decisão a nível do poder central e local.

Formalmente a Constituição caboverdeana reconhece a igualdade de direitos a todos os cidadãos e a possibilidade de todos poderem concorrer para ocupar as funções públicas de cargos electivos. Cabo Verde também assinou desde de 1980 e rectificou em Outubro de 2011 a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

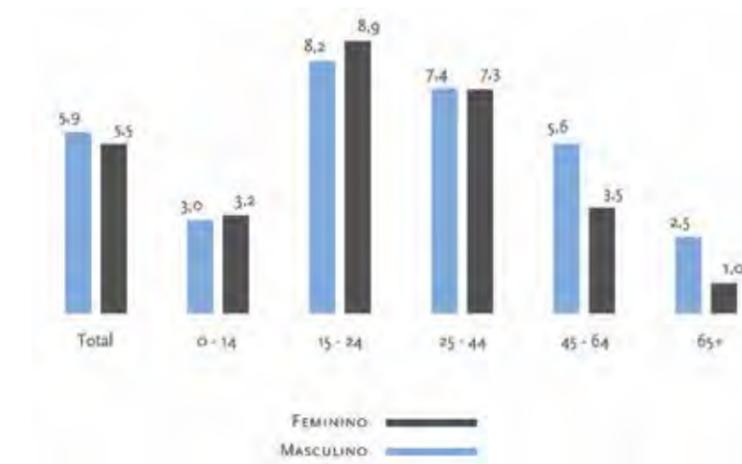
O país tem conseguido avanços na promoção de igualdade de género em domínios muito importantes como é o caso da educação e da saúde, principalmente nos indicadores Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estabelecidos pelas Nações Unidas.

Dados recentes do Censo 2010 confirmam um aumento significativo da taxa de alfabetização entre as mulheres, em particular da taxa de alfabetização juvenil que entre as raparigas é actualmente superior à dos rapazes (raparigas 97,4% e rapazes 96,3%). Igualmente o rácio da frequência escolar (mulheres/homens) tende a ser superior a 1 em todos os níveis de ensino, com maior destaque para os níveis médio/superior. O que traduz numa redução do gap no número médio de anos de estudo entre os homens e as mulheres como se pode observar do gráfico 38.

Gráfico 38 Rácio de frequência escolar (mulheres / homens) segundo os níveis de ensino. INE, Censo 2010



Gráfico 39 Número médio de anos de estudo por sexo segundo grupos etários. INE, Censo 2010



O art.º 56 da CR reconhece a igualdade de condições de todos os cidadãos de aceder aos cargos electivos. O CE estabelece também que as listas propostas para as eleições locais e nacionais devem garantir uma representação equilibrada dos sexos e atribui um prémio através dos recursos do Estado aos partidos políticos que conseguirem eleger 25% de candidatas mulheres nas respectivas listas.

Existe garantia formal do princípio de igualdade na participação nas esferas de decisão. Mas Cabo Verde caminha de forma lenta na remoção dos obstáculos à participação das mulheres nas esferas de decisão política. Existe uma alta probabilidade do país não atingir este ODM, ao menos que haja vontade política e reformas que possam permitir mudar a actual conjuntura no país quanto à participação da mulher nas esferas de decisão política.

Das entrevistas realizadas no âmbito do estudo aos dirigentes partidários, mulheres eleitas nas esferas municipais e nacionais, há um reconhecimento unânime que a democracia possibilitou uma maior visibilidade da mulher caboverdeana. Contudo, a grande maioria reconhece que ainda o país não atingiu um nível desejável no que diz respeito a uma maior presença das mulheres em esferas de decisão.

Evidências empíricas demonstram uma baixa presença de mulheres em todos os cargos electivos. No legislativo nacional e nas esferas de poder local a média de representação das mulheres nos vinte anos da democracia não ultrapassa 20% o que significa que elas constituem uma minoria.

No último relatório global de Género (WEF, 2012) Cabo Verde ocupa a posição 35 num total de 135 países. Segundo o relatório o país é um dos casos top em paridade de género em posição de Ministro. Mas, entretanto, nas esferas de decisão no legislativo nacional e do poder local, que são cargos que requerem a eleição por sufrágio universal e directo a participação da mulher é ainda muito baixa.

A fraca representação das mulheres nas esferas de poder em Cabo Verde está ligada a razões diversas. Inclui variáveis de ordem cultural, reflexo de uma herança da cultura patriarcal onde o papel da mulher está quase que exclusivamente cingida à esfera privada/doméstica. Também variáveis sócio económicos têm também peso e desempenham um papel na mobilização ou não da participação das mulheres na política.

As variáveis ligadas à cultura política e os recursos simbólicos como nível de informação, tempo dedicado a ler/ouvir notícias sobre política estimulam a participação das mulheres na política. Entretanto, variáveis institucionais são consideradas pela literatura como fundamentais e determinantes para a concretização dessa participação.

Das variáveis institucionais destaca-se o sistema eleitoral instituído no país como um factor que pode favorecer ou inibir a uma maior ou menor presença das mulheres nas esferas de decisão. Estudos sobre a participação das mulheres na política nas regiões onde a representação feminina é considerada como exemplo de boas práticas, e, onde há um nível de avanço muito positivo no equilíbrio de género em funções de decisão, indicam, que, a presença das mulheres em posições elegíveis nas listas faz diferença na participação eleitoral das mulheres. Uma maior presença de mulheres em posições elegíveis tem impacto no comportamento eleitoral feminino pois há uma identificação com os pares. Por outro lado, estudos empíricos têm demonstrado que mulheres em cargos de decisão tendem a ter uma maior preocupação com a comunidade e suas decisões tendem a concentrar em áreas sociais como educação e saúde que agradam muito o eleitorado (WEF, 2012).

Qualquer proposta para a adopção de medidas para incrementar a participação e equilíbrio de género na política e mais igualdades na representação em Cabo Verde deve dar a devida atenção ao sistema eleitoral.

3.2. O papel do sistema eleitoral e partidário

Os sistemas eleitorais vigentes nos regimes democráticos destacam dois modelos de sistemas eleitorais:

- a) o sistema eleitoral majoritário baseado na regra que o candidato que alcançar a maior quantidade de votos é eleito, ou
- b) o sistema eleitoral proporcional onde os cargos são distribuídos com base na proporcionalidade de votos obtidos por cada candidato.

A distribuição de cargos/mandatos depende também de outros aspectos importantes na validação dos votos. Assim; a fórmula eleitoral utilizada, o tamanho dos círculos eleitorais, a barreira eleitoral (ou seja a percentagem mínima que um candidato ou lista deve alcançar para ser eleito), o número total dos membros da Assembleia ou cargos em disputa, a influência de uma eleição sobre outra, (por exemplo as eleições presidenciais sobre as eleições legislativas), o grau de desproporcionalidade existente entre os círculos eleitorais, e, os vínculos eleitorais interpartidários são todos considerados no comportamento eleitoral na hora de votar (Lijphart, 2003; Santos, 1997).

Para a apresentação das candidaturas para o poder legislativo nacional o Código Eleitoral caboverdeano estabelece como regra um aspecto importante e que interessa referir:

“Ao estabelecer que a apresentação de candidaturas cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos ou das coligações de partidos políticos, o Código remete para os estatutos dos partidos políticos e os pactos de coligação a definição do órgão que escolhe os candidatos. Esse órgão não só escolhe os candidatos mas também procede a sua ordenação, determinado o lugar que cada um ocupa na lista. A lista apresentada é assim uma lista fechada e bloqueada o que quer dizer que o eleitor não pode acres-

centar mais nomes, nem alterar a ordem pela qual foram apresentados pelos partidos ou grupos de cidadãos.”, (Silva, 2007:287).

Uma ampla bibliografia confirma que a baixa presença de mulheres em cargos políticos de decisão seria explicado pelo tipo de sistema eleitoral utilizado por um país. E o sistema proporcional de lista fechada e bloqueada que é o utilizado em Cabo Verde é a que menos favorece a eleição de mulheres aos cargos de decisão, (IDEA, 2002; Jones, 1996; Rule, 1997, WEF, 2012; Blasco, 2010; Osório, 2010, Matland, 2007).

É reconhecida também que variáveis de ordem socioeconómica e da cultura política podem influenciar na participação política do sexo feminino. Mas evidências demonstram que os aspectos de elegibilidade e de nomeação das mulheres nas listas partidárias seriam determinantes para a sua posição na esfera pública.

A posição ainda bastante marginal da mulher nos órgãos de decisão na democracia caboverdeana pode ser explicada em parte pela baixa presença delas nos partidos políticos. Estando em baixa representação na instância primordial de representação e, tendo uma presença insignificante nos órgãos de decisão dos partidos políticos, torna-se difícil conseguir no momento da elaboração das listas uma posição favorável e que seja elegível e posteriormente traduzida num cargo de representação.

É possível verificar no Quadro 30 abaixo a fraca presença das mulheres nas esferas de decisão partidária em Cabo Verde. Entretanto, conforme foi referido anteriormente e de acordo com os dados do inquérito, as mulheres em Cabo Verde tendem a apresentar algumas evidências consideradas relevantes e que indicam que elas possuem um potencial para o exercício da liderança política pois, tem uma grande participação e são muito activas a nível das bases partidárias. Esse activismo pode existir também a nível da participação eleitoral, mas falta, entretanto, dados concretos para comprovar tal hipótese. Dependeria da análise dos cadernos eleitorais da qual não se teve acesso.

Quando questionadas por exemplo sobre simpatia partidária elas levam uma pequena vantagem em relação aos homens. Igualmente evidências indicam quando questionadas sobre a militância partidária apresentam um ligeiro aumento em relação aos homens. Estas evidências vão de encontro à maioria das opiniões recolhidas junto dos partidos políticos e das mulheres eleitas entrevistadas que reconhe-

cem que as mulheres desempenham um importante papel a nível das bases partidárias.

Existe igualmente um reconhecimento da parte dos diferentes actores ouvidos e baseado no que afirmam ser evidências do “terreno”, uma maior participação das mulheres a nível das bases partidárias em períodos eleitorais. Tais constatações levam a sustentar a hipótese que, a participação das mulheres caboverdeanas nas esferas de decisão política verifica maioritariamente a nível das bases partidárias particularmente nos períodos eleitorais. Durante os períodos eleitorais as mulheres são responsáveis por uma forte mobilização popular e com um forte envolvimento nas actividades de campanha eleitoral. Entretanto, posteriormente são esquecidas.

Também quando se analisa a estrutura top dos partidos políticos percebe-se que elas constituem uma minoria. Estando a mulher em posição de desvantagem nas esferas partidárias em particular em cargos de decisão, menores as chances de se formar verdadeiras lideranças femininas que posteriormente seria traduzida em lugares elegíveis no momento da elaboração das listas dos candidatos.

Quadro 30 Número de mulheres na Direcção Nacional dos dois maiores partidos de Cabo Verde

	Ano 2002			Ano 2006		
	Total	Nº Mulheres	% Mulheres	Total	Nº Mulheres	% Mulheres
PAICV	50	6	12%	82	21	26%
MPD	45	16	36%	65	10	15%

Fonte: Gomes, C. 2011

Gráfico 40 Distribuição dos Deputados Nacionais segundo o sexo



Gráfico 41 Evolução da distribuição dos Deputados Municipais segundo o sexo

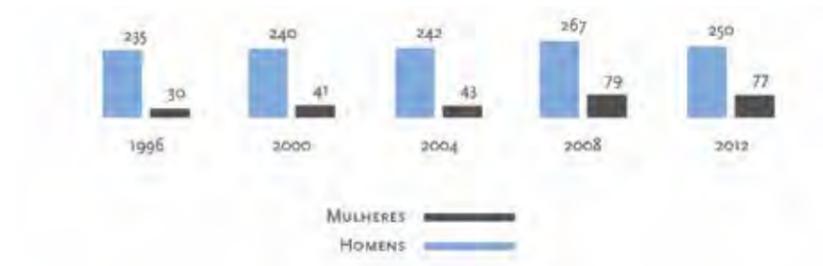


Gráfico 42 Evolução da distribuição dos Vereadores Municipais por sexo



3.3. Qualidade da democracia

Democracias em diferentes regiões do Mundo e com diferentes níveis de consolidação de regime vêm deparando com problemas comuns e que

põe em causa a democracia representativa. Percebe-se de uma forma geral em todas as democracias uma tendência de aumento de pessoas que não querem participar da política. Isso fica evidente nos altos níveis de abstenção, diminuição das taxas de filiação partidária, avaliação negativa dos políticos, desconfiança das instituições representativas, etc.

Estas evidências visíveis na maioria das democracias têm impulsionado um forte debate e uma necessidade de se introduzir reformas para garantir um funcionamento saudável do regime democrático. No debate em curso em vários países busca-se encontrar mecanismos legais e práticos que possam permitir revitalizar a democracia, reforçar a confiança popular nas instituições do regime, resgatar o sentido de representação e de participação popular como aspecto central para a sobrevivência da democracia. O que implica ampliar os espaços de decisão com o aumento da presença de grupos sociais expressivos como é o caso das mulheres, reforçar o controlo popular sobre a gestão pública para garantir mais transparência e responsabilização, etc.

A democracia cabo-verdeana apresenta evidências de problemas semelhantes encontradas em outras democracias. A descrença da população nos políticos e as baixas taxas de participação eleitoral demonstradas neste estudo impõem também pensar a necessidade de reformas como condição para melhorar a qualidade da democracia cabo-verdeana e sua consolidação.

É reconhecido pelos diferentes actores ouvidos no âmbito deste estudo que a sociedade cabo-verdeana está descrente e insatisfeita com o comportamento dos partidos. E, que devem ser introduzidas mudanças para evitar uma descrença maior a longo prazo, colocando em causa a legitimidade do sistema democrático.

No inquérito aplicado aos cabo-verdeanos a dimensão da necessidade da reforma foi abordada e procurou-se saber junto da população aspectos que estão frequentemente em debate em Cabo Verde.

Parte dos actores partidários entrevistados no estudo atribuem ao que designam de “mercantilismo do voto” um papel nas taxas de abstenção e de não participação eleitoral em Cabo Verde. Existem rumores em Cabo Verde de suspeição de compra de voto e, os partidos com representação parlamentar têm acusado mutuamente de manipulação de consciência e compra de voto dos eleitores nas diferentes eleições realizadas no país.

Importa frisar que o CE considera no seu art.º 301 e 311 tal prática como sendo proibido e sujeito a punição penal.

A questão da compra do voto coloca em cheque o princípio da liberdade de escolha e está directamente ligada ao objecto desse estudo que é participação eleitoral. Havendo estas suspeições entre os actores políticos, e sendo de interesse da sociedade caboverdeana tornava necessário, verificar, no âmbito de um estudo sobre comportamento eleitoral, verificar, até que ponto a participação eleitoral no país é ou não livre? A liberdade do voto pode ser aferida por exemplo, da existência ou não de aspectos ligados ao aliciamento ou manipulação do eleitorado.

O aliciamento da população nas eleições em Cabo Verde tem vindo a ser abordado na comunicação social, e em outros espaços de conhecimento público. Contudo não há evidências empíricas substanciais que confirmam tal prática.

Questionados sobre esta questão a grande maioria dos inquiridos declaram nunca ter sido aliciado com dinheiro ou bens materiais para votar. No entanto, cerca de 11% afirmaram já terem sido alvos de aliciamento.

Geralmente é a população jovem (24-34 anos) a mais fácil de seduzir sobretudo se a sua situação económica for frágil. De acordo com os resultados 14% destes declararam já ter sido aliciado com dinheiro ou bens materiais para votar.

Quadro 31 Percentagem de inquiridos que declararam ter sido aliciados com dinheiro ou bens materiais para votar segundo o sexo e grupo etário.

	Total	Mas.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
ÁLGUMA VEZ FOI ALICIADO COM DINHEIRO, BENS MATERIAIS PARA VOTAR?								
SIM	10,5	9,9	11,1	8,2	13,5	9,9	12,2	7,6
NÃO	86,0	86,2	85,9	87,1	84,3	87,4	85,3	86,6
NR	3,4	3,9	3,0	4,7	2,2	2,7	2,4	5,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As suspeições de compra de voto já foram também objecto de outras pesquisas tendo os resultados do estudo cingidos apenas a um dos círculos eleitorais do país – **Praia. Conclui o autor¹⁵** do estudo numa amostra de 1.233 eleitores inscritos no círculo eleitoral analisado, que cerca de 6% dos eleitores afirmou ter recebido dinheiro para votar em determinada lista.

3.4. As opiniões dos inquiridos sobre a reforma do sistema eleitoral e político

A sociedade caboverdeana reconhece que há necessidade de ser introduzido melhorias para melhorar a qualidade da democracia e mais participação da sociedade na democracia do país. Esta necessidade fica evidente quando questionados sobre a necessidade de mudanças em diversos aspectos de participação política, conforme os quadros 32 e 33, abaixo indicam.

Quadro 32 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o estado da sociedade actual, segundo o sexo

	Nacional	Sexo	
		Masculino	Feminino
O PAÍS ESTÁ BEM	8,4	9,7	7,2
O PAÍS PODE MELHORAR COM ALGUMAS MUDANÇAS	47,8	48,1	47,6
O PAÍS PODE MELHORAR COM REFORMAS PROFUNDAS	22,9	22,2	23,6
O PAÍS DEVE SER RADICALMENTE MUDADO	20,5	19,8	21,2
NR	0,3	0,2	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

¹⁵ Alvarenga, João. “ Fraude e corrupção do eleitor nas eleições Legislativas de 2012 na Cidade da Praia”. Jornal Expresso das Ilhas in: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/26408-ha-compra-de-votos-em-cabo-verde>

Quadro 33 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o estado da sociedade actual, segundo os grupos etários.

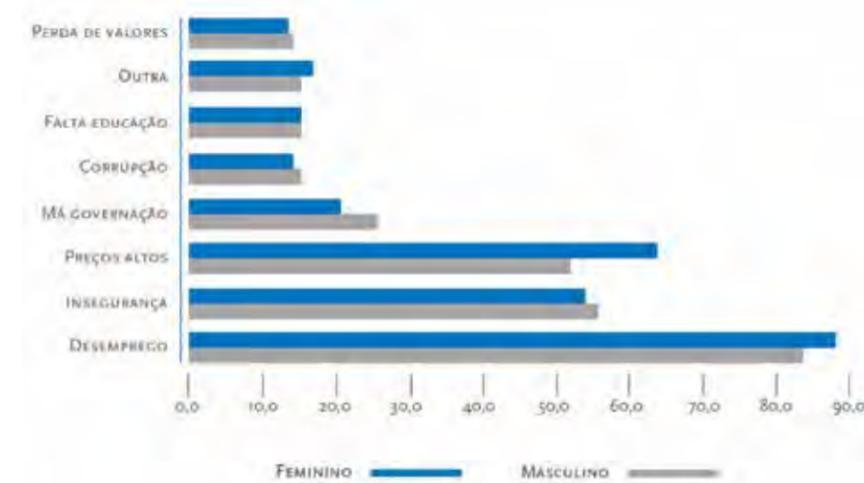
	Grupo Etário				
	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
O PAÍS ESTÁ BEM	7,9	6,9	10,3	7,3	11,5
O PAÍS PODE MELHORAR COM ALGUMAS MUDANÇAS	49,7	47,5	50,7	44,9	45,2
O PAÍS PODE MELHORAR COM REFORMAS PROFUNDAS	23,3	21,4	20,6	26,5	22,9
O PAÍS DEVE SER RADICALMENTE MUDADO.	19,2	24,2	18,4	21,2	17,8
NR	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Questionados das causas do país não estar bem os inquiridos na sua grande maioria indicam aspectos ligados a situação económica. Especialistas reconhecem que nos países de democracia recente as variáveis económicas influenciam muito na avaliação do desempenho institucional da democracia. A avaliação da democracia tende a ser negativa quando não satisfeitos com aspectos ligados a economia o que contribui para um nível mais baixo de confiança institucional nalguns regimes democráticos. Entretanto, é reconhecido também que a insatisfação com o funcionamento do sistema democrático tem forte correlação com a acção dos políticos e governantes. Essa constatação fica evidente em Cabo Verde quando se analisa o percentual atribuído às dimensões de governação, corrupção, e, que reflectem aspectos da dimensão da democracia representativa.

Gráfico 43 Razões para o País não estar bem



Gráfico 44 Razões para o País não estar bem segundo o sexo



Os inquiridos das faixas etárias entre os 18-24 anos e 25-34 anos são os mais críticos em relação aos aspectos ligados a governação e ao desempenho dos actores como é possível verificar no quadro 34. Uma hipótese a considerar pode estar ligado ao facto desta camada etária ter muitas expectativas, particularmente, aspectos ligados à realização profissional, formação, e quando estas não são atendidas, a frustração é grande reflectindo noutras dimensões da vida, particularmente na política. Devemos

levar em consideração que a camada juvenil em Cabo Verde depara com uma taxa de desemprego alta e há outros problemas sociais, como droga, marginalidade, gravidez precoce, que afectam particularmente os jovens factores que favorecem a frustração.

Quadro 34 Principais razões para o País não estar bem por grupo de idade

	Desemprego	Insegurança	Preços altos	Falia educação	Perda valores	Corrupção	Má governação	Outra
18-24 ANOS	85,2	54,1	49,4	19,5	10,1	14,2	24,8	14,2
25-34 ANOS	84,6	55,0	56,3	15,7	14,2	18,9	19,5	17,6
35-44 ANOS	83,9	52,9	55,2	15,2	15,2	12,1	22,9	15,7
45-64 ANOS	84,5	50,2	62,4	6,9	14,3	12,7	22,9	17,1
65 ANOS OU MAIS	75,2	51,6	63,1	12,1	13,4	8,3	18,5	9,6

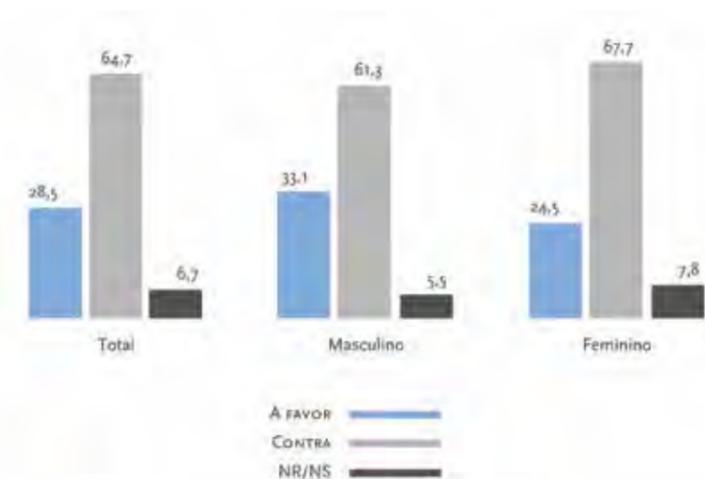
A baixa participação eleitoral nas últimas eleições legislativas, autárquicas e presidenciais tem merecido atenção em diversos debates na comunicação social e suscitado na sociedade caboverdeana um grande interesse.

Os partidos políticos já manifestaram publicamente a necessidade de se encontrar mecanismos para evitar a consolidação da tendência de abstenção eleitoral. Algumas soluções foram sugeridas. É o caso do voto electrónico nos círculos da diáspora como forma de utilizar as novas tecnologias para fomentar a participação dos círculos do estrangeiro. A sugestão da introdução do voto obrigatório também foi apresentada como uma possível medida. Alguns actores políticos caboverdeanos acreditam que a introdução de sanções ao eleitor que não vai votar pode contribuir para aumentar os índices de participação eleitoral. Diversos países, entretanto, que utilizam o voto obrigatório não têm necessariamente níveis mais baixos de abstenção.

Questionados sobre a obrigatoriedade do voto a grande maioria (64,7%) é contra o voto obrigatório, com as mulheres a serem mais convincentes nesse sentido. Da análise por idade percebe-se uma ligeira que-

da da percentagem dos que são contra o voto obrigatório á medida que avança a idade.

Gráfico 45 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a obrigatoriedade do voto por sexo



Quadro 35 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre obrigatoriedade do voto por sexo e grupo etário.

	A favor	Contra	NR/NS
TOTAL	28,5	64,7	6,7
SEXO			
MASCULINO	33,1	61,3	5,5
FEMININO	24,5	67,7	7,8
GRUPO ETÁRIO			
18-24 ANOS	31,1	65,7	3,1
25-34 ANOS	27,4	65,7	6,9
35-44 ANOS	29,6	65,0	5,4
45-64 ANOS	29,4	64,5	6,1
65 ANOS OU MAIS	22,9	60,5	16,6

Para além do voto obrigatório foram apresentadas um conjunto de perguntas dirigidas aos inquiridos sobre possíveis medidas destinadas a aumentar a participação política e melhorar a qualidade do sistema democrático. O objectivo é perceber como a sociedade se posiciona em relação a diversos aspectos consideradas pela literatura como soluções para a melhoria da representação. Inclui mais inclusão e igualdade no sistema democrático e maior ligação entre a sociedade civil e o Estado.

Em Cabo Verde de uma forma geral há uma concordância de que devem ser tomadas medidas para aumentar e melhorar a participação política no país. As medidas apontadas passam essencialmente pelo aumento do número de mulheres na política, fortemente apoiada pelas próprias mulheres, embora consideram que a participação delas tem vindo a aumentar ao longo dos anos como pode-se constatar no quadro nº 36.

Outras duas medidas apresentadas são também fortemente apoiadas pelos inquiridos. A primeira medida é a de criar outras formas de participação dos cidadãos nas decisões políticas para além do voto. A segunda, tem a ver com a mudança do sistema para que o cidadão possa escolher primeiro o candidato e menos o partido.

Quadro 36 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a tomada de medidas para aumentar e melhorar a participação política

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
ACHA QUE SE DEVERIAM SER TOMADAS MEDIDAS PARA AUMENTAR E MELHORAR A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM CV?								
CONCORDA MUITO	60,9	62,2	59,8	59,4	62,6	64,1	61,6	54,8
CONCORDA POUCO	19,4	20,3	18,6	25,8	23,0	16,6	12,2	14,6
NÃO CONCORDA	2,6	1,8	3,3	1,3	2,8	2,2	3,7	3,8
SEM OPINIÃO	12,7	11,9	13,4	10,7	9,7	13,5	14,7	18,5
NR	4,4	3,7	5,0	2,8	1,9	3,6	7,8	8,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUMENTAR N.º DE MULHERES NA POLÍTICA;								
CONCORDA MUITO	79,8	75,6	83,7	77,1	81,3	84,4	81,8	71,6
CONCORDA POUCO	12,3	16,3	8,6	15,1	12,5	7,8	11,0	14,7
NÃO CONCORDA	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6	1,7	2,8	2,8
SEM OPINIÃO	4,5	5,1	4,0	4,4	3,3	5,0	3,3	9,2
NR	0,9	0,6	1,1	0,7	0,4	1,1	1,1	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
MUDAR O SISTEMA ELEITORAL PARA QUE O CIDADÃO POSSA ESCOLHER PRIMEIRO O CANDIDATO E MENOS O PARTIDO								
CONCORDA MUITO	69,2	67,4	70,9	67,2	75,0	64,4	71,8	63,3
CONCORDA POUCO	13,6	14,5	12,8	15,9	11,0	15,6	12,7	12,8
NÃO CONCORDA	8,9	10,4	7,5	12,2	7,4	10,6	5,0	8,3
SEM OPINIÃO	5,6	4,9	6,3	4,1	4,0	6,7	7,2	9,2
NR	2,7	2,9	2,5	0,7	2,6	2,8	3,3	6,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CRIAR FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS DECISÕES POLÍTICAS PARA ALÉM DO VOTO								
CONCORDA MUITO	82,3	82,5	82,2	79,7	86,0	82,8	84,0	76,1
CONCORDA POUCO	7,5	6,7	8,2	10,0	7,4	7,8	3,9	7,3
NÃO CONCORDA	4,1	5,1	3,3	6,3	2,9	3,3	3,3	4,6
SEM OPINIÃO	4,0	3,7	4,4	3,7	2,6	3,9	5,0	7,3
NR	2,0	2,0	1,9	0,4	1,1	2,2	3,9	4,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Questionados sobre a participação das mulheres e dos jovens na política os inquiridos são de opinião que embora a participação das mulheres ter aumentado nos últimos anos, deveria haver medidas para aumentar ainda mais esta participação de forma a ser melhor do que é hoje. Esta opinião é partilhada por ambos os sexos e em todas as idades, com excepção da população idosa cuja alguma franja não tem opinião sobre a participação das mulheres na política. É neste grupo etário de 65 ou mais anos, onde se encontra as percentagens mais elevadas de pessoas que consideram que a política não é assunto para mulher e que esta não tem tempo para política. Tal facto pode ser justificado por ser geralmente este grupo etário mais conservador e menos adepto de mudanças do status quo vigentes na sociedade.

Quadro 37 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a participação das mulheres e dos jovens na política, por sexo e grupo etário

	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
○ QUE ACHA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA, ACTUALMENTE?								
ESTÁ MUITO FRACA	14,0	14,8	13,2	17,6	13,2	13,9	12,7	10,2
PODERIA SER MELHOR	30,1	30,9	29,4	29,9	30,8	28,3	28,6	34,4
TEM AUMENTADO E DEVERIA AUMENTAR MAIS NOS PRÓXIMOS ANOS	38,4	37,8	38,9	40,6	44,7	41,3	33,9	24,2
POLITICA NÃO É ASSUNTO PARA MULHER	1,1	1,3	0,9	0,3	0,9	0,4	1,2	3,8
MULHER NÃO TEM TEMPO PARA ESTAR NA POLÍTICA	1,3	1,2	1,5	0,6	0,6	0,9	2,4	3,2
OS PARTIDOS NO FUNDO NÃO ESTÃO INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO	1,6	1,8	1,4	1,9	1,6	1,8	1,6	0,6
SEM OPINIÃO	10,6	9,9	11,3	7,9	7,2	10,3	15,9	15,3
NR	2,9	2,2	3,5	1,3	0,9	3,1	3,7	8,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
○ QUE ACHA DA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA, ACTUALMENTE?								
ESTÁ MUITO FRACA	25,9	27,4	24,6	33,3	28,3	25,1	20,4	15,9
PODERIA SER MELHOR	27,3	25,4	29,0	27,0	31,1	24,2	25,3	27,4
TEM AUMENTADO E DEVERIA AUMENTAR MAIS NOS PRÓXIMOS ANOS	22,0	23,5	20,7	20,1	25,2	25,6	23,3	12,7
JOVENS HOJE EM DIA TÊM OUTROS INTERESSES	11,5	12,3	10,8	9,7	8,2	11,2	12,7	20,4
SEM OPINIÃO	9,8	9,1	10,5	7,9	6,3	10,3	13,5	14,6
NR	3,4	2,4	4,4	1,9	0,9	3,6	4,9	8,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0



CONCLUSÃO



O Estudo Sobre a Participação Eleitoral em Cabo Verde Numa Perspectiva de Género teve por objectivo conhecer as atitudes e as praticas que determinam o comportamento eleitoral dos caboverdeanos (as) e conhecer o perfil dos indivíduos que não recenseiam por faixa etária e por sexo para conhecer as causas de abstenção eleitoral, as deficiências do sistema eleitoral, etc.

O perfil dos não recenseados pela análise dos dados do inquérito indica que é na camada jovem com idade compreendida entre os 18-24 anos que existe a maior taxa de não recenseados representando cerca de 57,6% do universo analisado pelo estudo. A grande maioria dos não recenseados são predominantemente estudantes e/ou desempregados e têm nível de instrução secundário ou superior, características que variam de forma pouco significativa entre os dois sexos.

As principais razões que podem explicar o pouco interesse da camada jovem de recensear pode ser explicado pelo facto de ser considerado um grupo social com mais interesse na vida privada e pouco interesse na vida pública, por isso, seu fraco empenho em mobilizar para participar dos processos eleitorais. Por outro lado, a baixa participação eleitoral nessa camada etária é também reflexo da insatisfação e frustração com o funcionamento do sistema político conforme a análise dos dados do inquérito. Os dados permitem concluir que a camada jovem de ambos os sexos é a que está mais insatisfeita com o funcionamento do sistema político, se identifica menos com os partidos políticos e, está mais desligada das dimensões da democracia representativa.

O estudo conclui que a percentagem de recenseados é ligeiramente superior entre as mulheres comparado com os homens (88% e 87%, respectivamente). Mas, entretanto, nas idades entre 25-64 anos, encontra-se mais homens sem recensear do que mulheres. Os dados oficiais

confirmam um número de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais ligeiramente superior no sexo feminino, conforme a base de dados das últimas eleições realizadas em 2011. Mas estes dados não permitem concluir qual dos sexos abstém mais ou vota mais.

As mulheres representam uma taxa menor dos não recenseados mas em termos de comportamento eleitoral tendem a abster-se das eleições mais que os homens. Esse comportamento pode ser explicado por vários factores. Factores de ordem social e económica jogam um papel importante pois assentam num padrão cultural onde persiste claras desigualdades nos papéis e recursos detidos pelos sexos. A herança da cultura colonial patriarcal na sociedade caboverdeana continua visível no papel desigual atribuído aos sexos, nos hábitos e práticas sociais assumidas quer pela mulher quer pelo homem, com reflexo nas dimensões da esfera pública e com influência nas atitudes e comportamentos nos períodos de mobilização eleitoral.

O papel e força dos aspectos culturais ficam evidentes na existência de comportamentos recolhidos no estudo e reflectem hábitos enraizados assumidos pelos sexos na sociedade e traduzidos depois em características específicas assumidas pelos sexos na esfera pública. Assim os dados do inquérito indicam que as mulheres atribuem menos importância à política, estão menos expostas a informações políticas, têm menos conhecimento sobre política e dedicam menos tempo à política alegando não ter tempo.

Os comportamentos identificados explicam em parte a baixa presença das mulheres em cargos electivos de decisão política. Contudo, o sistema eleitoral e partidário é utilizado neste estudo como um variável independente e assume um papel determinante na baixa presença feminina nas esferas de decisão política do país. As mulheres estão em menor número nos órgãos de decisão dos partidos e são minoria nos cargos electivos nas esferas de poder local e central. A baixa representação das mulheres nestas esferas demonstra que as mulheres estão em situação de desvantagem comparada com os homens e são uma minoria nos cargos electivos de poder político em Cabo Verde.

Os resultados do inquérito à população indicam que cerca de 24% do eleitorado já se absteve de votar. Essa taxa é inferior às taxas oficiais de abstenção das eleições realizadas nos três níveis de poder. A taxa oficial

global de abstenção dos três níveis de poder é de cerca de 36% ao longo das duas décadas de democracia com uma tendência crescente nas eleições realizadas nos últimos anos.

As taxas oficiais de abstenção e participação eleitoral indicam uma oscilação e comportamentos eleitorais distintos dependendo da eleição em causa. O eleitor é selectivo e a maior taxa de abstenção eleitoral é a presidencial. A menor taxa é verificada nas legislativas. As disputas eleitorais dos três níveis de poder mobilizam recursos financeiros desiguais e esse aspecto tem também um papel nos momentos de mobilização eleitoral e com influência nas taxas de votação.

Existe uma tendência de crescimento da abstenção e esse comportamento é verificado nas taxas de abstenção à posteriori. Dados do inquérito permitem concluir que cerca de 18,1% da população absteve alguma vez após ter participado numa eleição. A abstenção à posteriori é um indicativo de insatisfação com o funcionamento do sistema político e está ligado a vários factores. O desempenho dos aspectos institucionais da democracia, descrença dos partidos políticos, distanciamento dos representantes com as expectativas dos eleitores, baixa conexão entre os representantes da vontade popular com a sociedade, frustração com a política, etc., são razões que explicam a apatia do eleitor.

Dados oficiais permitem concluir que existe uma profunda apatia no eleitorado da diáspora e a prova é a alta abstenção eleitoral dos círculos eleitorais da diáspora cuja taxa ultrapassa os 50%, e em alguns casos chega a 70%. Razões de ordem técnica e características do perfil do eleitor da diáspora explicam as taxas de participação/abstenção daqueles círculos. Persistem dificuldades das autoridades eleitorais operarem com eficiência nos círculos do estrangeiro, a questão da prova de nacionalidade caboverdeana para inscrição nos cadernos eleitorais é apontado pelos partidos políticos como um constrangimento. Os vários actores implicados no processo eleitoral apontam também, a falta de políticas e medidas de integração da diáspora com Cabo Verde. A integração dessa diáspora é vista como um factor importante para a participação política e na ausência dela, o eleitor opta pela apatia em participar dos processos eleitorais.

O estudo apresenta evidências que indica confiança dos caboverdeanos em relação ao regime democrático. Entretanto, alguns dados permi-

tem concluir que a sociedade está insatisfeita com algumas dimensões do sistema democrático particularmente, os aspectos da democracia representativa. Por outro lado, apesar da insatisfação, os dados do inquérito indicam que existe uma expectativa da sociedade caboverdeana na melhoria do sistema político do país. Há uma demanda da sociedade para mais participação nas esferas de decisão política, presença de mais mulheres e jovens nas esferas de decisão, mais comunicação com os representantes da vontade popular, etc.

A sociedade dá sinal que o exercício do poder político precisa estar mais próximo da sociedade de forma que as políticas públicas possam traduzir melhor as expectativas da população e proporcionar mais inclusão e igualdade no país. Os caboverdeanos acreditam que no futuro terão uma democracia melhor que tem hoje.

RECOMENDAÇÕES

1. Deve ser elaborado um plano de formação seguido de capacitação em análise por género dirigido as autoridades do processo eleitoral: DGAPE e CNE com vista a fornecer-lhes capacidades que lhes permita caracterizar o perfil e as características do eleitor caboverdeano por sexo e, a partir daí, traçar políticas concretas de intervenção.
2. A DGAPE e a CNE devem planear e divulgar um plano anual de comunicação/publicidade com foco em duas vertentes: 1) destacar a importância das eleições para Cabo Verde (Legislativas, Autárquicas, Presidenciais) explicando o papel de cada poder, suas atribuições conforme a Constituição, etc. 2) Conteúdo focalizado na importância da política para vida do cidadão (ã), na vida quotidiana. Realizar palestras nas escolas secundárias, universidades, associações comunitárias, spots nos meios de comunicação social com base nestas duas vertentes.
3. Estabelecer um protocolo de acção entre DGAPE, CNE, ICIEG, CNDHC, com vista a elaboração de um plano de acção focado no exercício da cidadania activa, com foco na camada etária entre os 18-24 anos de ambos os sexos em todos os círculos eleitorais nacionais.
4. Apoiar um programa de reforço das capacidades dos partidos políticos em liderança, ética, comunicação.
5. Os partidos devem promover e diversificar outras actividades e acções com vista a estimular a mobilização das pessoas para além do período eleitoral, por exemplo palestras, programas radiofónicos de informação, boletins informativos, etc.
6. Adoptar legislação que determina cotas partidárias para mulheres nos cargos de direcção dos partidos com a introdução de sanção em caso do não cumprimento do princípio de cotas.
7. Regulamentar os mecanismos legais que estabelecem a promoção de equilíbrio de género e a maior participação das mulheres na política. (Artigos 415 e 431 do CE).
8. Incentivar o Ministério da Educação na elaboração e aplicação de um programa nacional de sensibilização para todos os níveis de ensino com foco na questão da igualdade na cidadania política.
9. Incentivar com atribuição de prémios, medalhas, etc., actividades de eleições simuladas em outras esferas como por exemplo nas escolas secundárias, nas associações comunitárias, etc.
10. Promover a realização de um estudo aprofundado para identificar as causas e factores que condicionam a participação das mulheres nas esferas de decisão e sua relação com a política.
11. Reformar o Código Eleitoral para introdução do princípio de lista partidárias abertas para as eleições legislativas como forma de permitir ao eleitor escolher qual o candidato que quer eleger.
12. Rever legislação de licença maternidade/paternidade, manuais escolares, para promover mudança do status quo dos papéis de género enraizados na sociedade e para promover uma sociedade mais justa e igualitária na divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres.
13. Promover a realização de um estudo sobre mobilidade do eleitor em Cabo Verde

FONTES PRIMÁRIAS

EDITAIS DA DGAPE

- Edital 01/2010. BO Nº 41, II Série, 13 Outubro 2010.
- Edital 01/2008. BO Nº 17, II Série, 30 de Abril 2008.
- Edital 06/2006. BO Nº 49, II Série, 20 Dezembro 2006.
- Edital 18/2005. BO Nº 40, II Série, 19 Outubro 2005.
- Edital 09/2004. BO Nº 42, II Série, 10 Novembro 2004.
- Edital 01/2003. BO Nº 8, II Série, 26 Fevereiro 2003.
- Edital 06/1995. BO Nº 52 – SUP, II Série, 27 Dezembro 1995.

RESULTADOS ELEITORAIS PUBLICADOS NOS BO

- BO Nº 45, I Série, 1 Agosto 2012.
- BO Nº 7, I Série, 19 Fevereiro 2011.
- BO Nº 29, I Série, 29 Agosto 2011.
- BO Nº 29, I Série, 2º SUP, 4 Setembro 2011.
- BO Nº 20, I Série, Junho de 2008.
- BO Nº 11, I Série, 14 Março 2006.

- BO Nº 6, SUP, II Série, 6 Fevereiro 2006.
- BO Nº 8, I Série, 21 Fevereiro 2006.
- BO Nº 2, SUP, 22 Janeiro 2001.
- BO Nº 6, I Série, 12 Março 2001.
- BO Nº 8, II Série, 19 Fevereiro 2001.
- BO Nº 6, I Série, 6 Março 2000.
- BO Nº 52, I Série, SUP, 27 Dezembro 1995.
- BO Nº 11, II Série, 15 Março 1995.
- BO Nº 50, SUP, 18 Dezembro 1991.
- BO Nº 10, 9 Março 1991.
- BO Nº 3, SUP, 25 Janeiro 1991.

LIVROS, ARTIGOS E DOCUMENTOS

- **ASSEMBLEIA NACIONAL.** Regulamento Interno da Rede de Mulheres Parlamentares caboverdeanas. Praia/Cabo Verde, s/d.
- **ACKELSBURG, MARTHA A.** “AMPLIANDO O ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES”. In: Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996, pp. 251- 279.
- **AFROBAROMETER/AFROSONDAGEM.** A Qualidade da Democracia e da Governação. Praia/Cabo Verde, 2008.
- **ANTUNES, Rui Jorge da Silva.** Identificação Partidária e Comportamento

Eleitoral: Factores Estruturantes, Atitudes e Mudanças de Sentido de Voto. Tese Doutorado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

- **BLASCO**, Gemma Bardají. LA REPRESENTACIÓN POLÍTICA EN DISPUTA: MARCO CONCEPTUAL PARA EL ANÁLISIS DE LOS SISTEMAS ELECTORALES CON PERSPECTIVA DE GÉNERO. UN-INSTRAW (parte de ONU Mujeres), Republica Dominicana, 2010.
- **BOLETIM** Oficial. Acórdão nº7/2006. I Série, Nº 12, 20 Março de 2006
- **CABO VERDE**. Código Eleitoral. Boletim Oficial, Nº 9, I Série, 9 Março 2010
- **COSTA**, Suzano. “Do Falocentrismo Estéril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde”. In: <http://www.icieg.cv/article/410>.
- **DGAPE**. Estudo Sociológico das Eleições (2001/2006). Ed: DGAPE, Praia/Cabo Verde, 2008.
- **EXPRESSO das Ilhas**. *Participação das mulheres na vida política: cabo verde colhe experiência espanhola*. In: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/participacao-das-mulheres-na-vida-politica-cabo-verde-colhe-experiencia-espanhola>.
- **EXPRESSO das Ilhas**. *Rede de Mulheres Parlamentares: Conferência Internacional analisou situação da mulher na política*. In: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/rede-de-mulheres-parlamentares--conferencia-internacional-analisou-situacao-da-mulher-na-politica>.
- **FREIRE**, André, **LOBO**, Marina, **MAGALHÃES**, Pedro (org). Eleições e Cultura Política: comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses. Ed: ICS, Lisboa 2007.
- **FEIRE**, André. Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. In *Análise Social*, vol XXXV (154-155), pp 115-145.
- **GOMES**, Crispina. Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde. Ed: IBNL, Praia/Cabo Verde, 2011.
- **ICIEG**. Cabo Verde e a CEDAW: Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e Documentos Conexos. Ed: ICIEG, Praia/Cabo Verde, 2007.
- **IDEA**. Les Femmes au Parlement: Au delà du nombre. Série Manuels. Ed: Idea, Stockholm, 2002.
- **JONES**, Mark P. “Increasing Women’s Representation via Gender Quotas: The Argentine Ley de Cupos”. In: *Women Politics*, Vol16 (4), p 75-98, 1996.
- **LIJPHART**, Arend. Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- **MAGALHÃES**, Pedro e **MORAL**, Jesus S. *Os jovens e a Política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa, 2008.
- **MATLAND**, Richard. “Institutional Variables Affecting Female Representation in National Legislatures: The case

of Norway.” *The Journal of Politics*, Vol 55, Nº 3, August 1993, pp 737-755.

- **MONTEIRO**, Euridice. Mulheres, Democracia e Representação Política. Ed Unicy, Praia, 2008.
- **OSÓRIO**, Conceição. Género e Democracia: As eleições de 2009 em Moçambique. Ed: WLSA, Maputo, 2010.
- **PINA**, Leão de. “Valores, Cultura Política e Democracia em Cabo Verde: entre adesão formal e recuo ao particular.” *Direito e Cidadania*, Ano XX, Nº 29, pp 95-142, Praia/Cabo Verde.
- **RODRIGUES**, Cláudia. Género e Responsabilização. Apresentação em PowerPoint. Unifem, s/d.
- **RULE**, Wilma. “Why Women don’t run: the critical contextual factors in women’s

legislative recruitment”. *Western Political Quarterly*, pp. 61-77, 1997 (?).

- **SANTOS**, Fabiano. “Patronagem e Poder de Agenda Política Brasileira”. In *Dados*, Rio de Janeiro, Vol 40, Nº 3, 1997, p 465-491.
- **SILVA**, Mário. Código Eleitoral Anotado. Ed do Autor. Praia, 2007.
- **UNDP**. Igualdade de Género e dar poder às Mulheres em Cabo Verde. In: <http://vidar.planetavida.org/paises/cabo-verde/objectivos-do-milenio-para-cabo-verde/igualdade-de-genero-e-dar-poder-as-mulheres-em-cabo-verde/>.
- **WORLD ECONOMIC FORUM (WEF)**. The Global Gender Gap Index 2012. Harvard University/ California University Berkeley.2012.



ANEXOS



Tabela 1 Efectivos inquiridos segundo os domínios de estudo por sexo e grupo etário

	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Praia	Santiago Norte	Fogo
TOTAL	1.261	120	248	99	379	315	100
SEXO							
MASCULINO	595	61	120	49	182	138	45
FEMININO	666	59	128	50	197	177	55
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	318	24	58	19	100	90	27
25-34 ANOS	318	23	66	19	113	69	28
35-44 ANOS	223	24	43	19	68	56	13
45-64 ANOS	245	25	49	20	73	59	19
65 ANOS OU MAIS	157	24	32	22	25	41	13

Tabela 2 Distribuição dos efectivos inquiridos segundo os círculos eleitorais por sexo e grupo etário

	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Praia	Santiago Norte	Fogo
TOTAL	100,0	9,5	19,7	7,9	30,1	25,0	7,9
SEXO							
MASCULINO	100,0	10,3	20,2	8,2	30,6	23,2	7,6
FEMININO	100,0	8,9	19,2	7,5	29,6	26,6	8,3
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	100,0	7,5	18,2	6,0	31,4	28,3	8,5
25-34 ANOS	100,0	7,2	20,8	6,0	35,5	21,7	8,8
35-44 ANOS	100,0	10,8	19,3	8,5	30,5	25,1	5,8
45-64 ANOS	100,0	10,2	20,0	8,2	29,8	24,1	7,8
65 ANOS OU MAIS	100,0	15,3	20,4	14,0	15,9	26,1	8,3

Tabela 3 Distribuição dos efectivos inquiridos segundo sexo e grupo etário, por círculos eleitorais

	Total	Santo antão	São Vicente	Sal	Praia	Santiago Norte	Fogo
Distribuição segundo o Sexo e Grupo Etário							
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SEXO							
MASCULINO	47,2	50,8	48,4	49,5	48,0	43,8	45,0
FEMININO	52,8	49,2	51,6	50,5	52,0	56,2	55,0
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	25,2	20,0	23,4	19,2	26,4	28,6	27,0
25-34 ANOS	25,2	19,2	26,6	19,2	29,8	21,9	28,0
35-44 ANOS	17,7	20,0	17,3	19,2	17,9	17,8	13,0
45-64 ANOS	19,4	20,8	19,8	20,2	19,3	18,7	19,0
65 ANOS OU MAIS	12,5	20,0	12,9	22,2	6,6	13,0	13,0

Tabela 4 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por nacionalidade e tempo na residência

	Total	Masculino	Feminino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
EFFECTIVOS	1261	595	666	318	318	223	245	157
NACIONALIDADE								
CABOVERDEANA	95,0	93,6	96,2	98,4	94,7	92,8	92,7	95,5
DUPLA	3,6	4,5	2,9	0,6	3,5	4,5	6,5	4,5
ESTRANGEIRA	1,3	1,8	0,9	0,9	1,9	2,7	0,8	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TEMPO NA RESIDÊNCIA								
SEMPRE VIVEU	72,3	73,4	71,3	79,9	67,0	71,3	70,6	72,0
MENOS DE 1 ANO	3,0	3,0	3,0	3,8	4,7	2,2	1,2	1,9
1-2 ANOS	2,1	2,0	2,3	3,5	3,1	1,3	0,8	0,6
3-4 ANOS	3,3	3,9	2,9	3,5	4,7	4,5	2,0	0,6
5 ANOS MAIS	19,2	17,6	20,6	9,4	20,4	20,6	25,3	24,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 5 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por nível de instrução

	Total	Masculino	Feminino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
EFFECTIVOS	1.261	595	666	318	318	223	245	157
NUNCA FREQUENTOU	13,4	10,4	16,1	0,3	0,6	4,5	23,3	63,1
BÁSICO	29,3	29,2	29,3	11,0	21,7	42,6	49,4	31,2
SECUNDÁRIO	39,0	41,5	36,8	67,3	45,6	37,7	18,0	3,2
SUPERIOR	17,9	18,5	17,4	21,4	32,1	14,8	8,6	1,3
ND	0,4	0,3	0,5	0,0	0,0	0,4	0,8	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 6 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo e grupo etário por situação perante actividade económica

	Total	Masculino	Feminino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
EMPREGADO	39,2	40,2	38,3	23,0	50,6	63,2	45,7	4,5
DESEMPREGADO	25,1	31,1	19,8	30,8	33,6	23,3	18,0	10,2
ESTUDANTE	13,0	13,6	12,5	42,1	9,4	0,0	0,0	0,0
REFORMADO	7,8	8,7	6,9	0,3	0,3	0,0	9,8	45,9
DOMÉSTICO	9,8	1,2	17,6	1,6	4,1	11,7	18,0	22,9
INCAPACITADO	2,2	2,5	2,0	0,0	0,3	0,9	5,3	7,6
SERVIÇO MILITAR	0,2	0,5	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRO	1,6	0,8	2,3	0,9	1,6	0,9	2,0	3,2
NR	1,0	1,3	0,8	0,3	0,0	0,0	1,2	5,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 7 Avaliação subjectiva do funcionamento da democracia caboverdeana actual, de há 10 anos atrás e daqui a 10 anos. (Média numa escala de 0 a 10)

	Actual	Passado	Futuro
TOTAL	6,2	5,5	7,8
SEXO			
MASCULINO	6,3	5,6	7,8
FEMININO	6,1	5,4	7,7
GRUPO ETÁRIO			
18-24 ANOS	6,3	5,8	7,9
25-34 ANOS	6,2	5,4	7,7
35-44 ANOS	6,2	5,4	7,9
45-64 ANOS	6,1	5,5	7,5
65 ANOS OU MAIS	6,3	5,3	7,7
CÍRCULOS ELEITORAIS			
SANTO ANTÃO	6,4	3,3	8,0
SÃO VICENTE	5,9	6,3	7,3
SAL	8,1	4,8	9,2
PRAIA	6,0	5,1	7,9
SANTIAGO NORTE	5,7	5,8	7,4
FOGO	7,3	7,5	7,8

Tabela 8 Avaliação subjectiva do funcionamento da democracia caboverdeana actual, de há 10 anos atrás e daqui a 10 anos. (Média numa escala de 0 a 10)

	Actual	Passado	Futuro
TOTAL	6,2	5,5	7,8
NÍVEL INSTRUÇÃO			
NUNCA FREQUENTOU	5,9	5,1	7,3
BÁSICO	6,1	5,6	7,6
SECUNDÁRIO	6,2	5,5	7,7
SUPERIOR	6,6	5,6	8,4
ND	8,5	6,0	9,0
SITUAÇÃO PERANTE ACTIVIDADE ECONÓMICA			
EMPREGADO	6,6	5,7	8,0
DESEMPREGADO	5,9	5,1	7,6
ESTUDANTE	6,2	5,6	8,0
REFORMADO	6,1	5,2	7,7
DOMÉSTICO	6,2	5,7	7,5
INCAPACITADO	5,3	5,0	6,8
OUTRO	6,0	6,2	7,8

Tabela 9 Avaliação subjectiva do estado actual da sociedade caboverdeana

	Pensando na sociedade em que vivemos, com qual destas quatro opiniões está mais de acordo?			
	O país está bem	O país pode melhorar com algumas mudanças	O país pode melhorar com reformas profundas	O país deve ser radicalmente mudado.
TOTAL	8,4	48,0	23,0	20,6
SEXO				
MASCULINO	9,8	48,1	22,2	19,9
FEMININO	7,2	47,8	23,7	21,3
GRUPO ETÁRIO				
18-24 ANOS	7,9	49,7	23,3	19,2
25-34 ANOS	6,9	47,5	21,4	24,2
35-44 ANOS	10,3	50,7	20,6	18,4
45-64 ANOS	7,3	44,9	26,5	21,2
65 ANOS OU MAIS	11,8	46,4	23,5	18,3
CÍRCULOS ELEITORAIS				
SANTO ANTÃO	11,7	63,3	21,7	3,3
SÃO VICENTE	4,9	45,3	20,8	29,0
SAL	3,0	32,3	16,2	48,5
PRAIA	4,7	48,3	28,2	18,7
SANTIAGO NORTE	10,2	52,2	20,4	17,2
FOGO	27,0	37,0	25,0	11,0
NÍVEL INSTRUÇÃO				
NUNCA FREQUENTOU	10,2	43,1	28,1	18,6
BÁSICO	9,8	47,6	16,8	25,8
SECUNDÁRIO	7,7	48,2	22,4	21,7
SUPERIOR	6,6	52,2	30,1	11,1
SITUAÇÃO PERANTE ACTIVIDADE ECONÓMICA				
EMPREGADO	9,5	50,4	23,3	16,8
DESEMPREGADO	7,3	47,6	19,7	25,4
ESTUDANTE	7,3	48,2	25,6	18,9
REFORMADO	7,2	49,5	25,8	17,5
DOMÉSTICO	8,9	47,6	18,5	25
INCAPACITADO	3,6	21,4	46,4	28,6

Tabela 10 Principais causas para o País não estar bem.

	Principais causas para o País não estar bem							
	Desemprego	Insegurança	Preços altos	Falta educação	Perda valores	Corrupção	Má governação	Outra
TOTAL	83,4	53,1	56,4	14,4	13,2	14,0	22,0	15,3
CÍRCULOS ELEITORAIS								
SANTO ANTÃO	89,2	23,3	77,5	7,5	17,5	15,0	45,0	0,0
SÃO VICENTE	88,7	54,8	56,9	19,8	19,4	16,9	23,4	2,8
SAL	96,0	22,2	81,8	9,1	37,4	6,1	38,4	0,0
PRAIA	78,1	67,3	33,8	16,4	10,8	12,7	20,8	36,4
SANTIAGO NORTE	85,7	54,9	70,8	12,4	3,5	14,6	10,2	14,9
FOGO	64,0	55,0	45,0	14,0	9,0	16,0	16,0	1,0
SEXO								
MASCULINO	81,2	53,9	50,3	14,5	13,3	14,6	24,5	14,5
FEMININO	85,4	52,3	61,9	14,4	13,2	13,4	19,7	16,1
GRUPO ETÁRIO								
18-24 ANOS	85,2	54,1	49,4	19,5	10,1	14,2	24,8	14,2
25-34 ANOS	84,6	55,0	56,3	15,7	14,2	18,9	19,5	17,6
35-44 ANOS	83,9	52,9	55,2	15,2	15,2	12,1	22,9	15,7
45-64 ANOS	84,5	50,2	62,4	6,9	14,3	12,7	22,9	17,1
65 ANOS OU MAIS	75,2	51,6	63,1	12,1	13,4	8,3	18,5	9,6
NÍVEL DE INSTRUÇÃO								
NUNCA FREQUENTOU	81,7	45,6	74,6	9,5	13,0	10,1	21,3	6,5
BÁSICO	83,7	50,9	61,5	12,2	10,3	8,7	21,1	17,1
SECUNDÁRIO	85,8	56,1	53,7	15,2	12,8	14,0	23,8	14,2
SUPERIOR	79,2	55,3	41,2	20,4	19,0	25,2	20,4	21,7
ND	80,0	60,0	20,0	0,0	20,0	20,0	0,0	0,0

Tabela 11 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, amigos, trabalho, religião, diversão, política e desporto, numa escala de 1 a 4 em que 1=Nada, 2=Pouco, 3= bastante e 4=Muito

	Nada	Pouco	Bastante	Muito	NR	Média
FAMÍLIA	0,4	2,5	8,7	87,5	0,9	4,0
AMIGOS	3,3	18,5	30,5	46,7	1,0	3,0
TRABALHO	5,7	4,8	14,0	74,6	0,9	4,0
RELIGIÃO	12,8	24,0	20,4	41,9	0,9	3,0
DIVERSÃO	10,5	33,5	29,7	25,4	0,9	3,0
POLÍTICA	27,8	34,3	18,6	18,2	1,0	2,0
DESPORTO	21,9	22,8	20,9	33,5	1,0	3,0

Tabela 12 Distribuição dos inquiridos segundo a importância que dão à família, amigos, trabalho, religião, diversão, política e desporto, numa escala de 1 a 4 em que 1=Nada, 2=Pouco, 3= bastante e 4=Muito, por características dos inquiridos

	Família	Amigos	Trabalho	Religião	Diversão	Política	Desporto
TOTAL	83,4	53,1	56,4	14,4	13,2	14,0	22,0
CÍRCULOS ELEITORAIS							
SANTO ANTÃO	89,2	23,3	77,5	7,5	17,5	15,0	45,0
SÃO VICENTE	88,7	54,8	56,9	19,8	19,4	16,9	23,4
SAL	96,0	22,2	81,8	9,1	37,4	6,1	38,4
PRAIA	78,1	67,3	33,8	16,4	10,8	12,7	20,8
SANTIAGO NORTE	85,7	54,9	70,8	12,4	3,5	14,6	10,2
FOGO	64,0	55,0	45,0	14,0	9,0	16,0	16,0
SEXO							
MASCULINO	81,2	53,9	50,3	14,5	13,3	14,6	24,5
FEMININO	85,4	52,3	61,9	14,4	13,2	13,4	19,7
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	85,2	54,1	49,4	19,5	10,1	14,2	24,8
25-34 ANOS	84,6	55,0	56,3	15,7	14,2	18,9	19,5
35-44 ANOS	83,9	52,9	55,2	15,2	15,2	12,1	22,9
45-64 ANOS	84,5	50,2	62,4	6,9	14,3	12,7	22,9
65 ANOS OU MAIS	75,2	51,6	63,1	12,1	13,4	8,3	18,5
NÍVEL DE INSTRUÇÃO							
NUNCA FREQUENTOU	81,7	45,6	74,6	9,5	13,0	10,1	21,3
BÁSICO	83,7	50,9	61,5	12,2	10,3	8,7	21,1
SECUNDÁRIO	85,8	56,1	53,7	15,2	12,8	14,0	23,8
SUPERIOR	79,2	55,3	41,2	20,4	19,0	25,2	20,4
ND	80,0	60,0	20,0	0,0	20,0	20,0	0,0

Tabela 13 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por sexo.

		Muito interessado	Bastante interessado	Pouco interessado	Nada interessado	TOTAL
NÍVEL GLOBAL	TOTAL	12,5	21,2	41,2	24,7	100,0
	MASCULINO	15,5	24,0	37,6	22,5	100,0
	FEMININO	9,8	18,6	44,4	26,7	100,0
NÍVEL MUNICIPAL	TOTAL	17,8	24,7	35,3	20,5	100,0
	MASCULINO	19,0	27,2	33,4	18,8	100,0
	FEMININO	16,8	22,5	36,9	22,1	100,0
NÍVEL NACIONAL	TOTAL	16,5	23,6	35,1	23,9	100,0
	MASCULINO	18,0	25,7	34,3	21,3	100,0
	FEMININO	15,2	21,8	35,9	26,3	100,0
NÍVEL INTERNACIONAL	TOTAL	12,1	18,1	38,5	30,5	100,0
	MASCULINO	14,5	18,5	37,8	28,4	100,0
	FEMININO	9,9	17,7	39,0	32,3	100,0

Tabela 14 Nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por grupo etário.

	Muito interessado	Bastante interessado	Pouco interessado	Nada interessado	NR	TOTAL
GLOBAL						
18-24 ANOS	11,3	15,7	50,6	22,3	0,0	100,0
25-34 ANOS	12,3	24,2	38,4	24,8	0,3	100,0
35-44 ANOS	15,2	22,4	38,6	23,8	0,0	100,0
45-64 ANOS	14,3	24,1	38,4	22,9	0,4	100,0
65 ANOS OU MAIS	8,3	19,7	36,3	33,8	1,9	100,0
MUNICIPAL						
18-24 ANOS	14,5	22,3	45,0	17,9	0,3	100,0
25-34 ANOS	18,6	28,0	31,4	20,4	1,6	100,0
35-44 ANOS	22,4	25,1	32,7	17,9	1,8	100,0
45-64 ANOS	21,6	24,9	30,2	21,6	1,6	100,0
65 ANOS OU MAIS	10,8	22,3	35,0	28,0	3,8	100,0
NACIONAL						
18-24 ANOS	15,4	22,3	41,8	19,5	0,9	100,0
25-34 ANOS	16,0	28,9	33,6	21,1	0,3	100,0
35-44 ANOS	23,3	19,3	34,1	23,3	0,0	100,0
45-64 ANOS	16,7	25,3	30,6	26,1	1,2	100,0
65 ANOS OU MAIS	9,6	19,1	33,1	36,3	1,9	100,0
INTERNACIONAL						
18-24 ANOS	10,4	17,0	45,6	26,7	0,3	100,0
25-34 ANOS	13,5	20,8	41,2	23,6	0,9	100,0
35-44 ANOS	16,1	18,8	34,1	30,5	0,4	100,0
45-64 ANOS	12,7	19,2	34,3	32,7	1,2	100,0
65 ANOS OU MAIS	5,7	12,1	31,2	48,4	2,5	100,0

Tabela 15 Distribuição dos inquiridos segundo o nível de interesse pela política: a nível global, a nível municipal, nacional e internacional por nível de educação.

	Muito interessado	Bastante interessado	Pouco interessado	Nada interessado	NR	TOTAL
GLOBAL						
NUNCA FREQUENTOU	7,1	17,2	37,9	37,3	0,6	100,0
BÁSICO	11,7	19,5	38,5	29,5	0,8	100,0
SECUNDÁRIO	11,0	18,1	46,7	24,2	0,0	100,0
SUPERIOR	20,4	33,6	37,2	8,8	0,0	100,0
MUNICIPAL						
NUNCA FREQUENTOU	8,9	18,3	36,7	32,5	3,6	100,0
BÁSICO	15,2	23,3	35,2	23,8	2,4	100,0
SECUNDÁRIO	19,1	21,1	38,2	21,1	0,4	100,0
SUPERIOR	26,1	39,8	28,3	5,3	0,4	100,0
NACIONAL						
NUNCA FREQUENTOU	6,5	14,8	33,1	43,8	1,8	100,0
BÁSICO	12,5	21,7	36,6	28,5	0,8	100,0
SECUNDÁRIO	18,5	20,3	37,4	23,0	0,8	100,0
SUPERIOR	25,7	40,7	29,6	4,0	0,0	100,0
INTERNACIONAL						
NUNCA FREQUENTOU	4,7	10,7	33,1	49,7	1,8	100,0
BÁSICO	9,2	14,4	38,2	36,6	1,6	100,0
SECUNDÁRIO	12,4	15,2	42,1	29,7	0,6	100,0
SUPERIOR	20,8	35,8	35,0	8,4	0,0	100,0

Tabela 16 Distribuição dos inquiridos segundo a frequência com que vêem, ouvem ou lêem notícias sobre política nos meios de comunicação.

	Todos os dias	1-2 vezes/ semana	3-4 vezes/ semana	Muito raras vezes	Nunca	NR/NS	TOTAL
TOTAL	25,2	11,9	13,3	35,9	11,5	2,1	100,0
CÍRCULOS ELEITORAIS							
SANTO ANTÃO	7,5	16,7	8,3	38,3	25,8	3,3	100,0
SÃO VICENTE	33,1	7,3	10,9	37,9	6,5	4,4	100,0
SAL	24,2	16,2	19,2	33,3	5,1	2,0	100,0
PRAIA	35,6	17,2	12,9	26,4	6,1	1,8	100,0
SANTIAGO NORTE	20,0	5,1	12,1	40,6	21,3	1,0	100,0
FOGO	5,0	15,0	25,0	52,0	3,0	0,0	100,0
SEXO							
MASCULINO	25,4	15,0	15,8	32,9	9,1	1,8	100,0
FEMININO	25,1	9,2	11,1	38,6	13,7	2,4	100,0
GRUPO ETÁRIO							
18-24 ANOS	12,9	11,9	15,7	46,5	11,6	1,3	100,0
25-34 ANOS	24,8	15,4	13,8	37,1	6,9	1,9	100,0
35-44 ANOS	30,0	13,5	12,6	31,4	10,3	2,2	100,0
45-64 ANOS	37,6	8,6	10,6	28,6	13,1	1,6	100,0
65 ANOS OU MAIS	24,8	7,6	12,7	29,9	19,7	5,1	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO							
NUNCA FREQUENTOU	19,5	4,7	10,7	31,4	28,4	5,3	100,0
BÁSICO	21,7	13,3	12,5	36,6	13,8	2,2	100,0
SECUNDÁRIO	22,6	13,8	12,8	39,6	9,3	1,8	100,0
SUPERIOR	40,7	10,6	18,1	30,1	0,0	0,4	100,0

Tabela 17 Distribuição dos inquiridos segundo o conhecimento do nome do Presidente da Assembleia Nacional

	Amílcar Spencer Lopes	António Espírito Santo	Aristides Lima	Basílio Mosso Ramos	NS/NR	Total
TOTAL	1,0	0,8	3,2	44,3	50,8	100,0
SEXO						
MASCULINO	1,3	1,0	3,0	49,1	45,5	100,0
FEMININO	0,6	0,6	3,3	39,9	55,6	100,0
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	1,6	0,3	5,3	45,0	47,8	100,0
25-34 ANOS	1,3	0,3	4,4	53,1	40,9	100,0
35-44 ANOS	0,4	0,9	1,3	49,3	48,0	100,0
45-64 ANOS	0,8	1,6	1,6	42,4	53,5	100,0
65 ANOS OU MAIS	0,0	1,3	1,3	20,4	77,1	100,0

Tabela 18 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre se o voto é um direito ou dever

	Voto é um direito	Voto é um dever	NR/NS	Total
TOTAL	48,1	46,0	5,9	100,0
SEXO				
MASCULINO	47,4	48,1	4,5	100,0
FEMININO	48,6	44,1	7,2	100,0
GRUPO ETÁRIO				
18-24 ANOS	50,6	46,5	2,8	100,0
25-34 ANOS	45,3	49,7	5,0	100,0
35-44 ANOS	51,6	43,9	4,5	100,0
45-64 ANOS	46,1	47,3	6,5	100,0
65 ANOS OU MAIS	46,5	38,2	15,3	100,0
CÍRCULOS ELEITORAIS				
SANTO ANTÃO	61,3	25,2	13,4	100,0
SÃO VICENTE	60,8	37,1	2,0	100,0
SAL	27,6	66,3	6,1	100,0
PRAIA	45,2	51,1	3,7	100,0
SANTIAGO NORTE	53,2	39,7	7,1	100,0
FOGO	21,0	78,0	1,0	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
NUNCA FREQUENTOU	55,1	31,1	13,8	100,0
BÁSICO	50,5	44,0	5,5	100,0
SECUNDÁRIO	47,3	48,5	4,3	100,0
SUPERIOR	42,6	57,4	0,0	100,0

Tabela 19 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “*Quem não voto não tem o direito de criticar o governo?*”

	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	NR	Total
TOTAL	63,1	11,9	24,4	0,6	100,0
SEXO					
MASCULINO	62,9	11,6	25,4	0,2	100,0
FEMININO	63,4	12,2	23,6	0,9	100,0
GRUPO ETÁRIO					
18-24 ANOS	57,9	10,7	31,4	0,0	100,0
25-34 ANOS	61,6	10,1	28,0	0,3	100,0
35-44 ANOS	65,5	11,7	22,9	0,0	100,0
45-64 ANOS	66,5	13,1	19,2	1,2	100,0
65 ANOS OU MAIS	68,2	16,6	13,4	1,9	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO					
NUNCA FREQUENTOU	62,7	23,1	13,0	1,2	100,0
BÁSICO	69,4	11,9	17,9	0,8	100,0
SECUNDÁRIO	63,0	10,6	26,0	0,4	100,0
SUPERIOR	53,1	6,2	40,7	0,0	100,0
ND	80,0	20,0	0,0	0,0	100,0
CÍRCULOS ELEITORAIS					
SANTO ENTÃO	77,5	12,5	9,2	0,8	100,0
SÃO VICENTE	81,9	3,2	13,7	1,2	100,0
SAL	53,5	1,0	45,5	0,0	100,0
PRAIA	62,5	6,3	31,1	0,0	100,0
SANTIAGO NORTE	51,7	22,9	24,4	1,0	100,0
FOGO	47,0	30,0	23,0	0,0	100,0

Tabela 20 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “*Um voto a mais ou menos não faz diferença*”

	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	NR	Total
TOTAL	21,4	16,1	61,4	1,1	100,0
SEXO					
MASCULINO	23,7	14,6	61,0	0,7	100,0
FEMININO	19,4	17,4	61,7	1,5	100,0
GRUPO ETÁRIO					
18-24 ANOS	22,0	15,4	62,3	0,3	100,0
25-34 ANOS	18,6	14,5	66,4	0,6	100,0
35-44 ANOS	21,1	13,0	65,5	0,4	100,0
45-64 ANOS	23,7	16,3	58,0	2,0	100,0
65 ANOS OU MAIS	22,9	24,8	49,0	3,2	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO					
NUNCA FREQUENTOU	18,9	33,1	45,6	2,4	100,0
BÁSICO	25,2	16,8	56,9	1,1	100,0
SECUNDÁRIO	21,3	12,8	65,0	0,8	100,0
SUPERIOR	17,7	9,3	72,6	0,4	100,0
ND	18,9	33,1	45,6	2,4	100,0
CÍRCULOS ELEITORAIS					
SANTO ENTÃO	23,3	24,2	51,7	0,8	100,0
SÃO VICENTE	31,9	9,3	56,5	2,4	100,0
SAL	35,4	5,1	58,6	1,0	100,0
PRAIA	7,9	5,8	86,0	0,3	100,0
SANTIAGO NORTE	11,7	27,9	58,7	1,6	100,0
FOGO	61,0	36,0	3,0	0,0	100,0

Tabela 21 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre o voto: “Em democracia todos os votos são importantes.”

	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	NR	Total
TOTAL	85,4	10,7	2,9	1,0	100,0
SEXO					
MASCULINO	85,7	10,6	3,0	0,7	100,0
FEMININO	85,1	10,8	2,7	1,4	100,0
GRUPO ETÁRIO					
18-24 ANOS	88,4	9,1	2,2	0,3	100,0
25-34 ANOS	88,4	7,5	3,5	0,6	100,0
35-44 ANOS	88,8	8,5	2,2	0,4	100,0
45-64 ANOS	82,9	12,2	3,3	1,6	100,0
65 ANOS OU MAIS	72,6	21,0	3,2	3,2	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO					
NUNCA FREQUENTOU	64,5	27,2	5,9	2,4	100,0
BÁSICO	86,2	10,3	2,7	0,8	100,0
SECUNDÁRIO	87,6	8,5	3,0	0,8	100,0
SUPERIOR	95,1	4,0	0,4	0,4	100,0
ND	64,5	27,2	5,9	2,4	100,0
CÍRCULO ELEITORAL					
SANTO ENTÃO	80,0	13,3	5,8	0,8	100,0
SÃO VICENTE	87,5	6,9	3,6	2,0	100,0
SAL	93,9	3,0	2,0	1,0	100,0
PRAIA	91,8	5,0	2,9	0,3	100,0
SANTIAGO NORTE	80,3	15,9	2,2	1,6	100,0
FOGO	70,0	30,0	0,0	0,0	100,0

Tabela 22 Percentagem dos que declararam terem participado nas seguintes acções sociais e políticas

Acções sociais e políticas	Total	Sexo		Grupo etário				
		Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
ASSISTIU A ALGUM COMÍCIO, MANIFESTAÇÃO OU PROTESTO	74,5	80,5	69,1	80,5	80,5	74,9	71,0	54,8
CONTACTOU ALGUM POLÍTICO / GOVERNANTE PARA DAR SUA OPINIÃO	12,0	15,1	9,2	6,0	12,6	17,0	16,3	8,9
LIGOU PARA UM PROGRAMA NA RADIO PARA DAR SUA OPINIÃO	6,3	7,7	5,1	5,3	6,6	9,9	6,9	1,9
PARTICIPOU NUM FÓRUM OU GRUPO DE DISCUSSÃO POLÍTICA NA INTERNET	3,1	3,4	2,9	2,8	4,7	3,1	2,4	1,3
FEZ ALGUM COMENTÁRIO AOS ARTIGOS POLÍTICOS ON-LINE DOS JORNAIS	7,5	8,6	6,6	8,5	11,0	7,6	5,7	1,3
CONVERSOU COM ALGUÉM SOBRE POLÍTICA	44,4	49,6	39,8	41,2	51,3	48,9	46,5	27,4
PARTICIPOU DE ALGUMA REUNIÃO PÚBLICA SOBRE ASSUNTO POLÍTICO;	19,5	23,9	15,6	17,3	20,8	21,1	22,9	14,0
FOI ELEITO OU SE CANDIDATOU PARA ALGUM CARGO PÚBLICO;	4,4	4,0	4,8	2,5	6,3	4,9	5,3	2,5
PEDIU A AJUDA DE ALGUM POLÍTICO PARA RESOLVER UM PROBLEMA PARTICULAR;	16,9	15,8	17,9	13,8	18,6	19,3	16,7	16,6
DOOU DINHEIRO PARA ALGUM PARTIDO POLÍTICO	1,3	2,0	0,8	0,0	2,5	1,8	0,8	1,9
TRABALHOU NA CAMPANHA DE ALGUM CANDIDATO;	10,6	13,4	8,1	8,5	12,6	11,7	13,5	5,1
PARTICIPOU DE ALGUM GRUPO OU COMISSÃO QUE TENTOU INFLUENCIAR ALGUMA ACTIVIDADE DE GOVERNO	3,2	3,5	2,9	2,5	3,1	4,0	4,9	0,6
PROCUROU ALGUM POLÍTICO PARA TRATAR DE ASSUNTO DE INTERESSE DA SUA COMUNIDADE.	11,9	15,0	9,2	8,2	15,1	16,1	13,1	5,1

Tabela 23 Distribuição dos inquiridos segundo a sua pertença e participação em grupos associativos, por sexo e grupo etário

	Sexo			Grupo Etário				
	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL	1.261	595	666	318	318	223	245	157
PARTIDO POLITICO								
PERTENCE E PARTICIPA	6,8	6,2	7,4	4,1	6,0	8,5	12,7	2,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	7,5	8,4	6,8	7,5	6,3	6,7	7,8	10,8
JÁ PERTENCEU	5,9	6,7	5,3	0,3	8,2	4,5	10,6	7,6
NUNCA PERTENCEU	77,9	77,3	78,4	86,2	78,6	78,9	67,3	74,5
NR	1,8	1,3	2,3	1,9	0,9	1,3	1,6	4,5
SINDICATO								
PERTENCE E PARTICIPA	2,9	3,5	2,4	1,3	3,5	4,0	4,1	1,9
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	3,8	4,0	3,6	2,5	3,1	7,2	4,1	2,5
JÁ PERTENCEU	6,8	7,4	6,3	0,9	3,8	9,0	13,5	11,5
NUNCA PERTENCEU	82,8	82,2	83,3	93,4	85,8	76,2	73,9	78,3
NR	3,6	2,9	4,4	1,9	3,8	3,6	4,5	5,7
GRUPO RELIGIOSO								
PERTENCE E PARTICIPA	14,8	10,3	18,9	13,8	8,5	14,8	17,6	25,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	8,4	9,2	7,7	6,3	6,3	10,3	11,8	8,9
JÁ PERTENCEU	10,8	10,9	10,7	10,7	16,0	8,1	8,2	8,3
NUNCA PERTENCEU	61,8	66,4	57,7	65,7	64,8	63,2	58,0	51,6
NR	4,2	3,2	5,1	3,5	4,4	3,6	4,5	5,7
GRUPO DESPORTIVO								
PERTENCE E PARTICIPA	10,0	15,8	4,8	18,2	13,8	6,7	2,0	2,5
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	6,7	9,6	4,2	7,9	8,5	5,8	6,5	2,5
JÁ PERTENCEU	11,4	15,1	8,1	13,8	12,6	7,2	12,2	8,9
NUNCA PERTENCEU	66,5	56,5	75,4	56,9	59,7	74,4	72,2	79,0
NR	5,4	3,0	7,5	3,1	5,3	5,8	6,9	7,0
GRUPO PROFISSIONAL								
PERTENCE E PARTICIPA	1,5	2,2	0,9	0,6	2,2	1,3	2,0	1,3
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	1,6	1,8	1,4	0,9	2,2	1,8	1,6	1,3
JÁ PERTENCEU	2,8	3,0	2,6	1,9	3,8	3,1	2,9	1,9
NUNCA PERTENCEU	86,8	86,4	87,1	88,4	85,2	87,4	85,3	87,9
NR	7,4	6,6	8,1	8,2	6,6	6,3	8,2	7,6
GRUPO JUVENIL								
PERTENCE E PARTICIPA	5,2	5,7	4,7	12,9	5,3	1,8	0,8	0,6
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	1,6	1,5	1,7	2,5	2,2	0,9	0,4	1,3
JÁ PERTENCEU	9,2	9,9	8,6	9,7	11,6	9,4	8,6	3,8
NUNCA PERTENCEU	76,5	75,8	77,2	66,4	73,9	82,5	80,8	87,3
NR	7,5	7,1	8,0	8,5	6,9	5,4	9,4	7,0
OUTRO								
PERTENCE E PARTICIPA	1,7	1,7	1,7	2,2	2,5	0,4	1,2	1,3
PERTENCE MAS NÃO PARTICIPA	0,6	0,5	0,6	0,9	0,3	0,0	0,4	1,3
JÁ PERTENCEU	7,1	8,2	6,0	5,3	5,7	9,4	8,2	8,3
NUNCA PERTENCEU	53,2	50,9	55,3	50,9	51,6	56,5	53,9	55,4
NR	37,5	38,7	36,5	40,6	39,9	33,6	36,3	33,8

Tabela 24 Distribuição dos inquiridos segundo as razões para não pertencer e participar em grupos ou associações cívicas e políticas

	Sexo			Grupo Etário				
	Total	Masc.	Fem.	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-64 anos	65 anos ou mais
NÃO TENHO INTERESSE EM PARTICIPAR DE QUALQUER ASSOCIAÇÃO	37,6	41,1	34,6	37,4	38,8	33,9	37,9	40,4
GOSTARIA DE COLABORAR MAS NÃO IDENTIFICO COM AS ASSOCIAÇÕES	23,1	25,4	21,1	30,3	27,4	25,1	16,2	10,3
TENHO COISAS MAIS IMPORTANTE A FAZER	14,0	11,1	16,5	11,8	12,2	16,9	19,2	9,6
ACHO QUE AS ASSOCIAÇÕES NÃO SERVEM PARA NADA	3,8	3,7	3,9	2,1	2,5	2,7	5,1	8,8
OUTRA RAZÃO: (ESPECIFIQUE)	21,5	18,7	23,9	18,5	19,0	21,3	21,7	30,9
TOTAL	100,0							

Tabela 25 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre medidas para aumentar e melhorar a participação política em Cabo Verde

	Concorda muito	Concorda pouco	Não concorda	Sem opinião	NR	Total
TOTAL	60,9	19,4	2,6	12,7	4,4	100
SEXO						
MASCULINO	62,2	20,3	1,8	11,9	3,7	100
FEMININO	59,8	18,6	3,3	13,4	5,0	100
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	59,4	25,8	1,3	10,7	2,8	100
25-34 ANOS	62,6	23,0	2,8	9,7	1,9	100
35-44 ANOS	64,1	16,6	2,2	13,5	3,6	100
45-64 ANOS	61,6	12,2	3,7	14,7	7,8	100
65 ANOS OU MAIS	54,8	14,6	3,8	18,5	8,3	100
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
NUNCA FREQUENTOU	39,6	14,8	5,3	26,6	13,6	100
BÁSICO	62,6	17,6	3,0	11,9	4,9	100
SECUNDÁRIO	64,0	20,1	1,8	12,0	2,0	100
SUPERIOR	67,3	24,8	1,8	5,3	0,9	100
CÍRCULO ELEITORAL						
SANTO ANTÃO	35,0	22,5	0,0	23,3	19,2	100
SÃO VICENTE	75,4	10,1	2,0	9,7	2,8	100
SAL	90,9	4,0	0,0	2,0	3,0	100
PRAIA	68,6	19,8	2,4	6,6	2,6	100
SANTIAGO NORTE	43,8	22,9	5,7	24,1	3,5	100
FOGO	51,0	42,0	1,0	5,0	1,0	100

Tabela 26 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre as medidas para aumentar o número de mulheres na política

	Concorda muito	Concorda pouco	Não concorda	Sem opinião	NR	Total
TOTAL	65,9	10,3	2,4	4,4	17,0	100
SEXO						
MASCULINO	64,0	13,6	2,5	4,5	15,3	100
FEMININO	67,6	7,4	2,3	4,2	18,6	100
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	67,3	13,5	2,5	4,1	12,6	100
25-34 ANOS	71,1	11,0	2,5	3,1	12,3	100
35-44 ANOS	70,0	6,7	1,3	4,5	17,5	100
45-64 ANOS	62,9	8,6	3,3	3,3	22,0	100
65 ANOS OU MAIS	51,6	10,2	1,9	8,9	27,4	100
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
NUNCA FREQUENTOU	42,6	8,3	3,0	7,7	38,5	100
BÁSICO	64,2	10,3	2,7	4,9	17,9	100
SECUNDÁRIO	69,5	10,6	2,8	3,7	13,4	100
SUPERIOR	78,8	11,1	0,4	2,7	7,1	100
CÍRCULO ELEITORAL						
SANTO ANTÃO	56,7	0,8	2,5	7,5	32,5	100
SÃO VICENTE	75,8	6,9	3,2	3,2	10,9	100
SAL	76,8	13,1	1,0	4,0	5,1	100
PRAIA	75,7	6,6	2,4	4,7	10,6	100
SANTIAGO NORTE	53,7	10,2	2,2	4,1	29,8	100
FOGO	43,0	42,0	2,0	3,0	10,0	100

Tabela 27 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a mudança do sistema eleitoral para que o cidadão possa escolher primeiro o candidato e menos o partido

	Concorda muito	Concorda pouco	Não concorda	Sem opinião	NR	Total
TOTAL	56,6	11,7	7,4	5,6	18,7	100,0
SEXO						
MASCULINO	56,5	12,6	8,7	4,7	17,5	100,0
FEMININO	56,8	11,0	6,2	6,3	19,8	100,0
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	58,2	14,8	10,4	4,1	12,6	100,0
25-34 ANOS	64,8	10,4	6,3	4,1	14,5	100,0
35-44 ANOS	53,4	13,0	8,5	5,8	19,3	100,0
45-64 ANOS	54,7	9,8	4,5	6,9	24,1	100,0
65 ANOS OU MAIS	44,6	9,6	6,4	8,9	30,6	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
NUNCA FREQUENTOU	34,9	7,1	5,3	10,7	42,0	100,0
BÁSICO	53,9	14,1	3,8	7,9	20,3	100,0
SECUNDÁRIO	58,7	12,0	11,0	4,1	14,2	100,0
SUPERIOR	73,0	11,1	7,1	0,4	8,4	100,0
CÍRCULO ELEITORAL						
SANTO ANTÃO	35,0	10,8	6,7	13,3	34,2	100,0
SÃO VICENTE	66,9	11,3	4,4	5,6	11,7	100,0
SAL	31,3	31,3	28,3	1,0	8,1	100,0
PRAIA	64,6	8,2	9,0	4,7	13,5	100,0
SANTIAGO NORTE	48,9	10,5	3,8	6,3	30,5	100,0
FOGO	76,0	12,0	0,0	1,0	11,0	100,0

Tabela 28 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a criação de formas de participação dos cidadãos nas decisões políticas para além do voto.

	Concorda muito	Concorda pouco	Não concorda	Sem opinião	NR	Total
TOTAL	67,6	6,3	3,6	4,4	18,1	100,0
SEXO						
MASCULINO	69,6	5,7	4,4	3,9	16,5	100,0
FEMININO	65,8	6,8	3,0	5,0	19,6	100,0
GRUPO ETÁRIO						
18-24 ANOS	69,2	9,1	5,7	3,8	12,3	100,0
25-34 ANOS	75,2	6,6	2,5	2,8	12,9	100,0
35-44 ANOS	67,3	6,3	3,1	4,0	19,2	100,0
45-64 ANOS	64,5	2,9	3,3	5,3	24,1	100,0
65 ANOS OU MAIS	54,1	5,1	3,2	8,3	29,3	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
NUNCA FREQUENTOU	43,8	3,0	4,7	7,7	40,8	100,0
BÁSICO	62,9	7,9	3,8	5,4	20,1	100,0
SECUNDÁRIO	72,8	6,3	3,0	4,3	13,6	100,0
SUPERIOR	82,3	6,2	4,0	0,4	7,1	100,0
CÍRCULO ELEITORAL						
SANTO ANTÃO	57,5	0,8	1,7	7,5	32,5	100,0
SÃO VICENTE	72,6	6,9	4,8	4,8	10,9	100,0
SAL	84,8	4,0	2,0	3,0	6,1	100,0
PRAIA	75,7	4,7	3,4	3,4	12,7	100,0
SANTIAGO NORTE	50,8	7,0	5,4	6,0	30,8	100,0
FOGO	72,0	17,0	0,0	0,0	11,0	100,0

Tabela 29 Distribuição dos inquiridos segundo a opinião sobre a obrigatoriedade do voto

	É a favor ou contra o voto obrigatório?			Total
	À favor	Contra	NR/NS	
TOTAL	28,5	64,7	6,7	100,0
SEXO				
MASCULINO	33,1	61,3	5,5	100,0
FEMININO	24,5	67,7	7,8	100,0
GRUPO ETÁRIO				
18-24 ANOS	31,1	65,7	3,1	100,0
25-34 ANOS	27,4	65,7	6,9	100,0
35-44 ANOS	29,6	65,0	5,4	100,0
45-64 ANOS	29,4	64,5	6,1	100,0
65 ANOS OU MAIS	22,9	60,5	16,6	100,0
CÍRCULO ELEITORAL				
SANTO ANTÃO	28,6	52,9	18,5	100,0
SÃO VICENTE	33,6	64,8	1,6	100,0
SAL	16,5	76,3	7,2	100,0
PRAIA	24,5	71,5	4,0	100,0
SANTIAGO NORTE	37,9	54,0	8,0	100,0
FOGO	17,0	82,0	1,0	100,0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
NUNCA FREQUENTOU	18,8	65,5	15,8	100,0
BÁSICO	31,7	63,1	5,2	100,0
SECUNDÁRIO	26,3	69	4,7	100,0
SUPERIOR	36,4	60,9	2,7	100,0

Pro
PALOP|TL



Projecto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste